



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 013 - QUINTA-FEIRA, 10 DE FEVEREIRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		3º SECRETÁRIO
José Sarney - (PMDB-AP)		João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1ª VICE-PRESIDENTE		4º SECRETÁRIO
Marta Suplicy - (PT-SP)		Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE		SUPLENTE DE SECRETÁRIO
Wilson Santiago - (PMDB-PB)		1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)
1º SECRETÁRIO		2º - João Durval - (PDT-BA)
Cícero Lucena - (PSDB-PB)		3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
2º SECRETÁRIO		4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)
João Ribeiro - (PR-TO)		

LIDERANÇA

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 15 Humberto Costa Líder do PR - 5 Magno Malta Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder em exercício do PC DO B - 2 Vanessa Grazziotin (1) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco (PMDB/PP/PSC/PMN) - 26 Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão	PSDB - 10 Líder Alvaro Dias - PSDB
		PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB
		DEM - 5 Líder José Agripino - DEM (2)
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS	PV - 1 Líder Paulo Davim - PV
Governo Líder Romero Jucá - PMDB		

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

Expediente	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 5ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 9 DE FEVEREIRO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

Nº 16, de 21 de janeiro último, solicitando dilatação do prazo para a resposta ao Requerimento nº 596, de 2010, da Senadora Kátia Abreu. 02416

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 71, de 2010, ao qual não foram oferecidas emendas. 02416

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 52, de 2011, de autoria do Senador Cícero Lucena, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista paraibano Itamar Rocha Cândido. ... 02416

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *altera a Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, e o art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para incluir os portadores das formas crônicas da hepatite B ou da hepatite C.* 02416

Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que *altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesa com medicamentos controlados.* 02422

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR ACIR GURGACZ – Alegria pela reintegração da brasileira Graciela Falqueto Saraiva à Marinha norte-americana. Crítica ao atraso na publicação do decreto da transposição dos servidores de Rondônia para os quadros federais. Importância da manutenção de uma comissão técnica no Congresso Nacional para acompanhar a implantação de um sistema de prevenção contra desastres naturais e sua constante atualização. Cumprimentos ao Senador José Sarney por sua contribuição para a política nacional, registrando o apoio do PDT às reformas política e tributária. Importância da aprovação, ontem, da Medida Provisória 501, de 2010. 02427

SENADOR PAULO PAIM – Registro da necessidade do fim do fator previdenciário e da importância do papel mediador do Congresso Nacional na fixação do salário mínimo. 02429

SENADORA GLEISI HOFFMANN – Defesa da política energética adotada pelo governo federal. 02431

SENADOR JARBAS VASCONCELOS – Expectativa com o anúncio da Presidente Dilma Rousseff de que a reforma política será uma prioridade em seu mandato. Apelo para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2007, seja votada nesta Casa. 02433

SENADOR EDUARDO BRAGA, como Líder – Alerta para o risco de epidemia de dengue e cólera na Região Norte. 02436

SENADOR JOÃO PEDRO – Preocupação com o surto de dengue no Amazonas. Alerta para a situação dos haitianos que estão vivendo no Amazonas e no Acre. 02437

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comentários a respeito da matéria publicada no jornal **Folha de Boa Vista** de ontem, intitulada “Índios denunciam garimpagem em reserva”. 02438

SENADOR PAULO DAVIM, como Líder – Anúncio de encontro, hoje, de representantes do Partido Verde com o Ministro da Saúde, para tratar de solicitações do segmento médico e do segmento da saúde. 02441

SENADOR MÁRIO COUTO – Denúncia da situação em que a ex-Governadora Ana Júlia Carepa, do PT, deixou o Estado do Pará. 02442

SENADOR HUMBERTO COSTA – Considerações sobre as críticas da oposição ao novo valor do salário mínimo. 02443

SENADORA MARTA SUPLICY – Exposição dos temas que serão prioritários no mandato de S. Ex^a. ... 02446

SENADOR VITAL DO REGO – Críticas à falta de condições materiais para que estados e municípios possam cumprir seus deveres. Defesa de uma reforma tributária que também se ocupe em rever a divisão da arrecadação entre os três níveis federativos. 02448

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Defesa da discussão de um salário mínimo total, que en-

globe a qualidade dos serviços públicos aos quais o trabalhador tem direito. 02450

SENADOR CÍCERO LUCENA – Manifestação de pesar pelo falecimento do jornalista Itamar da Rocha Cândido. Comentários à iniciativa do governo federal de distribuir remédios para os hipertensos e diabéticos, através da rede “Aqui tem Farmácia Popular” 02451

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Comentários sobre a sabatina ao Ministro Luiz Fux, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, indicado para uma vaga de Ministro do STF. Registro do lançamento, ontem, pelo Ministério de Minas e Energia, do Plano Nacional de Mineração..... 02452

SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Anúncio da articulação entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal para a recriação da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa. 02454

SENADOR CYRO MIRANDA – Alerta para a lentidão dos investimentos em infraestrutura aeroportuária, por parte da INFRAERO. 02456

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Disponibilização aos parlamentares de nove DVDs do Seminário intitulado “Crise, Rumos e Verdades”, realizado quando S. Ex^a exercia o cargo de Governador do Estado do Paraná..... 02457

SENADOR JAYME CAMPOS – Satisfação e expectativa pelo recebimento do anúncio da decisão do Presidente José Sarney de constituir, imediatamente, a Comissão Especial que irá elaborar o anteprojeto de reforma política, destacando a importância de tal reforma..... 02457

SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Relato do encontro anual da Confederação Nacional da Indústria, realizado ontem, em que se discutiu a pauta daquela entidade com o Congresso Nacional..... 02462

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Satisfação com a posição de liderança do Espírito Santo, entre os demais estados brasileiros, quanto aos índices de crescimento industrial e de redução da miséria e da pobreza, no ano de 2010, segundo o IBGE. . 02465

SENADOR CASILDO MALDANER – Considerações sobre projeto de lei, de autoria de S. Ex^a, que prevê a criação de um fundo de seguridade, com o objetivo de repassar recursos para a Defesa Civil. ... 02466

1.2.6 – Leitura de requerimento

024627Nº 53, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso ao novo corpo dirigente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. 02467

1.2.7 Comunicações da Presidência

Término do prazo ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 23, de 2003; 312, de 2005; 153, de 2006; 48, 526 e 580, de 2007; 407, de 2009; e 212, de 2010; tendo sido

apreciados terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, onde foram aprovados. 02468

Término do prazo ontem, sem interposição de recurso, para que fossem apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 23 a 29, de 2010-CN; e os Avisos nºs 13, 22, 26, 29 e 31, de 2010-CN, nos termos do Parecer nº 50, de 2010-CN. 02468

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer 1.720, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 316, de 2010 (nº 688/2010, na origem), *submetendo à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora Delaíde Alves Miranda Arantes para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a advogado, decorrente da aposentadoria do Ministro José Simpliciano Fontes de Faria. Aprovado*, tendo usado da palavra as Senadoras Vanessa Grazziotin e Lúcia Vânia e o Senador Marcelo Crivella. (Votação nominal). ... 02469

1.3.2 Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 13, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella, sobre a Mensagem nº 36, de 2011 (nº 17/2011, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República *submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luiz Fux para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Eros Roberto Grau. Aprovado*, tendo usado da palavra os Senadores Marcelo Crivella (Relator), Francisco Dornelles, José Agripino, Randolfe Rodrigues, Vital do Rego, Waldeir Moka, Magno Malta, Renan Calheiros, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, a Senadora Gleisi Hoffmann e os Senadores Eduardo Amorim, Sérgio Petecção e Aníbal Diniz. (Votação nominal). 02472

1.3.3 Item único

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (nº 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que *dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina*. Leitura das Emendas nº 1 e 2, de 2011-PLEN. **Encerrada a discussão com apresentação de emendas**, a matéria volta à Comissão de Assuntos Sociais, para exame. 02482

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 54, de 2011, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999. **Aprovado**. 02482

Requerimento nº 55, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005. **Aprovado**. 02485

Requerimento nº 56, de 2011, de autoria do Senador José Sarney e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2005. **Aprovado.** 02490

Requerimento nº 57, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2005-Complementar. **Aprovado.** ... 02492

Requerimento nº 58, de 2011, de autoria do Senador José Sarney e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2005. **Aprovado.** 02496

Requerimento nº 59, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2006-Complementar. **Aprovado.** ... 02498

Requerimento nº 60, de 2011, de autoria do Senador José Sarney e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2006. **Aprovado.** 02503

Requerimento nº 61, de 2011, de autoria do Senador José Sarney e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2006. **Aprovado.** 02505

1.4.2 – Discursos

SENADOR RANDOLFE RODRIGUES – Proposta de debate sobre o pacto federativo, a reforma tributária e a reforma política..... 02507

SENADOR GILVAM BORGES – Manifestação acerca dos avanços na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro..... 02510

SENADOR SÉRGIO PETECÃO, como Líder – Considerações sobre o problema da dengue no Estado do Acre. Apelo às autoridades aeroportuárias para reforma da pista do aeroporto de Rio Branco. 02512

1.4.3 – Comunicações da Presidência

Recebimento dos Relatórios de Gestão Fiscal dos seguintes órgãos: Governo Federal (**Mensagem nº 9, de 2011-CN; nº 12/2011, na origem**); Supremo Tribunal Federal (**Mensagem nº 10, de 2011-CN; nº 12/2011, na origem**); Senado Federal (**Ofício nº 3, de 2011-CN; Ato do Presidente nº 1, de 2011, na origem**); Câmara dos Deputados (**Ofício nº 4, de 2011-CN; nº GP-O/69/2011, na origem**); Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (**Ofício nº 5, de 2011-CN; nº PGR/GAB/57/2011, na origem**); Conselho Nacional de Justiça (**Ofício nº 6, de 2011-CN; nº 43/GP-COFI/2011, na origem**); Superior Tribunal Militar (**Ofício nº 7, de 2011-CN; nº 14/PRES-03/SEPLA-GS/2011, na origem**); Tribunal Superior do Trabalho (**Ofício nº 8, de 2011-CN; OF.TST.GDGSET. GP nº 24/2011, na origem**); Tribunal Superior Eleitoral (**Ofício nº 9, de 2011-CN; nº 378/2011/GMRL, na origem**); Superior Tribunal de Justiça (**Ofício nº 10, de 2011-CN; nº 123/GP/2011, na origem**); Tribunal de Contas da União (**Aviso nº 2, de 2011-CN; nº 57-GP/TCU/2011, na origem**). (**Publicados em SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO**).

1.4.4 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 10, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 02514

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

Relatórios de gestão fiscal de diversos órgãos do Governo Federal. (vide item 1.4.3)

3 – ATOS ADMINISTRATIVOS

3.1 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 7 e 12, de 2011. 02515

3.2 – PORTARIA DO PRESIDENTE

Nº 11, de 2011 02516

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 9.2.2011

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

CONGRESSO NACIONAL**10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional
(Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº
8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do
Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades
de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 5ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 9 de fevereiro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Wilson Santiago, Cícero Lucena, da Sra. Vanessa Grazziotin e dos Srs. Mozarildo Cavalcanti, Paulo Davim e João Pedro.

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 1 minuto
to e encerra-se às 20 horas e 2 minutos.)

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, ÀS 14 HORAS

Período : 9/2/2011 07:38:12 até 9/2/2011 20:40:33

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	X
PT	ES	ANA RITA	X	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	X
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	X
PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	X
PPS	MG	ITAMAR FRANCO	X	X
PP	RO	IVO CASSOL	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
PT	SP	MARTA SUPLEY	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X	X
PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	X
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X	X

Compareceram: 76 Senadores

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 16, de 21 de janeiro de 2011**, do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, solicitando dilatação do prazo para a resposta ao Requerimento nº 596, de 2010, da Senadora Kátia Abreu, cujo expediente foi encaminhado, em cópia, à requerente.

O Requerimento ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando as informações solicitadas.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 71, de 2010**, dos Senadores Pedro Simon e Cristovam Buarque, que *regulamenta o artigo 2º do Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 805, de 2010*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011

Requeiro, nos termos do disposto no Art. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Itamar Rocha Cândido, jornalista paraibano, que faleceu nesta terça-feira, dia 8 de fevereiro do corrente ano, bem como a apresentação de condolências aos familiares e amigos.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2011. – Senador **Cícero Lucena**, (PSDB/PB).

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

(*) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, DE 2011

Altera a Lei no 7.670, de 8 de setembro de 1988, e o art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para incluir os portadores das formas crônicas da hepatite B ou da hepatite C.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A ementa da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Estende aos portadores da síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA/AIDS) ou das formas crônicas da hepatite B ou da hepatite C os benefícios que especifica e dá outras providências. (NR)”

Art. 2º O *caput* do art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** A síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA/AIDS) e as formas crônicas da hepatite B ou da hepatite C são consideradas, para efeitos legais, causas que justificam: (NR)”

Art. 3º O § 1º do art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 186.**
§ 1º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA/AIDS), formas crônicas de hepatite B ou hepatite C, e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada.
..... (NR)”

(*) Republicado para correção do despacho.

Art. 4º Revogam-se as alíneas a e b da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto foi apresentado pela ex-senadora Ana Júlia Carepa em 2004 e arquivado em função do término da Legislatura. Por tratar-se de matéria de grande relevância volto a apresentá-lo, na íntegra, inclusive com a mesma justificativa apresentada e reproduzida a seguir:

"Os avanços ocorridos nos vários ramos das ciências físicas, químicas e biológicas propiciaram à medicina ferramentas mais eficazes para o combate de várias doenças. No entanto, algumas ainda desafiam a capacidade de médicos e pesquisadores e continuam vitimando milhões de pessoas, em todo o mundo.

Entre as doenças que afrontam a capacidade da ciência em combatê-las, estão as que são causadas por vírus. Não existem, até o momento, antiviróticos cuja eficácia seja comparável à dos antibióticos, que são usados no tratamento de infecções bacterianas. A raiva ou hidrofobia, as hepatites viróticas, as infecções por herpes e a síndrome da imunodeficiência adquirida, mais conhecida por aids, são apenas algumas das infecções viróticas contra as quais a medicina ainda não dispõe de armas eficazes.

Duas dessas infecções — as hepatites dos tipos B ou C —, transformaram-se, nas duas últimas décadas, em grandes problemas de saúde pública, não só porque acometem uma importante parcela da população, mas, também, porque muitos pacientes não se curam e passam a apresentar a sua forma crônica.

Em relação à hepatite B, a cronificação acontece em cerca de 1 a 10 % dos casos, que podem evoluir para cirrose ou câncer do fígado. A mesma evolução pode ter a hepatite C; porém, a percentagem dos seus casos que se tomam crônicos é maior, podendo atingir até 85% dos doentes.

As formas crônicas desses dois tipos de hepatite exigem tratamento contínuo e prolongado, a fim de tentar-se prevenir as suas piores consequências: a cirrose e o câncer de fígado. A cirrose é uma das alterações que podem exigir transplante de fígado.

O tratamento ainda não é totalmente eficaz e é feito principalmente com interferon, uma substância de elevado custo. Além desse medicamento, o doente necessita de outros, para o alívio dos sintomas que se tomam cada vez mais intensos e freqüentes com o avanço da doença.

Além de terem que arcar com os altos custos dos medicamentos, o portador de hepatite virótica crônica sofre com outra situação: a diminuição da sua capacidade laborativa.

Procurando atenuar as vicissitudes sofridas pelos portadores de hepatite B ou C, os parlamentares das duas Casas do Congresso Nacional apresentaram projetos de leis que estendem àqueles pacientes os benefícios concedidos aos portadores de outras doenças graves. Tramitam no Senado Federal e na Câmara dos Deputados diversas proposições que isentam tais doentes do pagamento do imposto de renda sobre os seus proventos.

Outras, pretendem tornar obrigatória a dispensação gratuita dos medicamentos necessários ao seu tratamento.

O projeto de lei que ora submeto à apreciação do Senado Federal tem como objetivo estender aos portadores das formas crônicas da hepatite B ou C os mesmos benefícios concedidos pela Lei nº 7.670, de 1988, aos portadores de aids. Para tanto, estão sendo propostas alterações nessa Lei, inclusive a revogação das alíneas a e b, que remetem à Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, antigo estatuto do servidor público, revogada pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, conhecida como Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais.

Além de alterar a Lei nº 7.670, de 1988, está sendo proposta alteração do § 1º do art. 186 da Lei nº 8.112, de 1990, para garantir, aos servidores públicos, os benefícios concedidos pelas alíneas que serão revogadas.

Em razão do exposto, tenho a certeza de que, mais uma vez, os sentimentos de nobreza e de solidariedade dos ilustres parlamentares desta Casa serão manifestados em favor dos desafortunados portadores das formas crônicas de hepatite B ou C, apoiando o projeto de lei que ora está sendo apresentado".

Sala das Sessões,
Senador **ALVARO DIAS**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI No 7.670, DE 8 DE SETEMBRO DE 1988.

Estende aos portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - SIDA/AIDS os benefícios que especifica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - SIDA/AIDS fica considerada, para os efeitos legais, causa que justifica:

I - a concessão de:

- a) licença para tratamento de saúde prevista nos artigos 104 e 105 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952;
- b) aposentadoria, nos termos do art. 178, inciso I, alínea b, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952;
- c) reforma militar, na forma do disposto no art. 108, inciso V, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980;

d) pensão especial nos termos do art. 1º da Lei nº 3.738, de 4 de abril de 1960;

e) auxílio-doença ou aposentadoria, independentemente do período de carência, para o segurado que, após filiação à Previdência Social, vier a manifestá-la, bem como a pensão por morte aos seus dependentes;

II - levantamento dos valores correspondentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, independentemente de rescisão do contrato individual de trabalho ou de qualquer outro tipo de pecúlio a que o paciente tenha direito.

.....
Brasília, 8 de setembro de 1988; 167º da Independência e 100º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Borges da Silveira

Jáder Fontenelle Barbalho

Prisco Viana

Aluizio Alves

Valbert Lisieux Medeiros de Figueiredo

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DA LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, DETERMINADA PELO ART. 13 DA LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
Art. 186. O servidor será aposentado: (Vide art. 40 da Constituição)

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, e proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - voluntariamente:

a) aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta) se mulher, com proventos integrais;

b) aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério se professor, e 25 (vinte e cinco) se professora, com proventos integrais;

c) aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco) se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta) se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), Síndrome de Imunodeficiência Adquirida -

AIDS, e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada.

§ 2º Nos casos de exercício de atividades consideradas insalubres ou perigosas, bem como nas hipóteses previstas no art. 71, a aposentadoria de que trata o inciso III, "a" e "c", observará o disposto em lei específica.

§ 3º Na hipótese do inciso I o servidor será submetido à junta médica oficial, que atestará a invalidez quando caracterizada a incapacidade para o desempenho das atribuições do cargo ou a impossibilidade de se aplicar o disposto no art. 24.

.....
Brasília, 11 de dezembro de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

FERNANDO COLLOR

Jarbas Passarinho

Publicado no D.O.U. de 12.12.1990 e republicado no D.O.U. de 18.3.1998

(À Comissão de Assuntos Sociais e, nos termos do art. 49, I, do RISF, à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania para apreciação terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 12, DE 2011

(Do Senador **Ciro Nogueira**)

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesa com medicamentos controlados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A alínea *a* do inciso II, bem como o inciso III do § 2º do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

II - das deduções relativas:

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, medicamentos controlados, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

§ 2º O disposto na alínea a do inciso II:

III - limita-se a pagamentos especificados e comprovados, inclusive com receita médica e Nota Fiscal, no caso de medicamentos, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento;

.....(NR)”

Art. 2º

O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta Lei e

o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Parágrafo único. A dedução de que trata esta Lei só terá efeitos no exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal estabelece em seu art. 196 que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Logo a seguir, o art. 197 estabelece “São de relevância pública as ações e serviços de saúde...”.

São públicos e notórios os problemas sofridos pela população brasileira, independente do estado da federação, no que diz respeito à saúde. Os hospitais estão superlotados, a falta de medicamentos básicos para o tratamento de pessoas que procuram os ambulatórios é uma dura realidade; os leitos são insuficientes para os necessitados; o número de médicos e paramédicos é sempre insuficiente nas unidades de saúde; e assim por diante. A população, sem alternativa, e quando pode, acaba por ser atendida às suas custas em hospitais, clínicas e consultórios particulares.

Pesquisas mostram que especialmente os idosos são os que mais sofrem com problemas crônicos e, por isso, necessitam fazer uso de medicação controlada. É nessa fase da vida, depois de aposentado e muitas vezes sem condições de trabalho, especialmente por problemas de saúde, que o idoso acaba tendo que fazer uso dos seus proventos para comprar medicamentos controlados, comprometendo os seus recursos tão necessários para outras atividades básicas, como moradia, alimentação. O jovem também não está livre dessas despesas. O estresse provocado pelas tensões sociais e econômicas modernas, além das doenças crônicas que não escolhem idade,

fazem parte do seu dia-a-dia, acabando, assim, em algum momento sujeitos a grandes despesas com medicamentos.

Ora, o texto Constitucional é claro e cristalino no que diz respeito ao direito de todo cidadão à proteção à saúde, sendo a obrigação do Estado manter políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e outros agravos. Caso o contribuinte estivesse internado em hospital, ou atendido em posto de saúde públicos, as despesas com medicamentos estariam correndo por conta do Estado. Além disso, a lei já autoriza a dedução no Imposto de Renda das despesas hospitalares, e nelas estão incluídas as medicações que por ventura o paciente tiver tido a necessidade de usá-las. Nota-se que o objetivo da lei foi o de poder abater no Imposto de Renda da Pessoa Física todas as despesas efetuadas com saúde, desde o diagnóstico até a suposta cura, envolvendo até mesmo a correção ortopédica ou protética. Sem dúvida o legislador pensou em proteger o cidadão no que diz respeito à saúde. Porém, cabe-nos questionar: por que o Estado não pode compensar as despesas com medicação pagas diretamente pelo cidadão? A medicação não é um dos componentes fundamentais para a restauração e/ou manutenção da saúde? Se o Estado não está sendo competente para cumprir a sua missão constitucional, não podemos penalizar o contribuinte punindo-o com o ônus das despesas com saúde. O abatimento, na declaração de imposto de renda de pessoa física, das despesas com medicação, desde que efetuada pessoalmente mediante prescrição médica, e por isso indispensável, não é apenas uma questão de justiça social, mas também econômica. Por isso, nada mais justo que o cidadão possa se beneficiar do referido desconto, sendo compensado, de alguma forma, pela omissão do Estado.

Diante desse triste quadro que vive o nosso sistema de saúde, e pelas razões acima expostas, peço o apoio dos ilustres pares à aprovação desta nossa proposta, que tem grande relevância econômica, social e jurídica para o cidadão contribuinte do Imposto sobre a Renda.

Sala das Sessões,



Senador CIRO NOGUEIRA

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

.....

Seção II DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

.....

Brasília, 5 de outubro de 1988.

Ulysses Guimarães , Presidente - *Mauro Benevides* ,

.....

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1ª Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

Mensagem de veto

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

Regulamento

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 1996 o imposto de renda das pessoas físicas será determinado segundo as normas da legislação vigente, com as alterações desta Lei.

Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

II - das deduções relativas:

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

§ 2º O disposto na alínea a do inciso II:

III - limita-se a pagamentos especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento;

Brasília, 26 de dezembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômico, cabendo à última a decisão terminativa)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estou me inscrevendo para uma comunicação parlamentar.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente. V. Exª está devidamente inscrito.

Senador Jarbas.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE. Sem revisão do orador.) – Também solicitaria minha inscrição para uma comunicação inadiável.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Segundo orador na inscrição de comunicações inadiáveis.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, também solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Também peço a palavra para uma comunicação inadiável.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Agora nós temos quatro oradores inscritos e, de acordo com as regras regimentais, até três Senadores poderão usar da palavra durante a sessão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Obrigado, Srª Presidente. V. Exª fica me devendo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada. Imagina. V. Exª terá oportunidade de falar ainda.

Convidamos para fazer uso da palavra, como primeiro orador inscrito, o Senador pelo PDT de Rondônia Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Vanessa Grazziotin, do nosso vizinho Estado do Amazonas, Srªs e Srs. Senadores, antes de entrar nos temas que quero abordar hoje, anuncio aqui a notícia que recebemos com alegria nesse final de semana de que a brasileira Graciela Falqueto Saraiva, que havia sido expulsa da Marinha norte-americana

sob acusação de *dopping*, está sendo reintegrada àquela força militar.

Conforme foi publicado na revista *IstoÉ* no início do mês, e anteontem na edição do *Jornal de Brasília*, em reportagem da jornalista Rayssa Tomaz, a jovem brasileira havia perdido o prazo de apresentação de sua defesa, após um exame de urina ter apresentado sinais de codeína, um dos princípios ativos do Tylenol, que ela usou sob orientação médica antes do exame.

Sensibilizados com o drama da jovem e de sua família, que é de Rondônia, entramos em contato com a Senadora Barbara Mikulski, do Estado de Maryland, nos Estados Unidos. Ficamos felizes com a informação de que a Marinha dos Estados Unidos decidiu reabrir o processo e garantir o amplo direito de defesa da jovem Graciela Saraiva. Ficam aqui nossos cumprimentos à Graciela e a toda sua família. Desejo toda a sorte do mundo em sua carreira militar, já condecorada com oito medalhas por bravura em combate. Meus cumprimentos a toda a sua família, que entrou em contato conosco.

Nós fizemos gestão junto ao Senado americano e fomos atendidos no nosso pleito, aliás, o pleito da família da Graciela, que é originalmente do Estado de Rondônia, nosso Estado.

Outro assunto que abordo antes de efetivamente iniciar a nossa participação na sessão de hoje é com relação ao grande e injustificável atraso na publicação do decreto da transposição dos servidores de Rondônia para os quadros federais. Não são apenas os servidores rondonienses e seus familiares que aguardam com extremada impaciência este episódio que já vem sendo chamado de “novela” lá em nosso Estado de Rondônia.

Rondônia inteira aguarda este ato de justiça para com a nossa população, que vai ver um quadro que era originalmente federal ser refederalizado, gerando uma economia de cerca de R\$20 milhões ao mês aos cofres do Estado de Rondônia. Rondônia precisa desses recursos com urgência para corrigir graves distorções no setor de saúde e de educação.

Julgo que realmente nosso povo e nossos servidores não estão pedindo demais. Queremos apenas que o que já foi definido dentro do decreto seja publicado, pois já pronto está e assim passe a vigorar. Não há mais justificativas para atrasos. A cada dia que passa sem que isso seja definido, centenas de pessoas sofrem dentro do sistema de saúde com graves problemas, milhares de estudantes prejudicam seu futuro em um setor educacional carente. Solicito, portanto, ao Ministério do Planejamento e seus técnicos que definam de uma vez por todas essa questão da transposição.

Não cabe interpretar o que foi decidido aqui no Congresso Nacional, o que foi sancionado pelo Presidente da República, então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Cabe ao Ministério do Planejamento e à Casa Civil executar o que foi decidido aqui, o que foi votado aqui nesta Casa, foi votado na Câmara Federal, foi sancionado, repito, pelo Presidente; cabe executar, fazer com que a transposição passe a ser uma realidade para os servidores de Rondônia, e para que o nosso Estado de Rondônia, para que o nosso Governo possa ter em seus cofres públicos esse caixa extra que vem muito contribuir para o desenvolvimento do nosso Estado e que será, com certeza, aplicado na área de saúde e na área de educação.

Voltado aos nossos temas, destaco aqui que esta Casa reinicia seus trabalhos agora neste ano de 2011, com as bênçãos de Deus e com a esperança de todo o povo brasileiro por tempos melhores. Começamos o ano infelizmente sofrendo um duro golpe aplicado pela mãe natureza, mostrando o quanto somos pequenos. A tragédia na região serrana do Rio de Janeiro atingiu o País em uma época que tipicamente está associada a alegria e festejos, a férias, a descanso.

Diante dos fatos, esta Casa reagiu rapidamente e se mobilizou para colocar em pauta o debate sobre soluções para um problema que, no final das contas, não pode ser apontado como uma grande surpresa para a Nação. Considero de suma importância a manutenção de uma comissão técnica no Congresso para que possamos acompanhar a implantação de um sistema de prevenção contra desastres naturais e sua constante atualização, assim como atuar no sentido de fiscalizar sua operacionalidade de forma diligente.

Se começamos o ano de forma dolorosa nesse sentido, politicamente damos o pontapé inicial no ano legislativo com promessas de mudanças significativas para o nosso País.

Cumprimento, neste momento, o Senador José Sarney, Presidente desta Casa, pela sua contribuição para a política nacional com sua figura de consenso e de liderança. Eu, que sou a favor da renovação, confio que S. Ex^a tem a grande missão, o importante desafio de promover a renovação na direção do Senado Federal.

Conheço pouco S. Ex^a como pessoa, mas, considerando-nos completamente a par de sua história na política brasileira, temos certeza de que este será o melhor e mais produtivo de todos os seus mandatos. Tenho certeza disso e seu discurso no dia da reabertura dos trabalhos nesta Casa assim parece confirmar os meus anseios, que são de todos os brasileiros.

Nós do PDT também estamos de acordo de que este é o melhor momento para as reformas política e

tributária, itens fundamentais para vencer a luta contra a miséria no Brasil, como nos convocou a Presidente Dilma, aqui mesmo, há poucos dias. Sei que S. Ex^a também pensa assim, e por esse motivo é que encabeçou, de forma tão sábia, a reforma do Código de Processo Civil.

Esta, definitivamente, é a hora! Como S. Ex^a mesmo destacou – e quero recordar aqui as suas palavras proferidas no último dia 2 –: “Enfrentemos as reformas política, eleitoral e tributária. Vamos concluir a reforma judiciária e tomar as medidas que ajudem a erradicar a pobreza e a miséria no Brasil”.

Reitero que nós, do PDT, estamos à disposição para o debate, para fazer o que vier a ser o melhor para a democracia brasileira, com relação às reformas política e tributária. A reforma tributária é considerada a mãe das reformas. Precisamos dela para o surgimento de um número maior de indústrias para que o Brasil possa posicionar-se de forma mais competitiva no cenário internacional, para que exportemos mais produtos manufaturados e menos matéria-prima, e, assim, gerando mais emprego no nosso País. Faz-se necessária a reforma tributária, principalmente, devido ao custo de mão de obra do produto a ser manufaturado.

Por isso, consideramos tão urgente a desoneração dos impostos que recaem sobre a remuneração do trabalhador, pois são esses impostos que reduzem o salário e aumentam o custo Brasil, tornando-nos incapazes de competir em pé de igualdade com os países asiáticos.

Será de grande valia para todo o desenvolvimento de nosso País a medida tomada ontem, nesta Casa, com a aprovação da Medida Provisória nº 501/2010. Ela afeta diretamente a nossa capacidade de trabalho e produção, gerando investimentos maciços no setor energético. Através do repasse de recursos do Tesouro Nacional ao BNDES, o valor disponível para investimentos no setor elétrico de R\$44 bilhões para R\$134 bilhões, ou seja, direciona R\$90 bilhões a mais para investimento no setor. Isso gera mais oportunidades de investimento em energia e, por consequência, mais empregos.

Somente para Rondônia serão destinados, desses recursos, cerca de R\$1,1 bilhão. Dentro da medida provisória que foi aprovada, também, há mudança de alguns dispositivos na Lei nº 12.111, de 2009, que disciplina o serviço de energia elétrica nos chamados sistemas isolados. Essas mudanças mexem diretamente com Rondônia, com a nossa Ceron, a distribuidora de energia elétrica de Rondônia.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Com a aprovação, os custos relativos à compra da energia gerada pela Termonorte não serão bancados pelo consumidor, pela Eletronorte ou mesmo pela Ceron; eles serão cobertos pela conta de consumo de combustíveis. Esse é encargo do setor elétrico brasileiro, cobrado nas tarifas de distribuição e nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e transmissão.

Esse encargo é pago por toda as empresas concessionárias e distribuidoras de energia elétrica e pelas concessionárias de transmissão de energia elétrica no Brasil. Para cobrir os custos anuais de geração termoelétrica eventualmente produzida no País, principalmente na região Norte do Brasil, em áreas ainda não interligadas do sistema nacional, chamados “sistemas isolados”...

(Interrupção do som.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PC do B) – V. Exª tem dois minutos para concluir, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Srª Presidente.

E cujo montante anual é fixado pela Aneel para cada empresa em função de seu mercado e da maior ou menor necessidade de uso das usinas termoeletricas.

Medidas como essa, somadas à flexibilização da contratação do Fies para os estudantes brasileiros, assim como facilitar o seu pagamento, têm um grande potencial de gerar desenvolvimento, economia e empregos no Brasil.

Parabenizo todos os integrantes desta Casa pelas decisões tomadas ontem aqui no plenário.

Quero encerrar esta minha participação dando boas-vindas a todos os nobres Parlamentares que chegam a esta Casa pela primeira vez, junto com aqueles que retornam, trazendo de volta sua experiência e sabedoria. Com a pouca experiência que tenho aqui nesta Casa, de pouco mais de um ano de atuação, ousado, com toda a humildade, sugerir que todos nós saibamos enxergar os nossos trabalhos aqui acima de diferenças partidárias e políticas, colocando nossa atuação e nossas decisões sempre a serviço da população brasileira, sob a orientação permanente do bom senso e do consenso. Estou certo de que, seguindo essa filosofia, empreenderemos, em 2011, uma legislatura produtiva e de grandes resultados para o nosso País. Tenho a honra de fazer parte desse grupo que, tenho certeza, marcará a história desta Casa com muito brilho e sabedoria.

Eram essas as minhas ponderações na tarde de hoje, Srª Presidente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Cumprimentamos V. Exª pelo pronunciamento.

Dando sequência aos trabalhos, convidamos para fazer uso da palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Paulo Paim.

Antes que V. Exª, Senador, inicie, convido o Senador Acir Gurcacz para continuar na direção dos trabalhos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin, que foi minha colega como Deputada Federal, da qual só tenho recordações das melhores, sei que não será diferente nesta Casa.

Cumprimento todos os Senadores e Senadoras que estão principalmente chegando, em especial minha amiga do Rio Grande do Sul, Senadora Ana Amélia, que substitui aqui o brilhante também Senador Sérgio Zambiasi, que optou por não concorrer ao Senado nesta Legislatura.

Srª Presidente, como não poderia deixar de ser, venho à tribuna na tarde de hoje para tratar de dois temas. O primeiro é o famigerado fator previdenciário. Tenho dito, ao longo de mais de 11 anos, desde que ele surgiu, que esse fator é a lei mais perversa inventada no Brasil e no mundo contra os trabalhadores. Não existe um país que adote esse famigerado fator. O que estou dizendo aqui já disse centenas de vezes da tribuna e também na campanha eleitoral.

Sr. Presidente, 2011 deve ser o ano em que o Congresso Nacional vai acabar com essa enorme injustiça. O exemplo mais claro, Srªs e Srs. Senadores, é que quem ganha – e esse é o teto que vai chegar ao Supremo – até R\$30 mil do Executivo, do Legislativo e do Judiciário não tem fator – repito: do Legislativo. Como se explica que quem ganha até R\$3.500,00, que é o assalariado, o celetista, pega o fator e se aposenta, no caso da mulher, especificamente, com a metade daquilo a que ela teria direito. Pagou sobre R\$2.000,00, vai se aposentar com R\$1.000,00. É inaceitável.

Para mim é uma questão de honra combater até a morte esse famigerado fator.

Espero que o novo Congresso... O Senado já fez a sua parte, a Câmara é que não faz a dela; está engavetado lá, há vários anos, o fator previdenciário. Espero que ele seja votado. Queira Deus que a gente possa terminar o ano dizendo: votamos o fim do fator previdenciário.

Eu chego a dizer que é muito difícil encontrar um Deputado ou um Senador, a não ser em raras exceções, que, durante a campanha tenha dito: “Eu vou

para lá para manter o fator previdenciário". Quando perguntados, tenho certeza de que disseram: "Não, é uma lei injusta, e vamos mudá-la".

Quero cumprimentar o Senador Garibaldi, nosso colega aqui, que votou contra o fator, veio à tribuna e se posicionou contra o fator, acompanhou o nosso voto e o projeto e tem dado declarações de que gostaria de encontrar alternativas ao fator previdenciário.

Espero que o Colégio de Líderes na Câmara junto com meu amigo Presidente daquela Casa, Marco Maia, coloque a matéria em votação, e a gente possa dizer o seguinte: isonomia, direitos iguais para todos, para o pobre e – e por que não dizer? – para o rico. Só isso que estamos querendo. O pobre vai ter o mesmo direito de se aposentar que têm os trabalhadores que ganham altos salários.

É justo, Senador Mozarildo e todos que votaram comigo nesse tema, que o cidadão que pagou sobre mil reais, mil realzinhos, e, na hora de aposentar, receba sobre o salário-mínimo? Essa diferença vai para quem? Vai para pagar a aposentadoria integral de quem ganha altos salários.

Esse é o mundo real. Eu, quando venho à tribuna, procuro entrar no mundo real. Esse é o mundo real!

Outro tema de que eu queria tratar ainda nestes dois minutos é o do salário-mínimo. Não entendo essa história de dizer que o salário-mínimo é isso e acabou. Por que esta Casa se chama Parlamento? É uma Casa de diálogo, de entendimento. Se não houve entendimento entre as centrais e o Executivo, é natural que esta Casa chame para a si a responsabilidade de fazer a mediação. Mesmo que houvesse o entendimento, a última palavra seria do Congresso Nacional.

Já ouvi dizerem que, se for mais que R\$540,00, será vetado. Independentemente de a Casa aprovar R\$540,00, R\$545,00, R\$550,00, R\$560,00, R\$580,00, o que não se pode é passar a impressão de que esta Casa não tem que se posicionar. Senão, daqui a pouco, Senador, se a Casa não se posiciona, é melhor que ela seja fechada. Não tem razão, porque, nesse caso, só um poder manda e a outra Casa cumpre. Vai cumprir em casa então, não teria razão de estar aqui.

O que eu defendo – e acho que, com isso, nós estamos ajudando a sociedade brasileira, estamos ajudando o Executivo, estamos ajudando o Parlamento, estamos ajudando as centrais sindicais – é colaborar na mediação, na negociação.

Se não é possível R\$580,00, pode também não ser aceitável R\$540,00 ou R\$545,00. É possível construir um outro número? Por que não trabalharmos para isso?

Ora, em 1º janeiro do ano que vem, queiram ou não queiram gregos e troianos, o salário-mínimo terá

um reajuste de 14%. Estão assegurados 14% em 1º de janeiro, que é a inflação mais o PIB, porque o PIB deste ano que passou foi bom, pois o do ano anterior foi zero... Dizem: "Não, mas existe uma política salarial e quando o PIB foi zero, é zero". Ora, se a economia foi bem, se os empresários produziram muito, venderam muito, empregaram muito e a previdência arrecadou muito, não há por que não construir um entendimento que seja um percentual de aumento real de 3% ou 4%, sabendo que em janeiro terão que dar 14%, queiram ou não. Então, é possível, sim, chegar a um número de acordo e de entendimento.

Eu conversei com as centrais sindicais. Elas querem o acordo. Elas querem uma saída negociada. Eu não vejo motivo algum para esta Casa não convocar o Congresso Nacional, as centrais, o Executivo, os empresários e fazer aquilo que chamo de bom debate, no mais alto nível, para que possamos avançar mais.

Pode ser que para muitos dez ou quinze reais a mais não seja nada, mas para o trabalhador significa mais um pãozinho na mesa, significa mais um copo de leite na mesa, significa um pouquinho mais de qualidade de vida.

Quando eu venho à tribuna, embora eu fale de forma incisiva, eu o faço de forma respeitosa e carinhosa com o Executivo, com as centrais e com este Parlamento. Parlamento vem de falar, falar, dialogar. Então, não há motivo algum para alguém ficar bravo porque alguém disse que dá para conversar mais sobre a elevação do mínimo, como também dos aposentados e pensionistas.

Todos sabem, e esta Casa já aprovou, nós, no Senado, já aprovamos, que devia se estender aos aposentados o mesmo percentual dado ao mínimo. Isso não quebra a previdência coisíssima nenhuma. Eu vou aprofundar este debate...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Paulo Paim, apenas seguindo a orientação da Mesa, com essa rigidez do horário, quero conceder mais um minuto para V. Ex^a terminar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só mais um minuto, para dizer que eu aprofundo este debate na quinta e na sexta, para mostrar que o Brasil é o país do mundo onde mais se arrecada para a previdência. Os Estados Unidos, a Alemanha, a Itália, a França, a Espanha e o Chile arrecadam a metade do que nós arrecadamos. Então, não tem essa para cima de mim de que a previdência está falida. Tenho documentos do Siafi de que ela é superavitária.

Agradeço e explico que só não pude dar o aparte aos Senadores que me pediram porque nesse espaço

não é permitido. A Mesa me alertava que eu não podia dar o aparte porque estamos em comunicações parlamentares, mas, com certeza, amanhã e sexta vamos aprofundar este debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, a Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Paim, agradeço pela compreensão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra V. Ex.^a

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Sem revisão do orador.) – Apenas para registrar o relatório do IBGE, que atesta que a produção industrial brasileira cresceu, no último ano, 10,5% e que o nosso Estado, o Estado do Espírito Santo, Estado que represento neste Senado, cresceu 22%, fato relevante porque tem demonstrado a expansão da oportunidade dos capixabas.

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu gostaria de pedir a V. Ex.^a compreensão e passar a palavra ao próximo orador inscrito. Em seguida, V. Ex.^a poderá pedir a palavra pela ordem, para que a gente possa avançar entre os oradores aqui presentes.

Assim sendo, quero conceder a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, do PT do Paraná e, em seguida, a V. Ex.^a.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, o que me traz aqui é a continuidade de um tema que antes de ontem e ontem foi debatido nesta Casa: o sistema elétrico brasileiro e o dito e malfadado apagão que aconteceu na região Nordeste, que aqui foi muito debatido.

É certo que, na madrugada de sexta-feira passada, a região Nordeste do Brasil enfrentou um blecaute, que foi tema de amplo debate deste Plenário e da mídia. E digo blecaute porque naquele momento de discussão, antes de ontem, neste plenário, esclareci a diferença entre blecaute e um apagão. Blecaute é um problema de ordem técnica e apagão temos por falta de geração de energia. Isto é importante ficar claro aqui. Inclusive, isso foi demonstrado com a competência usual pelo nosso especialista sobre o assunto,

Senador Delcídio do Amaral, que tratou do episódio aqui com dados técnicos sobre a falha que aconteceu no nosso sistema.

Em síntese, o mau funcionamento de um disjuntor na Subestação Luiz Gonzaga provocou a queda em uma das suas linhas de transmissão e, posteriormente, o desligamento da subestação, devido a uma falha do sistema. A partir daí houve oscilações no sistema, seguidas de atuação das Proteções de Perda de Sincronismo, o que, ao final, resultou na queda do subsistema Nordeste.

Ao longo desta semana, muito se falou sobre o fato e por vezes, de forma absolutamente equivocada, foram feitas comparações com o famoso apagão de 2001.

Há dez anos, o País experimentou uma crise de racionamento de energia, que durou quase onze meses, situação criada pelo modelo de gestão do então Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, na época, abandonou completamente o planejamento do setor elétrico brasileiro, movido, claro, pelo ares de que o mercado daria conta de tudo.

A experiência trágica de 2001, que, além de comprometer a vida cotidiana do povo brasileiro, afetou, já naquela época, o nosso inexpressivo crescimento econômico, mas também aprofundou um entendimento, em 2003, da então Ministra de Minas e Energia, hoje nossa Presidenta, Dilma Rousseff, para que ela apresentasse ao País um novo modelo para o setor elétrico brasileiro.

Eu tive oportunidade de acompanhar, como Diretora Financeira de Itaipu, as discussões e a implementação desse modelo e digo que foi um dos planos mais ousados de reestruturação do sistema elétrico no mundo.

Com o auxílio deste Congresso Nacional, desde a aprovação do modelo o Brasil não convive mais com as incertezas acerca da geração futura de energia. A criação da Empresa de Pesquisa Energética é, verdadeiramente, um marco na retomada do planejamento estratégico do setor, que somou-se também à criação da Secretaria Nacional de Planejamento Energético.

Os números evidenciam o sucesso do novo modelo. Entre 2003 e 2010, a matriz energética brasileira cresceu 25% em comparação a tudo o que foi implantado historicamente até 2002 – 25%.

Nos últimos anos, foram construídos e instalados 21.800 quilômetros de linhas de transmissão, um crescimento de 30% em relação ao que tínhamos no final de 2010.

Ao nosso parque gerador de energia elétrica foram acrescidos 27.900 megawatts, o que representa 35% de tudo o que existia no Brasil, até 2002. Ou seja,

a nossa capacidade de energia instalada saltou de 80.300 megawatts para 110.000 megawatts em oito anos, uma média de 3,5 mil megawatts ao ano.

Ao fim de 2010, 11 usinas hidrelétricas estavam em construção, com previsão de fornecer 8.796 megawatts de energia ao País.

A realidade é que a nova condução da política energética do Brasil garantiu em todo este período um crescimento industrial e econômico seguro e sem sobressaltos. Não cresceríamos em 2010 mais de 7% se não tivéssemos geração suficiente de energia.

A partir de 2007, o PAC passa a ser o vetor de implantação do planejamento estratégico do setor elétrico. Na área de transmissão de energia elétrica, é acompanhado no PAC o total de 119 ações, entre linhas de transmissão e subestações planejadas e em implantação, que correspondem a aproximadamente 25 mil quilômetros de linha, 25% da rede básica atual instalada.

Foram concluídos, até o momento, 39% das ações; 53% estão em ritmo adequado e 8% com restrição, em decorrência dos prazos muito longos, necessários para a obtenção das licenças ambientais – talvez o nosso maior desafio para efetivamente o setor elétrico brasileiro poder fazer a expansão que tanto necessita.

Na área de geração de energia elétrica, o PAC contempla 195 ações, não incluídas as usinas do Proinfa, referentes a estudos e inventários, estudos e viabilidades hidrelétricos, usinas planejadas e usinas em implantação, que somam aproximadamente 92 mil MW, quase a potência instalada que temos. Desse montante, 43% estão concluídos; 35%, em ritmo adequado; e 13% merecem uma atenção ou apresentam restrições junto aos órgãos ambientais.

Entre as obras estratégicas para o suprimento de oferta de energia elétrica no médio prazo, destaca-se a celebração dos contratos de concessão das usinas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, que representarão juntas um acréscimo de 6.450 MW na capacidade instalada de geração do sistema elétrico e garantirão o fornecimento de energia a partir de 2012 e 2013, respectivamente.

No que se refere ao suprimento de energia elétrica, no longo prazo, destaca-se o leilão da usina de Belo Monte, no rio Xingu, que representará um acréscimo na capacidade instalada de 11.233 MW, cujo contrato de concessão foi assinado em 26 de agosto de 2010 e garantirá o fornecimento de energia a partir de 2015.

Belo Monte é uma grande obra necessária ao desenvolvimento deste País, gerando energia limpa, de qualidade renovável.

Vale ressaltar que no PAC também estão inseridas 105 usinas do Proinfa, das quais 86 (45 PCHs, 35

eólicas e 6 biomassa) entraram em operação comercial desde o início do programa, totalizando a disponibilização de mais 1.816,6 MW ao sistema elétrico.

Totalizando as usinas hidrelétricas, termelétricas, pequenas centrais hidrelétricas e energia oriunda do Proinfa, que entraram em operação comercial entre 2007 e 2010, apenas no âmbito do PAC, foram acrescentados 9,8 mil MW a nossa matriz energética.

Neste período, foram realizados 15 leilões de geração, que somaram quase R\$104 bilhões em investimento e oferta de energia da ordem de 42,4 mil MW.

Além de tudo que foi e está sendo feito, a segurança do novo modelo também permitiu a condução do Programa Luz para Todos, que já levou energia elétrica a mais de 13 milhões de brasileiros no meio rural, buscando a inclusão e o acesso à cidadania a todos.

Ao longo dos anos, estima-se que o Programa Luz para Todos tenha gerado cerca de 398 mil empregos. Na sua implementação, foram usados cerca de 6,6 milhões de postes, 978 mil transformadores e 1.283 km de cabos elétricos. Apenas no ano de 2010, o Luz para Todos beneficiou aproximadamente dois milhões de pessoas, com realização de 419.204 ligações.

O Luz para Todos é mais uma iniciativa do Governo do Presidente Lula, cuja participação da então Ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff foi preponderante para o êxito obtido.

É importante dizer que hoje nós temos mais de 98% da nossa população com acesso à energia, que não estão mais usando luz de candeeiro, Sr. Presidente. Isso é uma avanço para o nosso País.

Sr^{as} e Srs. Senadores, voltando ao incidente que gerou o blecaute da semana passada no Nordeste, convém lembrar que, de acordo com vários especialistas, tratou-se de um episódio raro, jamais registrado, como aqui falou ontem o nosso nobre colega Senador Delcídio.

Confrontando muitas afirmações em sentido contrário, o sistema elétrico nacional é, sim, um dos mais modernos do mundo, e sua manutenção, realizada com toda atenção e excelência necessária.

Aliás, no caso específico da Subestação de Luiz Gonzaga, embora o fabricante dos equipamentos recomende a manutenção de oito em oito anos, a Chesf as realiza de quatro em quatro, sendo que a última vistoria foi feita em outubro de 2010.

É evidente, portanto, que estamos diante de uma fatalidade indesejada – é claro –, mas houve uma pronta resposta por parte dos agentes envolvidos. Afinal, descoberta a causa do blecaute, o que foi feito em tempo mínimo, as providências para correção foram tomadas, e o resultado foi que, em até duas horas,

cinco das sete capitais envolvidas já estavam com a oferta de energia normalizada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, blecautes infelizmente acontecem. Por vezes, a motivação é um fenômeno da natureza, como foi o caso do raio que atingiu uma das linhas de transmissão de Itaipu em 2009. Em outras, podem ser problemas no sistema, como no caso do blecaute de 2003 na Costa Leste dos EUA e do Canadá, que deixou a cidade de Nova York por 24 horas sem luz.

Devemos tentar evitá-los – e assim temos feito – e, quando ocorrem, buscar solucioná-los no menor tempo. E assim procedeu a Chesf no Nordeste.

O que não podemos aceitar nunca mais, em hipótese alguma, é a falta de planejamento no setor elétrico que possa colocar em risco o fornecimento de energia no País. E, neste Governo, posso garantir, com toda certeza, que esse perigo nós não temos. O Brasil retomou o seu planejamento em energia elétrica, contratamos energia para os próximos cinco anos – portanto, hoje já temos contratada energia para 2016 – e, com isso, nós temos condições de manter o ritmo do crescimento econômico pujante que o Brasil está apresentando ao mundo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever no horário de lideranças pelo PV.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a será inscrito.

Com a palavra, o Senador Jarbas Vasconcelos para uma comunicação inadiável por cinco minutos.

Em seguida, falará o Senador Eduardo. Será um orador inscrito e, em seguida, V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, uma das melhores notícias deste início de legislatura, Sr. Presidente, foi o anúncio pela Presidente Dilma Rousseff de que a reforma política será uma prioridade do seu mandato, contrariando tudo que se falava sobre o tema até o início deste mês. Espero que seja realmente um compromisso real e não apenas uma promessa.

É consenso que a Reforma Política não precisa ser encaminhada pelo Poder Executivo – como chegou a ser feito sem sucesso pelo governo anterior. Mas também é igualmente consenso que, sem o apoio da base parlamentar governista, é impossível que as propostas sejam aprovadas, ainda mais com a extre-

ma fragmentação partidária existente hoje na Câmara dos Deputados.

Diante da afirmação do Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, de que a reforma política deverá ser apreciada de forma “fatiada”, item por item, quero sugerir que esta Casa coloque em votação a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2007, de minha autoria, que extingue as coligações partidárias para as eleições proporcionais, mantendo o instrumento apenas para a disputa majoritária.

Apresentei essa PEC no dia 11 de abril de 2007 – logo após a minha chegada aqui nesta Casa –, e ela foi rapidamente aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em 15 de agosto do mesmo ano, por meio de um brilhante relatório do nobre Senador Tasso Jereissati.

Mas, como tantas outras propostas que tratam da reforma política, a PEC não avançou. No próximo dia 21 completar-se-ão dois anos que subi a esta tribuna para defender que a Presidência desta Casa submetesse ao Plenário requerimento de minha autoria solicitando a inclusão da matéria na Ordem do Dia. Infelizmente, como em tantos outros casos, o requerimento foi solenemente ignorado, e a matéria continua com a sua tramitação paralisada.

Quando a Casa não quer resolver alguma questão a primeira coisa que faz é designar um grupo de trabalho ou, então, instituir uma comissão de alto nível para tratar do assunto.

Eu tenho muito receio dessa Comissão da Reforma Política designada pelo Presidente do Senado, que se comporta como o novo paladino, e se coloca como se a Reforma Política fosse uma necessidade nova, surgida de repente. Se houver boa vontade, não de V. Ex^a senador Mozarildo Cavalcante, que está eventualmente presidindo esta sessão, mas se houver interesse verdadeiro da Mesa, em votar a PEC n.º 29 de minha autoria, que extingue essa aberração que só existe no Brasil, que são as coligações nas eleições proporcionais, basta negociar com as lideranças. A PEC já consta da ordem dia, assim, basta aprovar e enviá-la à Câmara.

No meu entender são três coisas fundamentais na Reforma Política, esta que defendo desde que aqui cheguei, a cláusula de desempenho estabelecendo o mínimo de 5% para que um partido possa ser representado no parlamento nacional e a questão da fidelidade partidária que, tanto o Senado quanto a Câmara não se posicionaram, o que elevou o Supremo Tribunal Federal se pronunciar sobre a matéria.

Quando vemos episódios com o esse, firmamos a convicção de que o Congresso Nacional é o principal responsável pela não aprovação da reforma política.

É ele, somente ele, que tem responsabilidade na não aprovação da Reforma Política, mesmo agora quando o Presidente da Câmara dos Deputados anuncia que ela pode sair de forma fatiada.

Quero pedir só a paciência de V. Ex^a, não tem aparte e meu pronunciamento vai ser curto.

Sr. Presidente, a matéria é tão relevante que mereceu o editorial do último dia 8 de fevereiro de ontem, do Estado de S. Paulo

De ontem, de *O Estado de S. Paulo*, o chamado Estadão, que solicito que passe a integrar o meu discurso, onde se afirma: “ Se fosse para aprovar uma única medida de reforma política (...) ela deveria ser o fim das coligações nas eleições proporcionais, (...) que é a causa primeira da proliferação de legendas nanicas, cujos donos trocam com as legendas maiores tempo de TV no horário eleitoral por vagas na chapa comum”.

A omissão do Congresso possibilitou que o envolvimento do Poder Judiciário com as questões partidárias e eleitoral, complicando ainda mais um quadro de distorções que só faz se ampliar ano após ano. A última dessas intromissões diz respeito diretamente à existência da coligação nas eleições proporcionais.

Recentemente, Sr. Presidente, provocado por um Suplente de Deputado Federal por Rondônia, o Supremo Tribunal Federal determinou que, em caso de substituição do Titular do mandato, quem deve assumir é o Suplente do partido e não o Suplente da Coligação, como ocorria até então. Vale destacar que essa posição do Supremo é coerente com as decisões tomadas anteriormente sobre a fidelidade partidária de que o mandato pertence ao partido e não ao Parlamentar, mas a verdade é que se criou uma insegurança política. Essa decisão, segundo levantamento do próprio “Jornal O Estado de S. Paulo”, levará à mudança de Titular em 20 das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados, afetando a composição das Bancadas de 13 Estados.

Vejam Sr^{as} e Srs. Senadores, a que ponto chegou a insegurança jurídica do País, em razão da inação do Congresso: Enquanto a Câmara dos Deputados resolveu continuar convocando os Suplentes das Coligações e só irá cumprir a liminar depois de um “processo interno”, algumas Assembléias Legislativas pensam em seguir a liminar do Supremo. Poderemos ter Estados onde serão convocados os suplentes dos partidos e em outros permanecerá valendo a regra anterior.

Estou concluindo, Sr. Presidente.

Só para citar dois exemplos. A Assembléia Legislativa de Minas Gerais vai seguir a determinação da Câmara dos Deputados enquanto a Assembléia

Legislativa de Pernambuco, meu Estado, optou pelo suplente dos partidos.

Diante das duas opções é óbvio que irá prevalecer a conveniência política local, o que é péssimo para o nosso sistema já tão fragilizado.

Por enquanto, Sr. Presidente, essa decisão do Supremo ocorreu em caráter liminar, sem o julgamento do mérito. Mesmo assim, fica evidente as fragilidades das coligações nas eleições proporcionais - um absurdo, que, como já afirmei, só existe no Brasil.

Caso o Supremo confirme a posição de assegurar a posse de suplente dos partidos, fica exposto o fato de que a coligação proporcional é um mero esquema eleitoral, uma distorção por meio da qual o eleitor vota em José e elege João.

O Senado Federal tem, com a PEC 29, de 2007, a oportunidade de corrigir definitivamente essa distorção e resgatar para o Legislativo a prerrogativa de corrigir e aprimorar o sistema político eleitoral brasileiro. Não se precisa criar comissão para estudar reforma política.

Por isso tomei a decisão de vir mais uma vez a esta tribuna para fazer um apelo para que a PEC nº 29 seja submetida à votação nesta Casa, de forma que a sua votação permita que as próximas eleições municipais ocorram sob novas regras.

Se o Congresso Nacional continuar abdicando de suas prerrogativas constitucionais caberá sempre ao Poder Judiciário a palavra final sobre aspectos importantes da Reforma Política, como ocorreu com a fidelidade partidária e ocorre agora com as coligações proporcionais.

É hora de o Senado reconquistar um pouco de sua dignidade perdida. Ao ouvir o apelo da sociedade que anseia por um sistema eleitoral mais justo e representativo, esta Casa tem a oportunidade de finalmente exercer seu papel constitucional aprovando o fim das coligações para as eleições proporcionais.

Por tudo isso, Sr. Presidente, agradecendo a boa vontade de V. Ex^a e a sua benevolência, quero deixar aqui registrado não o meu protesto, mas a minha posição no sentido de que a Mesa tenha a sensibilidade necessária de colocar em pauta a votação dessa PEC já aludida, para que possamos, realmente e de fato, iniciar uma verdadeira reforma política no Brasil.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JARBAS VASCONCELOS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

8 fev. 11

Os males das coligações

Se fosse para aprovar uma única medida de reforma política – na impossibilidade de fazer o serviço completo de uma vez –, ela deveria ser o

fim das coligações nas eleições proporcionais, ou seja, para os Legislativos federal, estaduais e municipais. Além de ser um contrassenso dentro da própria lógica do sistema eleitoral – coligações apenas fazem sentido para disputas de cargos executivos e de cadeiras no Senado, em que os mais votados levam tudo –, o esquema é a causa primeira da proliferação de legendas nanicas, cujos donos trocam com as legendas maiores tempo de TV, no horário eleitoral, por vagas na chapa comum.

É também responsável por algo ainda pior: o efeito perverso de dis-

torcer a vontade do eleitor, portanto, reduzindo a representatividade das Casas Legislativas constituídas a cada ciclo eletivo. Isso porque, no que os cientistas políticos denominam evasão de votos, o incauto cidadão crava o nome do candidato A do partido X para deputado ou vereador e acaba elegendo, contra sua vontade, o candidato B do partido Y coligado àquele.

Naturalmente, como tudo mais nas regras da competição política, o arranjo sobrevive porque convém aos competidores. Todo o resto sendo igual, as chances de um interessado em “servir ao povo” são maiores à sombra de uma coligação do que em raia partidária exclusiva. Mas numa situação pelo menos, a aberração joga os políticos uns contra os outros e ajuda a promover a polêmica intervenção do Judiciário na esfera político-parlamentar.

É o que acontece quando um par-

lamentar deixa a sua cadeira para ocupar um posto no governo ou quando se elege, digamos, prefeito. Quem deve preencher a vaga aberrata? O primeiro suplente que pertença ao mesmo partido ou o primeiro da lista da coligação, qualquer que seja a sigla a que pertença? A tendência histórica da Câmara dos Deputados é empossar quem encabeça a fila e ponto. O Supremo Tribunal Federal (STF) se inclina pela outra alternativa, partindo da premissa – afirmada na sua decisão obrigando à fidelidade partidária, salvo em circunstâncias estritamente definidas – de que os mandatos não pertencem aos mandatários, mas às legendas às quais se filiam e pelas quais se elegeram.

Não se trata de uma divagação acadêmica. Segundo um levantamento deste jornal, publicado ontem, 20 das 513 cadeiras da Câmara poderão mudar de mãos, afetando a composição das bancadas de 13 Estados conforme o critério adotado para preenchê-las. O Supremo Tribunal se manifestou a respeito pela primeira vez, em caráter liminar, ou seja, sem julgamento do mérito da questão, em dezembro último. Numa decisão tomada por 5 votos a 3, a Corte acolheu recurso impetrado por um suplente do PMDB de Roraima para substituir um companheiro de sigla que renunciara ao cargo.

Dias atrás, a ministra Carmem Lúcia determinou que um suplente do PPS mineiro e outro do PSB fluminense substituam os titulares licenciados das respectivas agremiações – embora a Mesa da Câmara tenha dado posse, no caso de Minas, a um suplente do PR e, no caso do Rio de Janeiro, a um do PMN. A Câmara resolveu analisar cada caso separadamente e só cumprir as liminares depois de um aparentemente superfluo processo interno.

A visão que prevaleceu no Supremo em dezembro parece coerente, mas não consegue resolver um paradoxo inerente ao sistema de coligações proporcionais. Nos dois casos citados, os suplentes beneficiados tiveram menos votos do que os primeiros da fila de espera. Isso acentua, aos olhos do público, as distorções da já relativa representatividade das Câmaras Legislativas.

No Distrito Federal, por exemplo, Augusto Carvalho, primeiro suplente, inscrito pelo PPS, da coligação que elegeu governador Agnelo Queiroz, teve 18.893 votos. Mas, pelo entendimento do STF, quem deve substituir o deputado distrital Geraldo Magela, do PT, convidado por Queiroz para um posto na sua equipe, é o suplente petista que recebeu 2.199 votos – 8,5 vezes menos.

É nisso que tã a perpetuação de uma norma eleitoral que, além dos seus malefícios, não presta para nada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, quero dizer aos colegas e às colegas que, estando já há algum tempo aqui no Senado, eventualmente presidindo a sessão, estou cumprindo a recomendação da Mesa de ater-me ao tempo previsto no Regimento. É evidente que fui tolerante e concedi mais tempo aos oradores anteriores e pediria a compreensão dos demais que aqui estão presentes.

Considerando que não está presente em plenário nenhum dos oradores inscritos – seria o caso da alternância –, concedo a palavra, como Líder, ao Senador Eduardo Braga, do PMDB do Amazonas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, chego pela primeira vez à tribuna do Senado na condição de Senador eleito pelo Estado do Amazonas e imaginava, sinceramente, que este primeiro pronunciamento fosse exatamente sobre os novos fundamentos econômicos, sociais e ambientais que temos buscado construir na região amazônica e na região Norte.

No entanto, sou atropelado por fatos extremamente importantes que fazem com que venha à tribuna no dia de hoje, no horário da Liderança do PMDB, para chamar a atenção do Senado da República e obviamente do Ministro da Saúde, com quem estarei hoje às 19h45, sobre uma situação que coloca em estado de alerta e de emergência o povo do nosso Estado e de toda a nossa região.

Refiro-me especificamente ao risco de epidemia de dengue no Brasil e na região Norte do Brasil. O Estado do Amazonas decreta, no dia de hoje, estado de emergência em nove Municípios em razão da situação da dengue. O Governador do Estado, preocupado com o número de mortos no início deste ano, absolutamente fora da curva padrão do Estado do Amazonas, que vem fazendo um esforço de controle da dengue durante todos estes últimos oito anos, decretou emergência em nove Municípios diante de um quadro extremamente preocupante.

Faço este apelo, reconhecendo o esforço que a Presidente Dilma vem fazendo no início do seu Governo com o Ministro Padilha, mas, ao mesmo tempo, dizendo que a situação se torna bastante preocupante quando o número de casos, só na cidade de Manaus, ultrapassa a casa de três mil casos notificados de dengue.

Portanto, Sr. Presidente, parece-me ser um momento de preocupação. Há uma necessidade de que esta Casa, a Câmara Alta do País, comece efetivamente um esforço junto ao Governo para que possamos tratar essa emergência com a devida atenção, prioridade, suporte e apoio.

Sei que este apoio não faltará por parte da Presidente Dilma e do nosso Ministro Padilha, mas efetivamente a situação da dengue começa a estabelecer uma preocupação muito grande no Estado do Amazonas, a começar pela cidade de Manaus.

É importante destacar que, no Estado do Amazonas, neste momento, há três tipos de soro positivo de dengue circulando em nosso Estado: o tipo 1, o tipo 2 e já o tipo 4, em função da nossa fronteira com outros países que já têm uma epidemia de tipo 4 de dengue.

Além deste caso de dengue que está a preocupar a nossa região, é preciso também destacar a atenção que o Governo brasileiro e o Ministério da Saúde devem dar à chegada de imigrantes, absolutamente humanitária e necessária que o Brasil possa socorrer, até pela presença de nossa Força Especial no Haiti, os companheiros que migram para o Brasil vindos do Haiti.

Nós estamos na região de Tabatinga, Sr. Presidente, já com mais de 600 imigrantes do Haiti, todos chegando com estado de saúde extremamente debilitado, com risco de chegarem ao Estado do Amazonas pela fronteira com o Peru com o cólera, que nós já enfrentamos no Amazonas no início da década de 1990, o que nos preocupa, porque foi exatamente por essa porta de entrada que nós tivemos uma grande epidemia do cólera no Estado do Amazonas.

Então, Sr. Presidente, a nossa participação no dia de hoje é para trazer a esta Casa a informação de que o Estado do Amazonas decreta emergência em nove Municípios, para dizer da nossa preocupação com o Estado, que se encontra, neste momento, com risco de epidemia na região, e dizer da nossa esperança e da nossa certeza de que, nesta reunião de hoje, às 19h45, o Ministro Padilha, que já havia prometido tomar as medidas e ir, inclusive, pessoalmente a Manaus e ao Estado do Amazonas para tratar dessa questão, possa efetivamente se deslocar e que as ações possam tomar início no Estado do Amazonas.

Ao concluir, quero aqui reafirmar o nosso entendimento, como disse ainda há pouco a Senadora Gleisi aqui, com relação ao planejamento do sistema energético brasileiro. Engenheiro eletricitista que sou, na qualidade de ex-Governador do Estado do Amazonas, sei o quanto o Brasil avançou no Governo do Presidente Lula, na gestão da então Ministra Dilma, na área de planejamento de energia. É claro que situações como as que aconteceram no Nordeste podem ocorrer por problemas de intempéries climáticas e até mesmo por questões eventuais no sistema de proteção do sistema elétrico.

O Brasil tem avançado, o Brasil tem...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – ...encontrar, junto com o Governo brasileiro, uma solução para que o sistema possa ser integrado. O Amazonas, Senadora, ainda é o maior sistema isolado de produção de energia, e nós gostaríamos de poder estar integrados a um sistema como o sistema brasileiro, que tem uma alta performance e uma alta confiabilidade.

Portanto, tenho certeza de que, por causa de acidentes como os que aconteceram no Nordeste e que, por uma intempérie climática, ocorreram na cidade de São Paulo, haverão de ser retomadas e reforçadas as medidas por parte do Ministério de Minas e Energia para que nós possamos ter cada vez mais um sistema energético forte, planejado, consolidado e que garanta o crescimento econômico do Brasil.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Braga, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. PV – RN) – O próximo orador inscrito é o Senador João Pedro, que disporá de dez minutos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero iniciar esta fala, primeiramente, desejando ao Senador Eduardo Braga, ex-Governador do Estado do Amazonas, que acabou de sair desta tribuna, que traga a sua experiência como Parlamentar – ele foi Vereador e Deputado no Amazonas – ao Senado, principalmente com relação aos grandes temas que esta Casa está na responsabilidade de tratar, como reforma política, enfim, em como tratar as questões regionais.

O Senador Eduardo Braga, ao inaugurar a tribuna, falou de uma situação que está preocupando a todos nós do Amazonas, moradores de Manaus, ou seja, o surto da dengue. Precisamos fazer esse enfrentamento, debelar isso.

Inclusive, quero apresentar no dia de hoje, a esta Casa, um ofício que estou encaminhando ao Ministro Padilha, até porque o Ministro tinha uma viagem marcada a Manaus e cancelou por conta da tragédia na região serrana do Rio de Janeiro. Espero que o nosso querido Ministro Alexandre Padilha possa se dirigir o mais rápido possível a nossa região para acompanhar, Senador Mozarildo, que é médico, a situação do surto da dengue em Manaus, que está violento, muito grave. Estou acompanhando pela mídia, e é preocupante a situação. Manaus tem uma população concentrada, e nós precisamos fazer esse enfrentamento.

Li, há poucos dias – e estou remetendo e dando ciência a esta Casa, Sr. Presidente – o ofício ao Ministro Alexandre Padilha para tratar com a urgência que carece esse tema, esse quadro no meu Estado.

Um outro tema que quero refletir, e aqui está o meu companheiro de Partido, Senador Anibal, do Acre, é a presença de haitianos em nossa região.

Acho que a Casa precisa refletir sobre isso. Eu que estou no Amazonas fui surpreendido pela presença de população significativa de haitianos no Amazonas e já tenho a informação de que esses exilados chegaram também no Estado do Acre.

Ora, nós precisamos ter uma relação com os homens, as mulheres e as crianças que estão chegando do Haiti. Chegam ao Amazonas via Peru. E estive ontem conversando com o Prefeito da cidade de Tabatinga, que está na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, e ele me relatou – e eu fiquei surpreso – que há praticamente 500 pessoas, Senador Anibal, do Haiti no Amazonas. Como é que essas pessoas estão vivendo? Ele disse: “Vivendo da iniciativa da nossa Prefeitura, da Igreja Católica, mas é muito preocupante.” Eu disse: “Quinhentas pessoas é um número expressivo, significativo.”

Então, diz respeito ao Brasil, diz respeito ao meu Estado, diz respeito ao Acre, mas é bom lembrar que esta Casa pode fazer um gesto para a ONU, porque quem está no Haiti é a ONU. Lembro que participei de uma comitiva de Parlamentares que visitaram o Haiti, e ali já tivemos quase que um contencioso no sentido de cobrar da ONU medidas urgentes naquele país, com aquela população, e, antes da tragédia do terremoto de janeiro de 2010, a situação já era precária, com a população tomando água da rua, o povo se matando. Então, a ONU deve ter uma postura mais positiva, mais afirmativa, mais humana nesse país.

E aí a situação de agora, com a surpresa para todos nós, da presença dos haitianos chegando ali na Amazônia, no meu Estado e em duas cidades de fronteira, tanto em Tabatinga como no Estado do Acre.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti e, em seguida, a V. Ex^a, por conta do tempo, Senador Anibal.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador João Pedro, quero dizer que ouvi ontem a comunicação da Senadora Vanessa Grazziotin, hoje a do Senador Eduardo Braga, e V. Ex^a chama a atenção, na verdade, para dois problemas: primeiro, a questão da dengue, que é seriíssima. Portanto, nós todos da Amazônia Ocidental temos que ficar de alerta lá, em Roraima, que é vizinho do seu Estado, e em todos os outros Estados. Existe, entretanto, outro aspecto dos haitianos, pois há uma dupla face: a primeira, a face

humana, realmente, de nós termos que cobrar uma solução humana para essa questão, mas também o aspecto sanitário. Temos que convir que lá, no Haiti, há um surto de cólera, uma epidemia verdadeiramente, que nós temos que também cuidar, para que amanhã não estejamos, de onde estão vindo esses haitianos, com problema de cólera. Então, a questão sanitária aí é muito importante para o seu Estado, para o meu Estado, para o Acre, por onde eles estão entrando também, enfim para todos os Estados. Que nós possamos acolhê-los, eu acho muito importante, mas que tenha também a atenção da vigilância sanitária para que não tenhamos, amanhã, a importação de um outro problema. Eu quero parabenizar V. Ex^a pela preocupação.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado.

Concedo um aparte ao Senador Anibal, do Estado do Acre, meu companheiro de PT.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Senador João Pedro, eu também o cumprimento pela preocupação trazida hoje em seu pronunciamento, no que diz respeito a essa epidemia de dengue que atinge o povo do Amazonas. Nós queremos externar a nossa solidariedade ao Governo e ao povo do Amazonas, porque também estamos enfrentando esse problema no Acre. E, graças à ação eficiente do Governador Tião Viana, já nesses primeiros dias de Governo, S. Ex^a conseguiu fazer uma redução significativa no número de notificações. Também tivemos a presença muito eficiente e muito atenciosa do Ministro Padilha em Rio Branco, ajudando-nos nessa ação de combate à dengue, que está mobilizando toda a sociedade do Acre no momento. Com relação à situação dos haitianos, é um assunto que também nos preocupa bastante, porque os Municípios de Brasília e Eritaciolândia, hoje, já receberam 190 haitianos. Eles estão tendo toda assistência quanto à saúde e assistência humana, fornecidas pelo Governo do Estado e pelas Prefeituras de Brasília e Eritaciolândia, mas queremos chamar a atenção das autoridades, principalmente no que diz respeito às relações internacionais, porque precisamos de algum tipo de intervenção do Itamaraty junto ao Peru e à Colômbia, para ver se conseguimos encontrar um meio de conter essa entrada, sob pena de estarmos expostos, sim, a riscos maiores de epidemia por conta das questões sanitárias, bastante precárias hoje no Haiti.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Anibal. Estou, volto a repetir, encaminhando ao Embaixador Antônio de Aguiar Patriota, o nosso Chanceler, pedido para tratar essa questão de forma humana, solidária, essa situação dos haitia-

nos chegando na Amazônia, no Estado do Acre e no Amazonas.

Nós precisamos olhar isso com maior atenção. Primeiro, porque considero o povo haitiano vítima de um processo perverso contra aquele país, que já foi o maior produtor de açúcar no final do século XIX e século XX. Aquele povo tem uma história e...

(Interrupção do som)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. *Fora do microfone.*) – Peço um minuto. V. Ex^a me deu onze.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. PV – RN) – Pronto. V. Ex^a disporá de mais um minuto, por favor.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Precisamos, então, ter um olhar sobre as pessoas do Haiti que estão chegando, com muita solidariedade, com muito humanismo.

Os haitianos – não quero tirar a preocupação que o Senador Mozarildo externou – culpam a cólera como vinda de uma tropa que está lá, da ONU, da Ásia. Mas precisamos tomar o cuidado, até porque é dever nosso zelar pela saúde da nossa população, do nosso povo.

Quero, neste final, registrar a presença de pessoas importantes do nosso Estado. Está aqui o Presidente do TCE do Amazonas, Dr. Júlio Pinheiro, que está prestigiando nossa sessão, e pessoas do movimento social como Gilza Batista, Roseane Neves e Mariana Pantoja, lá de Manaus, Amazonas...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. PV – RN) – V. Ex^a disporá de mais um minuto para concluir.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – É o início. Eu também já sofri com isso. V. Ex^a tem poucos dias aqui, mas vai ser, com certeza, um grande Senador, um grande componente desta Casa.

Sr. Presidente, queria falar desta situação que carece urgência lá no meu Estado: a saúde municipal, estadual e federal; a presença do nosso Ministro Padilha, que é um homem extremamente comprometido com a Amazônia e conhece a Amazônia, no sentido de fazermos, com a máxima urgência, o enfrentamento desse momento de crise, porque a dengue avança com muita velocidade e já promove óbitos num número significativo de amazonenses e brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. PV – RN) – Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Mozarildo Cavalcanti, que disporá de dez minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Davim, que preside a sessão neste momento, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quero,

inicialmente, dizer que me preocupo muito com certas posturas, certas decisões que são tomadas que conflitam, de maneira flagrante, com a realidade. Querer tapar o sol com a peneira, querer fazer de conta que uma coisa não é realidade talvez seja a maior hipocrisia que alguém pode fazer, notadamente dirigentes de um Estado ou de um País ou, enfim, os membros do Parlamento nacional.

Quero aqui ler só parte de uma matéria – depois vou pedir sua transcrição por inteiro – publicada no jornal *Folha de Boa Vista* de ontem:

Índios denunciam garimpagem em reserva

A ação de garimpeiros na região do Baixo Rio Branco tem preocupado indígenas, que pedem providências para o fim da atividade ilegal. A exploração de minérios, segundo denunciou o vice-presidente da Hutukara Associação Yanomami, Maurício Yekuana, e o indígena Jerson Xirixana, vem ocorrendo dentro da extensão de terra da comunidade Sikamabiu, no Município de Alto Alegre.

Mas, Senador Presidente, não é só lá. Eu presidi uma Comissão temporária externa do Senado que estudou questões de reservas indígenas em vários Estados: no meu Estado de Roraima, no Estado de Rondônia, no Estado de Mato Grosso, no Estado de Santa Catarina. E o que vimos? Por exemplo, na Reserva Roosevelt, que tem o nome de um Presidente dos Estados Unidos, lá em Rondônia, os índios cintas-largas estão em cima da maior, em termos de quantidade, e da melhor reserva de diamantes do mundo. Depois de um incidente havido com garimpeiros, resolveu-se proibir definitivamente.

Só que os índios continuam fazendo, é lógico. É querer dizer: não, não tem diamante aí. Então, o nosso diamante é contrabandeado e países que nem têm diamante começam a aparecer como exportadores de diamante. A mesma coisa ocorre em Roraima em relação à ex-Guiana Inglesa: diamantes são tirados do lado do Brasil, passados para lá e aparecem legalizados como exportação da Guiana.

Então, por que não legalizar a exploração mineral em reservas indígenas em benefício, inclusive, das próprias comunidades indígenas?

Hoje em dia, não há como negar que o avanço da tecnologia permite que haja exploração mineral sem agredir o meio ambiente, sem causar danos à saúde daquelas populações. Agora, essas populações não podem explorar, não lhes é permitido explorar de maneira legal, fiscalizada, mas existe a exploração ilegal que, portanto, é uma atividade clandestina e que usa mecanismos ultrapassados.

Então, o que acontece? Esses garimpeiros, que precisam sobreviver também, lógico, sabem que ali existe diamante, ouro etc., e vão lá.

Eu fiz aqui o meu pronunciamento inicial, inclusive defendi como prioritário para o País e para a Amazônia, especialmente, que haja a urgente regulamentação, como manda a Constituição Federal, que prevê que é permitido, sim, explorar recursos minerais em reservas indígenas, desde que haja autorização do Congresso Nacional.

Agora, precisa ser uma iniciativa do Congresso Nacional apenas? Não. Eu acho que o próprio Ministério de Minas e Energia devia fazer um estudo, já que dispõe dessas informações, e priorizar essas áreas. Por exemplo, na reserva Ianomâmi, uma das maiores do Brasil, existem vários minérios. Está-se falando aqui em diamante e ouro, mas esses são minérios até menos importantes do que, por exemplo, urânio, nióbio, a própria cassiterita, que existe em abundância nesta região. Aliás, no meu Estado, principalmente, o mapa das reservas indígenas, coincidentemente, se sobrepõe ao mapa das reservas minerais. E aí não há uma iniciativa de se regulamentar, de se permitir de maneira fiscalizada a exploração mineral nessas áreas. Com isso, perde o Brasil, perdem as comunidades indígenas, perdem os Estados que são proprietários das terras onde estão localizadas as reservas indígenas.

Então eu levantei como bandeira, nesse início de nova legislatura, que nós trabalheemos de maneira clara, transparente, para fazer a regulamentação de uma vez por todas da mineração em terras indígenas.

Senador Acir, com muito prazer ouço V. Ex^a.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco/PDT – RO) – Senador Mozarildo, quero cumprimentá-lo pelo tema e pelo seu pronunciamento. Essa regularização da exploração dos minérios das reservas indígenas é importante para o Brasil inteiro, não só para Rondônia, a Amazônia principalmente. Quero aqui colocar a importância disso para o meu Estado de Rondônia. Nós temos lá a reserva Roosevelt, onde existe uma das maiores reservas de diamantes do mundo. Dizem que não está sendo garimpado diamante lá na reserva Roosevelt, mas de vez em quando a gente encontra nas ruas diamante dessa reserva. Ou seja, sem essa regulamentação, nós estamos dando espaço à extração clandestina de minério das reservas brasileiras. Portanto, quero cumprimentá-lo pelo tema e também me solidarizar junto com V. Ex^a, no sentido de pedir que realmente essa questão seja decidida o mais rapidamente possível. Meus cumprimentos, Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Acir, fico muito feliz com o aparte de V. Ex^a. Eu havia mencionado na introdução do meu pronuncia-

mento que, como Presidente da Comissão temporária externa do Senado que estudou essa questão indígena, estive lá no seu Estado, na reserva indígena Roosevelt. Por sinal, repito, por que tem esse nome do presidente norte-americano? Porque foi ele que, por acaso, foi lá identificar essa reserva indígena. Por acaso! Ele, talvez, não tivesse a informação de que lá havia essa imensa reserva de diamante, por acaso. E lá, portanto, tem o nome dele, Presidente Roosevelt.

Mas o que acontece? Eu repito, é difícil até de rotular, mas, no mínimo, essa é uma atitude em descompasso com a realidade. Nós temos que pensar o seguinte: o Brasil está sendo roubado. Esse diamante está sendo contrabandeado e vai enriquecer países em outro continente, e o Brasil fazendo de conta que não existe isso, fazendo de conta que não vê isso aí.

Então, pelo menos eu quero aqui cumprir o meu papel, como brasileiro, como amazônida, respaldado pela denúncia de índios da reserva indígena Ianomâmi no meu Estado, que, mais uma vez – essa não é a primeira vez –, denunciam. E dizem aqui, na matéria, que é contínua essa prática.

Então, por que não acabar com essa hipocrisia e, de uma vez por todas, regulamentar a atividade da exploração mineral das reservas indígenas, exigindo, logicamente, das empresas ou das cooperativas de garimpeiros que forem atuar lá todo um procedimento e um compromisso de cumprir as normas de proteção ao meio ambiente, de proteção às comunidades indígenas ou outras que estejam lá localizadas, de forma, evidentemente, a compatibilizar desenvolvimento e preservação ambiental, e fazer com que o nosso País não fique sendo roubado desta maneira?

Portanto, Senador João Pedro, que assume a Presidência neste momento, quero reiterar o meu pedido de transcrição, na íntegra, da matéria que apenas li parcialmente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



COMUNIDADE SIKAMABIU Índios denunciam garimpagem em reserva

VANESSA LIMA

A ação de garimpeiros na região do Baixo Rio Branco tem preocupado indígenas que pedem providências para o fim da atividade ilegal. A exploração de minérios, segundo denunciou o vice-presidente da Hutukara Associação Yanomami, Maurício Yekuana, e o indígena Jerson Xirixana, vem ocorrendo dentro da extensão de terra da comunidade Sikamabiu, no Município de Alto Alegre.

A presença de garimpeiros na região é constante. O grupo que atualmente vem praticando a exploração trabalha no local há cerca de três meses e os garimpeiros já informaram aos índios que vão subir o rio para buscar mais minérios, afetando outras aldeias indígenas.

O indígena Jerson, que é professor na comunidade, disse que os índios já estão sofrendo as consequências da ação ilegal. A água do rio Mucajaí, que é a fonte hídrica do povo, está cada vez mais barrenta. A degradação ao meio ambiente na área cresce de forma acelerada conforme ele.

“Devido à degradação, os indígenas que vivem lá já estão falando em se deslocar para outro lugar. O povo vive da caça e da pesca, e eles [os garimpeiros] também. Com a atuação deles lá na comunidade, outras regiões também estão sendo afetadas com a baixa qualidade da água que está cada vez mais barrenta”, disse o professor.

Outra situação preocupante é a propagação de doenças entre os indígenas, causada pelo contato constante com os não-índios. O vice-presidente da Hutukara Associação Yanomami disse que índios da comunidade apresentaram quadro de câncer.

Providências já foram solicitadas à Fundação Nacional do Índio (Funai), mas até agora nada foi feito. “Já fomos na Funai umas quatro vezes pedir que façam alguma coisa para acabar com a garimpagem na comunidade. Eles só dizem que estão sem recurso para resolver”, disse Jerson Xirixana.

Maurício Yekuana informou que ainda esta semana estará formalizando em documento a atuação ilegal de garimpeiros na comunidade pedindo providências ao Ministério Público Federal, Polícia Federal e reforçando o pedido de medidas à Funai.

FUNAI - O coordenador regional interno do órgão, Petrônio Laranjeira Barbosa, confirmou o recebimento da denúncia de garimpagem na área através de moradores na comunidade, mas informou que outros indígenas estiveram na Funai e disseram que a prática ilegal não está ocorrendo dentro da extensão de terra da Sikamabiu.

Mas, para verificar a real situação, membros da coordenadoria técnica da Funai no Alto Alegre se deslocarão até a área nos próximos dias. “Primeiro vamos constatar se está em área indígena para depois, dependendo disso, tomar as medidas cabíveis, como comunicar à PF para ajudar a retirar os garimpeiros”, destacou Laranjeira.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Paulo Davim deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – V. Ex^a será atendido, conforme o nosso Regimento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Pela ordem, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Há sobre a mesa uma delegação para eu poder falar no horário de Lideranças, pela Liderança da Minoria. Se não está na mesa, deve estar chegando. Quero saber se ainda há oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Pela Liderança do PSDB.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela Liderança da Minoria. Qual é minha posição, Presidente, por favor?

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Agora, pela Liderança, Senador Paulo Davim, do PV do Rio Grande do Norte.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu sou o segundo?

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Não, tem o PCdoB, pela Liderança do PCdoB; depois, Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu sou o segundo, então.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para comunicar a visita a nossa Casa do Presidente nacional da Volvo do Brasil, Volvo ônibus, que veio a Brasília para uma audiência com o Ministro Mercadante, no sentido de trazer uma tecnologia mais avançada na produção de ônibus no Brasil,

Não só na produção de ônibus para o Brasil, mas na produção de ônibus para as Américas.

Era apenas para fazer o registro da visita do Sr. Luiz Carlos Pimenta aqui na Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – De nada.

Com a palavra o Senador Paulo Davim, pela Liderança. V. Ex^a tem cinco minutos, sem aparte.

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje o meu Partido, o Partido Verde,

terá um encontro com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha. É evidente que, nessa ocasião, quero levar ao Ministro o nosso posicionamento na Casa, como Senador da base de apoio ao Governo. Mas também quero fazer chegar ao Ministro alguns clamores, algumas solicitações do segmento médico e do segmento da saúde, área em que milito na condição de médico, como, por exemplo, algumas distorções na atenção básica, porque a gente entende que a atenção básica é o eixo orientador do SUS.

Existem algumas distorções no PSF – Programa de Saúde da Família, em que uma cidade maior que 30 mil habitantes recebe um repasse de R\$6.400,00 por equipe; e cidades menores, R\$9.600,00 por equipe.

O que o Conass e o Conasems propõem? Propõem a unificação desses valores, de forma que apriore um programa de tão grande alcance social, como o Programa de Saúde da Família.

Da mesma forma, propõem a unificação do Piso de Atenção Básica (PAB). Atualmente, o PAB tem o piso fixo e o variável. O fixo é de R\$18,00 por habitante/ano, e o variável, considerando agente de saúde, saúde bucal, farmácia básica, combate à carência nutricional e vigilância sanitária, sofre uma variação, como o próprio nome já diz. Mas a proposta do movimento de saúde nacional é que haja uma unificação e que esse valor fique em torno de R\$39,00 habitante/ano, o que é um valor considerável, um valor que vem a atender aos anseios de todo o segmento, de todo o grupo de pessoas que trabalham e pensam saúde neste País.

A outra proposta que levarei ao Ministro é uma solicitação de há muito tempo da Sociedade Brasileira de Pediatria, que é a inclusão do pediatra no Programa Saúde da Família. Não sou pediatra, mas, na condição de médico, entendo que a criança faz parte da família e deverá ser tratada com prioridade. Então, é difícil entender que um clínico atenda bem uma criança, já que não tem formação para isso. É mais fácil um pediatra atender um clínico do que um clínico atender um pediatra. Então, essa é uma demanda que acho necessária, até para contemplar o Estatuto da Criança e do Adolescente, que prega e preza pela prioridade e atenção especial para a criança e o adolescente do nosso País.

Para isso, o Ministro teria que alterar a Portaria nº 648/2006, que estabelece normas e diretrizes para o PAC/PSF e estabelece também equipe multiprofissional composta por médico, enfermeiro, cirurgião dentista, auxiliar de consultórios dentários ou técnico de higiene dental, técnico de enfermagem e agente comunitário.

Portanto, essa portaria o Ministério poderia alterar, introduzindo a presença do pediatra na equipe do PSF,

porque, aí sim, teríamos um leque de atendimento à família, de acordo com a proposta do Programa Saúde da Família, muito maior. Isso vem satisfazer todo o movimento de saúde do Brasil, sobretudo a sociedade, que é o mais importante.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – O outro aspecto, para concluir, Sr. Presidente, é que também não entendemos o porquê dessa variação do repasse para média e alta complexidade, a famosa MAC. Há uma diferença de Estado para Estado, e nós queremos e pleiteamos a unificação do repasse para atendimento da alta e média complexidade.

Isso traria um avanço muito grande para a atenção básica em nosso País e atenderia a todos os anseios do segmento de saúde.

Evidentemente, não posso deixar de externar meu irrestrito apoio à regulamentação da Emenda nº 29, por entender que só por meio dela a gente terá a implementação efetiva do Sistema Único de Saúde em nosso País.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Como orador inscrito, o Senador Mário Couto, do Estado do Pará. V. Exª tem dez minutos.

A próxima inscrita pela Liderança é a Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB. Senão, Humberto Costa, Líder do PT.

Dez minutos, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, primeiramente quero agradecer a Mesa, a Secretária e a V. Exª por terem entendido que, na verdade, eu não poderia falar hoje pela Liderança da Minoria, porque ainda não foi constituído o bloco, e por terem me permitido falar como orador inscrito.

Srªs e Srs. Senadores, vou falar hoje para o meu Estado, para o meu querido Estado do Pará.

Falei a última vez e aqui lamentei, Pará querido, a situação de como o PT, por meio da Governadora Ana Júlia Carepa, deixou o meu Estado.

Aquele Estado foi saqueado, a corrupção se generalizou por todos os órgãos. E temos que falar sempre nisso, paraenses. Sei que a impunidade toma conta deste País, mas água mole em pedra dura tanto bate até que fura. E é bom deixar sempre na mente do paraense aqueles nomes que entram no poder para se beneficiar dele, que entram no poder para massacrar o povo, que entram no poder para sair com as suas posições familiares garantidas financeiramente para o resto da vida. E aqueles que acreditaram, e aqueles

que foram enganados continuam sofrendo a miséria que assola este País.

O meu Pará é um Estado que vinha crescendo com números altamente favoráveis. O nosso Produto Interno Bruto, antes da Governadora Ana Júlia, era maior que o do Brasil. A produção mineral, a produção madeireira, a agropecuária... Crescemos até 400% na exportação do boi. Era um Estado crescente.

Quando assumimos, quando conseguimos retornar ao poder, sabíamos que íamos encontrar, paraense, um Estado falido, um Estado arrasado, um Estado massacrado, mas não sabíamos – pasmem, senhoras e senhores! – não sabíamos que o Estado estava tão arrasado assim.

Temos que ter força. Temos que ter convicção. Temos que acreditar na capacidade do Governador Simão Jatene para podermos retomar o crescimento do Estado de Nossa Senhora de Nazaré.

Fiquei de dar números aos paraenses e aqui tenho apenas dois números para provar aos meus queridos irmãos como encontramos esse Estado. São números que vão nos fazer lamentar o tempo perdido, lamentar o avanço da criminalidade, e lamentar o avanço da violência, e lamentar a queda da nossa economia, de todos os setores da economia, lamentar principalmente, Pará, a corrupção que se generalizou nesse Estado.

Para onde se olha, Pará, para onde se mexe, Pará, para onde se anda, Pará, tem um foco de corrupção no Governo anterior.

São números estarrecedores, são números que mostram a incompetência, são números que mostram o massacre a uma população.

Despesas de custeio, Sr. Presidente. Eu vou fazer apenas duas comparações para o entendimento do meu povo querido. Eu vou mostrar a vocês e àqueles que me escutam pela Rádio Senado, àqueles que me veem pela TV Senado; vou fazer apenas duas comparações de despesas, Senador Mozarildo. O quanto eu falei, Senador, o quanto V. Exª viu este Senador batendo aqui nesta tribuna, preocupado com o caminho do meu Estado, preocupado com meus irmãos paraenses que são seus também, e V. Exª sempre me fala do carinho que tem pelo meu Estado.

Chamei atenção das autoridades, bradei, falei, encaminhei documento ao Ministério Público Federal, Estadual, Procuradoria-Geral da Nação, não me ouviram, não me escutaram, não me ligaram. E o Pará quebrou, e o Pará está quebrado, o Pará está falido.

Ah, Ana Júlia Carepa, Ana Júlia Carepa, te aposenta, Ana Júlia, da política! Não pensa mais, não faz mais isso. Seria bom, Senador Mozarildo, que essas

pessoas incompetentes não pleiteassem mais cargos públicos.

Olhe, Senador, despesa de custeio, preste bem atenção a mim, Senador, e, se eu não estiver com a razão, me critique; peça um aparte e me critique. Despesa de custeio paraense, é aquela despesa com energia, com expediente, com diárias, com viagens. Isso se chama despesa de custeio.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou descer, Sr. Presidente.

Sabe quanto a Governadora Ana Júlia Carepa gastou entre 2007 e 2010? Três bilhões e quatrocentos milhões de reais paraenses. Vou repetir: essas despesas que mantêm o Governo, essas despesas de diárias, essas despesas com viagens, com compras de moveis para gabinete: três bilhões e quatrocentos milhões de reais.

E, agora, quanto ela gastou fazendo o bem para o paraense, construindo estradas...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ...combatendo a violência, melhorando os hospitais, melhorando a educação *(Fora do microfone.)*?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou descer, Sr. Presidente.

Perguntem-me quanto foi que ela gastou com despesa de investimento na saúde – vou repetir –, na educação, combatendo a violência, neste mesmo período. Quanto foi que ela gastou? Quinhentos milhões. Ô paraense, olha a diferença, olha quanto ela gastou nas coisas principais, que iam trazer o bem-estar social para vocês. Naquilo que não precisa, ela gastou R\$3,4 bilhões; naquilo que era preciso, para garantir a tranquilidade do...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ... cidadão paraense, ela gastou apenas R\$500 milhões. No supérfluo *(Fora do microfone.)*, naquilo que não é necessário, ela gastou sete vezes mais do que naquilo que é necessário para o povo se manter em paz e conviver com dignidade, meus caros paraenses.

Basta! Chega! Chega de administradores incompetentes neste País!

Ninguém aguenta mais. Suma, Ana Júlia! Arqueia a Ana Júlia da vida pública para que nunca mais aconteça o mal-estar social no meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Mário Couto.

Com a palavra o Senador Humberto Costa, como orador inscrito, Líder do PT, da nossa Bancada. S. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na condição de Líder do PT e do Bloco Parlamentar formado pelo PT, PSB, PDT, PCdoB, PR e PRB, venho me manifestar, na sessão desta tarde.

Tive oportunidade de, nos últimos dias, após ter-se aberto na imprensa e em todo o País o debate sobre o salário mínimo, e também dentro do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e aqui no Senado, ver vários oradores que compõem o corpo de Senadores aqui, nesta Casa, especialmente Senadores da Oposição, manifestarem-se de forma muito veemente em relação ao tema.

Os Senadores de Oposição têm ocupado a tribuna para duramente atacar o Governo Lula e o Governo Dilma, e especialmente criticarem, de forma contundente, a proposta que está para ser enviada ao Congresso Nacional e que contém os novos valores do salário mínimo para que sejam apreciados pelo Congresso Nacional.

Em verdade, é natural e é papel da Oposição fazer crítica a tudo aquilo que, de certa forma, vem do Poder Executivo, do Governo atual, mas é importante que essa crítica esteja fundamentada em uma realidade de fato.

O Brasil, ao longo dos últimos anos, e em especial durante o Governo do Presidente Lula, não apenas em relação ao salário mínimo, mas aos salários de um modo geral e à renda do trabalhador, tem apresentado um crescimento bastante significativo. E isso não é meramente por uma visão de necessidade eleitoral ou como uma forma que o Governo utilizou, entre outras, para o enfrentamento da crise que passamos em 2008 e 2009, uma crise internacional; mas é parte da própria concepção de desenvolvimento econômico e social do projeto que governa o País desde 2003, inicialmente com o Presidente Lula, e que entende que o desenvolvimento econômico do Brasil passa, acima de tudo, por termos um mercado interno forte, uma população com poder aquisitivo expressivo e que assim pode fazer com que a nossa economia possa se desenvolver, crescer; e, combinando isso com o processo de distribuição de renda, temos atendida à ideia de um projeto de desenvolvimento econômico e social que combina harmonicamente crescimento econômico e distribuição de renda.

E é exatamente por isso que nós entendemos que temos a credibilidade diante do povo brasileiro para podermos dizer que, nesse momento, a proposta que ora estamos apresentando é aquilo que é possível fazer. Por razões bastante óbvias. Aliás, estranhá-nos aqui o comportamento de Parlamentares e, na Imprensa, de políticos, de lideranças, de partidos de oposição que outrora faziam do discurso do equilíbrio fiscal quase que uma maçante e monocórdica afirmação e que hoje se tornaram os grandes paladinos da defesa do salário mínimo.

Basta fazermos uma comparação simples, usando qualquer tipo de referência, para mostrarmos que esse discurso é de oportunidade, para não dizermos que é um discurso oportunista. Por exemplo, aqui falaram grandes representantes do PSDB; na Imprensa, outros representantes do Partido se manifestaram para dizer que o salário mínimo deveria ser de R\$600,00. Basta que nós mostremos algumas tabelas elaboradas com base em dados do IBGE e do Ipea para nós observarmos que tal generosidade ou que tal preocupação social que esses Partidos agora manifestam não têm uma fundamentação concreta.

Vamos fazer, por exemplo, um comparativo no que diz respeito à evolução do salário mínimo real em dólares, tomando como referência maio de 1995 a janeiro de 2011. Por exemplo, em maio de 1995, o salário mínimo era pouco mais de US\$70, US\$80 aproximadamente. Cresceu até aproximadamente US\$110, US\$120 ainda em maio de 1995, mas atingiu, por exemplo, em janeiro de 1999, pouco mais de US\$50 e chegou a atingir, em setembro de 2002, último ano do Governo do PSDB, o correspondente a US\$50; enquanto que, ao longo do Governo Lula, nós tivemos um crescimento que faz com que hoje o salário mínimo, se comparado com o valor do dólar, atinja mais de US\$320.

Portanto, aqueles que querem nos dar lição agora de como recuperar o valor real do salário mínimo deveriam tê-lo aplicado na prática no momento em que eram Governo. O ex-Governador de São Paulo José Serra, que demagogicamente, na campanha eleitoral do ano passado, fazia a defesa de um salário mínimo de R\$600, por que, no período em que foi Ministro do Planejamento e, portanto, responsável direto pela implementação da política do salário mínimo e da política do Governo de modo geral, não foi tão generoso com as classes trabalhadoras brasileiras?

E mais, para serem coerentes com o seu discurso de defesa do equilíbrio fiscal, de defesa da responsabilidade fiscal, ele e qualquer um dos Senadores do PSDB que, porventura, juntamente com o DEM, venham a ocupar esta tribuna precisam dizer em que serão feitos os cortes para gerar os recursos que provocam incre-

mento significativo nas contas da previdência social, da assistência social no nosso País.

Se nós compararmos, por exemplo,...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Concede-me um aparte, Senador?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com todo o prazer.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador, primeiro quero parabenizá-lo. Fazia muito tempo que eu não via uma liderança do PT ir à tribuna para, pelo menos, questionar a Oposição. V. Ex^a vem hoje, admiravelmente, questionar a Oposição. V. Ex^a pode ter a certeza de que nós vamos fazer oposição não só por fazer oposição; nós vamos fazer oposição consciente, meu caro Líder. V. Ex^a quando cita que nos Governos do PSDB o salário mínimo não foi valorizado, V. Ex^a na verdade não está sendo realista. Eu pergunto a V. Ex^a: quando o Governo do PSDB assumiu de quanto era a inflação neste País? De quanto era, meu caro líder? V. Ex^a tem que olhar para isso. Quais foram as dificuldades encontradas no nosso Governo? Como o Governo do PT recebeu esta Nação do PSDB? V. Ex^a não pode falar só no momento. V. Ex^a tem que considerar como o PT recebeu o Brasil para governar e quem foi que saneou este País. Aí nós começamos o debate. Se estamos cobrando é porque nós...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Vou conceder mais três minutos para o Senador Mário Couto, da Oposição, terminar o aparte e V. Ex^a concluir o discurso.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Não preciso mais. Só vou encerrar. Quero que V. Ex^a se conserve sempre assim, debatendo com a Oposição, mostrando na verdade que o PT tem líder nesta Casa. Nós queremos o diálogo, nós queremos debater com consciência, com ética. É isso que queremos. Estava nos fazendo falta alguém que questionasse a Oposição. Por isso eu termino parabenizando V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Senador Mário Couto, agradeço o aparte de V. Ex^a, mas devo dizer que o Presidente Lula recebeu este País inteiramente quebrado, com uma inflação que superava os dois dígitos, com um risco país que era superior a 2.400 pontos, e nenhum investidor queria aplicar produtivamente no nosso País.

Recebeu uma dívida externa que o Governo Lula pagou em menos de oito anos. Pegou um país que viveu uma forte crise há pouco e tinha vivido outra anteriormente. Durante o nosso Governo essa crise, apesar de toda a ironia da Oposição, que dizia que o Presidente Lula tinha exagerado ao dizer que era uma

“marolinha”, foi uma marolinha, enquanto no Governo do PSDB, inclusive em 1999, nós vimos esse País quase ir à bancarrota, ter que continuar sob o controle, o domínio do FMI. Ao longo do Governo do Presidente Lula nós fizemos questão de desfazer essa relação, que, até do ponto de vista psicológico, para o nosso povo ela era profundamente negativa.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pois não.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Eu quero dizer que primeiro vamos ter muitas vozes aqui em defesa do Presidente Lula, porque, com certeza, temos muito a dizer. Além de todos esses elementos, basta lembrar qual era a taxa de juro neste País – beirava os 30% – e a capacidade de investimento deste País. No meu Estado se comemorava a inauguração de qualquer bobagem. Oitenta por cento da população vivia sem energia elétrica, ou seja, o País não tinha capacidade de dar conta nem do seu dia a dia. Essa é uma mudança profunda que também quem é Oposição hoje e foi o Governo no passado precisa ver. E ninguém pode negar o crescimento do salário mínimo, que hoje é parte da política econômica junto com outros programas importantes de distribuição de renda, como o Bolsa Família. Lembro-me de que o programa anterior – o Bolsa Escola – era dado a algumas pessoas, a ampla maioria ficava completamente fora. Hoje, a gente tem uma política não somente na área de transferência de renda, mas também que garante as condições de se viabilizar a empregabilidade, ou seja, com geração de emprego que é o ponto principal, mais empreendimento, mais geração de emprego. Então, Senador Humberto, quero, aqui, saudá-lo e dizer do orgulho de tê-lo como Líder e vamos estar aqui, muitos Líderes, na defesa do Governo do Presidente Lula, que é o mesmo projeto que, hoje, prossegue com a nossa Presidente Dilma e que é apoiado amplamente pelo povo brasileiro.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Ex^a me permite o diálogo?...

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Se houver concessão por parte da Mesa, sem dúvida, vou ouvir a Senadora Gleisi Hoffmann. É possível?

Com certeza, com o maior prazer.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Agradeço-lhe.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Eu queria fazer uma saudação ao nosso Líder Humberto Costa e também uma saudação ao que ele fala desta tribuna sobre a política de valorização do salário mínimo neste País. Há outro dado, Senador Humberto

Costa, que é muito relevante: a forma democrática como o Governo do Presidente Lula tratou todos os movimentos sindicais, as centrais sindicais, instalando uma mesa de negociação, para discutir perdas salariais e para, inclusive, chegar a um acordo quanto a uma fórmula do reajuste do salário mínimo, que foi aplicada a partir de 2005, que é a variação do Produto Interno Bruto de dois anos atrás mais a inflação, garantindo no período do Presidente Lula quase 60% de aumento real ao salário mínimo. Isso não existiu no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. No Governo do PSDB, aliás, os trabalhadores sequer eram recebidos pelo Ministro do Trabalho. Era realmente uma vergonha o que acontecia. Então, acho que o Governo do Presidente Lula resgatou...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – ...a dignidade do trabalhador. Só para concluir, Sr. Presidente. Resgatou a mesa de negociação e trouxe dignidade ao salário mínimo. Então, parabéns, Líder. Estaremos aqui juntos contigo nessa defesa do salário mínimo e para que, realmente, possamos aprovar essa forma e que ela passe a valer para os próximos quatro anos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Agradeço os apartes de V. Ex^a e o do querido Senador Wellington Dias e ouço, com prazer, o aparte do Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Líder, primeiro quero dizer a V. Ex^a que essa voz que pede que seja R\$600,00 o salário mínimo é a voz do povo brasileiro. Essa voz que V. Ex^a diz que é de um ou dois Senadores do PSDB – citou até que é de São Paulo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Quero alertar meu Líder Humberto que há outros oradores inscritos. Por isso, vou conceder-lhe mais dois minutos.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – É difícil. É difícil a gente fazer um diálogo, Senador. Não vou atrapalhar o pronunciamento de V. Ex^a. Nós vamos ter muito tempo para discutir na tribuna. Só quero dizer a V. Ex^a que não nos leve a mal como Oposição. A Oposição, aqui, na discussão do salário mínimo, escuta as vozes da rua. Acho que o País, neste momento, tem condição de pagar R\$600,00. O povo brasileiro ainda sofre. Não adianta a demagogia de que a fome, a miséria acabou neste País. Não adianta. Isso é real, isso é contundente. Isso se vê no dia a dia. Essa é a voz do povo. Então, não entenda nem como oposição esse questionamento do salário mínimo. Esta oposição aqui é a oposição que o povo quer que seja feita, que

o povo brasileiro deseja, que o povo brasileiro quer: a cobrança daquilo que lhe é devido. E o povo brasileiro sofre muito. Seiscentos reais é o mínimo, na acepção da palavra, que se podia dar a esse povo. Essa não é a nossa voz; é a voz do povo brasileiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Vou concluir minhas palavras apenas dizendo o seguinte: a principal demonstração de que o Governo da Presidenta Dilma Rousseff deseja manter a política que foi implementada ao longo desses últimos anos de recuperação do valor dos salários, em especial do salário mínimo, é que ela vai apresentar ao Congresso Nacional a proposição que transforma em lei o acordo político feito com as centrais sindicais de todo o País, no qual existe uma fórmula para que o salário mínimo seja aumentado a cada ano, garantindo ser superior à inflação, embutindo os índices da inflação e, ao mesmo tempo, associando ao crescimento do País.

E nós da Bancada do Governo vamos, sem dúvida, enfrentar os problemas com galhardia e coragem. A Oposição não pense que terá aqui no Senado uma Bancada do Governo acovardada. Nós vamos fazer o enfrentamento que for necessário para defender aquilo que entendemos que está correto e que, ao longo de oito anos, mostrou que estava certo também.

(Interrupção do som.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, só para concluir. Não será por intermédio da demagogia que construiremos um Brasil maior e faremos o desenvolvimento deste País, mas dizendo a verdade claramente ao povo brasileiro e defendendo o valor dos salários do nosso povo, como temos feito e vamos continuar a fazer ao longo deste próximo período.

Muito obrigado.

Voltarei depois a abordar esse tema num momento com mais disponibilidade de tempo, até para ouvir os apertes inteligentes que tive oportunidade de receber hoje à tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Com a palavra, em virtude de permuta com o Senador Vital do Rego, a Senadora Marta Suplicy, por dez minutos.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Saúdo o Presidente desta Casa, José Sarney, e os demais Senadores e Senadoras com o desejo de que possamos juntos fazer desta Legislatura um motivo de orgulho de todos os brasileiros e brasileiras, discutindo,

debatendo e aprovando os projetos necessários para o desenvolvimento do nosso País.

É com imensa satisfação que inicio uma nova etapa da minha trajetória política. Assim como Deputada Federal, Prefeita de São Paulo e Ministra do Turismo, chego ao Senado com a consciência do papel que mais uma vez me cabe desempenhar: uma atuação responsável, inovadora e de compromisso com os interesses do Estado de São Paulo e da população brasileira. Estou certa de que os 8.314.000 votos que recebi são resultado do trabalho coletivo que nós do Partido dos Trabalhadores realizamos em São Paulo e no País nos últimos anos.

O Governo da Presidenta Dilma significará uma nova etapa na história da retomada do desenvolvimento do Brasil, iniciado pelo Presidente Lula. O avanço do projeto de transformação social e a consolidação de uma nação soberana e consciente da própria importância no cenário internacional foram bandeiras conquistadas e ganharão ainda mais força e amplitude com a gestão da Presidenta Dilma.

Depois de eleger, por dois mandatos, um operário como Presidente da República, o Brasil escolheu uma mulher. Isto é, para mim, um avanço extraordinário, com desdobramentos para as meninas e jovens deste País. Laura e Maria Luiza, minhas netas, crescerão sabendo que mulher pode.

Estamos vivendo um quadro de profundas mudanças em nossa sociedade. Já demos saltos importantes em questões voltadas à transferência de renda e à inclusão social. E apesar da tentativa de determinados setores em extrair do velho baú os seus mais primitivos preconceitos por meio de uma agenda conservadora, venceram os valores da mudança, da solidariedade, da tolerância e da democracia. Como disse Leonardo Boff, este momento exige como nunca antes na história a vivência dos valores do feminino, de “dar centralidade à vida, ao cuidado, à cooperação, à compaixão e aos valores humanos universais”. A expectativa do nosso povo é de que possamos contribuir muito para o Brasil seguir mudando.

Sabemos que a pluralidade e a diversidade são a essência e a riqueza desta Casa. A mim não faltará disposição e coragem para o diálogo franco, aberto e com muito respeito, principalmente agora, com a nova responsabilidade que me foi dada, sendo a primeira mulher a ocupar a Vice-Presidência do Senado Federal e a primeira Senadora eleita pelo Estado de São Paulo.

A Presidenta Dilma, em seu discurso de posse, citou Guimarães Rosa, destacando: “a vida é assim: esquentada e esfria, apertada e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é cora-

gem". E é esta coragem que temos que ter para levar à frente, com flexibilidade e determinação, as reformas tributária e política que nos são exigidas.

A reforma tributária para racionalizar e simplificar a cobrança dos impostos, desonerando a folha de pagamento, atacando o Custo Brasil e acabando com a guerra fiscal predatória entre os Estados da Federação. A política para decidirmos, enfim, sobre a melhor representatividade do voto. Em princípio, sou a favor da lista mista com quota para as mulheres e financiamento público para campanha, pois, sem isso, as mulheres vão levar cem anos para terem equidade no Parlamento.

Os últimos anos foram singulares, eu diria, na história econômica de nosso Brasil. Observamos a ascensão de um contingente de 30 milhões de pessoas à classe média, assim como o crescimento da renda real e do emprego formal a níveis inéditos. Quantas pessoas neste Brasil não compraram tênis novo para os filhos, trocaram de carro e geladeira, andaram de avião, adquiriram produtos de higiene pela primeira vez ou colocaram aparelho nos dentes? O resultado foi que os pobres deste País seguraram a "marolinha". E o mercado doméstico consolidou-se como principal força propulsora da economia nacional.

Pensando naqueles que têm menos e na classe trabalhadora, o Presidente Lula construiu uma política econômica consistente e compromissada com a sustentabilidade macroeconômica.

Minha trajetória profissional e política sempre esteve marcada pela luta em favor dos que têm menos, o que pude fazer concretamente como Prefeita de São Paulo, e pelo combate a todo tipo de preconceito e discriminação.

Quanto às relações homoafetivas, o Parlamento brasileiro se apequenou e caminhou em total dissonância com o Poder Judiciário e com a sociedade civil, onde conquistas extremamente importantes foram feitas, assim como as foram no Executivo.

O número de assassinatos homofóbicos cresce no Brasil. Enquanto os países vizinhos avançaram nos direitos de cidadania GLBT, nós somos notícia internacional com espancamento de homossexuais na principal avenida de São Paulo. Retomarei o tema através do desarquivamento do PCL 122, que criminaliza a homofobia.

Em relação à violência contra mulheres, apesar de muitos progressos, infelizmente, os dados ainda são alarmantes. Há cerca de dois milhões de mulheres espancadas por ano, ou seja, uma a cada quinze segundos. Há muito a ser feito, como construção de casas de acolhimento e atendimento de qualidade nos hospitais públicos.

Na última campanha eleitoral, nós vivemos outro retrocesso. Uma questão que provoca tanta dor e mortes, paixões e convicções religiosas, o aborto foi tratado de forma eleitoreira e inadequada. Sobre este assunto teremos que debater com serenidade e com respeito e avançar na legislação que hoje deixa milhares de mulheres abandonadas à própria sorte, ignorando os acordos internacionais compromissados pelo Brasil.

Legislarei e me posicionarei sempre em defesa dos direitos da cidadania de mulheres e homens e pelo respeito à diversidade cultural e liberdade de expressão, combatendo qualquer forma de violência ou discriminação sexual.

Outro tema de preocupação é a situação de dificuldade de gestão das metrópoles. Após a formulação da Constituição de 88, desenvolveu-se um pacto federativo com governos locais relativamente independentes e fragmentados submetidos a ausência de mecanismos eficientes de gestão metropolitana. Hoje, a situação da segurança, do lixo, do transporte, dos hospitais e do desenvolvimento regional não pode mais ser tratadas isoladamente por cada cidade. Alguns países já acumularam a experiência de integração administrativa das metrópoles. Um bom exemplo é a região de Emilia Romana, na Itália, que conseguiu excepcional desenvolvimento desde que foi possível se tornar uma região.

Vou propor alteração legislativa que avance além de consórcios e agências. Um novo pacto federativo criando regiões metropolitanas que planejem, cuidem e implementem economicamente esta aglomeração humana, característica da modernidade.

Vejo ali presente a Senadora Lídice, que também foi Prefeita de uma grande metrópole e que deve entender muito bem a situação que vivemos nas grandes cidades, as cidades vizinhas, sem instrumentos para fazer face aos problemas que não podem ser resolvidos por uma grande cidade, mas que têm que ser resolvidos conjuntamente pela região.

Continuo.

Passadas algumas semanas das tragédias provocadas por enchentes e tendo consciência de que a pauta midiática já excluiu o tema das manchetes, famílias ainda se encontram desabrigadas pelas chuvas e em luto com a perda de entes queridos. O Governo Lula aportou um bilhão para obras de prevenção aos Municípios paulistas, além de lançar o PAC 2 para dois milhões de moradias no programa Minha, Casa, Minha Vida.

Colaborarei com a Presidenta Dilma nas ações de prevenção que encaminhou ao Congresso. Sugiro também à Prefeitura de São Paulo a recuperação do

plano Drenus – Programa de Drenagem Urbana e Resgate Social, elaborado no final de nossa gestão para ser financiado pelo BID.

Concluo fazendo um chamamento para que esta Casa esteja, mais do que nunca, sintonizada com os grandes objetivos deste Governo, em especial a erradicação da miséria em nosso País.

Obrigada a todos pela atenção e pela oportunidade de ser a primeira Vice-Presidenta do Senado brasileiro.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Permite-me um aparte, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Com a palavra a Senadora Gleisi.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Para fazer uma saudação e dizer da honra que tenho em poder partilhar esse mandato com V. Exª no Senado Federal. Como disse em um pronunciamento da tribuna, muito do que sei de gênero e da luta das mulheres aprendi com V. Exª e com Rose Marie Muraro. Portanto, para mim, é uma honra muito grande. Quero desejar muito sucesso ao seu mandato, a sua gestão frente à Mesa e dizer que a história de V. Exª mostra que é uma mulher de coragem. Parabéns!

A SRª MARTA SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora. O mesmo eu posso dizer. Acho que sua chegada aqui também é uma alegria para nós mulheres porque vai ser uma força muito grande pela sua competência.

Muito obrigada.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senadora Marta Suplicy.

O Senador inscrito, que permutou com V. Exª, é o Senador Vital do Rego Filho, pela Paraíba.

V. Exª tem dez minutos.

O SR. VITAL DO REGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu Presidente Senador João Pedro, que tenho a honra de poder conhecer, estreitando os relacionamentos de amizade, até porque a minha Paraíba guarda, com muito afeto, um dos seus filhos; Srªs e Srs. Senadores, cumprimento o meu 1º Secretário, o meu amigo, meu Líder, Cícero Lucena, com quem tenho a honra de dividir com o Senador Santiago a representação paraibana nesta Câmara Alta; senhoras e senhores, a Constituição brasileira, no seu art. 18, define como autônomo o conjunto de entidades federativas compostas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Quero dizer, em termos práticos, que, ao menos no exercício de suas atribuições específicas, essas entidades são independentes umas das outras e podem

decidir seu caminho por conta própria. Na verdade, tal são a força e a imperiosidade do princípio federativo em nossa Carta que ele chega a constituir-se como uma cláusula pétrea, ou seja, uma disposição de caráter absolutamente imutável.

De fato, lemos, no inciso I do § 4º do art. 60 da Constituição Federal, que não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir a forma federativa de Estado.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, precisamente pelo caráter central da ideia de federação no Direito Constitucional brasileiro, torna-se ao mesmo tempo lamentável e surpreendente concluir, com base num simples exame da realidade nacional, que a Federação brasileira está morrendo. Permitam-me repetir: a Federação brasileira está morrendo e morre justamente por falta de condições materiais mínimas para que Estados e Municípios possam cumprir, ao menos de forma aceitável, seus deveres para com os cidadãos e as cidadãs a quem servem.

Bem sei que essa declaração, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pode até parecer excessivamente forte para alguns, mas posso argumentar, caro Presidente, de modo bastante consciente, que é o contrário: grave mesmo é a situação de injustiça, de desequilíbrio e de virtual ilegalidade que caracteriza hoje o quadro federativo.

Sr. Presidente, é de conhecimento geral que, para arcar com os custos decorrentes do cumprimento de suas competências constitucionais, os Estados e Municípios executam uma série diversificada de despesas, que precisam alcançar o adequado equilíbrio com o volume das receitas que auferem.

O problema, entretanto, é que esse equilíbrio não se realiza de fato. Ou melhor: somente se realiza com a não prestação de vários desses serviços ao público, alguns deles absolutamente críticos e essenciais. De um lado, as receitas. Em relação às receitas, nos últimos anos, atendem bem os senhores, a União tem apropriado algo em torno de 70% de tudo o que é arrecadado pelo setor público nacional, enquanto os Estados detêm pouco mais de 25% e os Municípios, insignificantes 5%.

Somente essa informação, Senador Cristovam, já mostra e demonstra até que ponto foi esticada a corda do desequilíbrio em nossa Federação. É claro que, contudo, além das receitas tributárias diretas, Estados e Municípios também recebem determinadas transferências da União, a exemplos do FPE e FPM, para os quais os próprios Estados contribuem. Mas também é preciso lembrar que essa participação somente se dá sobre as receitas originárias de impostos, cuja representação, no montante da Federação, da arrecadação,

dação federal, está sendo, nos últimos anos, sempre decrescente.

A parcela que mais cresce, aquela relativa à arrecadação das contribuições, não é compartilhada pela União com as demais instâncias federadas. Mas nem tudo se resume na injustiça da distribuição da arrecadação. O desequilíbrio, senhoras e senhores, se estende também ao mundo das obrigações, uma vez que elas representam, *in concreto*, a prestação de serviços que as administrações estaduais e municipais fazem à sociedade.

Ora, pergunto: existem áreas mais relevantes para o desenvolvimento social do que as de educação, de saúde, de segurança pública? Certamente, não mais que qualquer uma dessas. A verdade, entretanto, é que a educação e a saúde são atribuições constitucionais dos Municípios. É a Constituição que assim determina.

Como, porém, os nossos Municípios – senhoras e senhores, uma reflexão – podem dar conta, mínima e adequadamente, da educação, da saúde, contando apenas com poucas receitas próprias, pouquíssimas, e repasses recebidos via FPM?

Além disso, o que dizer das responsabilidades dos Estados, que abrangem todo o espectro de atividades relativas à segurança pública, ou seja, Polícia Civil, Polícia Militar, agentes do sistema penitenciário, entre outros encargos? E ainda têm a ação subsidiária na educação e na saúde.

Fecha-se o círculo com o registro de inúmeras vinculações de receitas com as quais convivem Estados e Municípios, vinculações essas que tornam impossível o ato de administrar.

Descontadas as vinculações constitucionais, as legais, a dívida consolidada, a folha de pagamento, quase nada, mas quase nada mesmo sobra para o serviço a comunidades.

Há ainda um aspecto tão negativo para a saúde, para a higidez do pacto federativo quanto o desequilíbrio financeiro que acabo de demonstrar. Trata-se, no jargão popular, do que chamamos tecnicamente também de transferências voluntárias. Essas transferências, um instrumento aparentemente neutro de governança pública, têm representado, em vista da penúria a que se encontram reduzidos, uma verdadeira ferramenta de subordinação de Estados e Municípios.

A célebre imagem do pires na mão é, infelizmente, uma boa metáfora de toda essa insustentável situação. Assim, se já restava bastante comprometido o princípio federativo em vista da absurda assimetria entre receitas e competências existentes nas esferas subnacionais, ainda mais grave se configura o quadro quando o mandamento constitucional de autonomia

transforma-se, ao fim e ao cabo, em seu completo oposto, ou seja, de dependência e subordinação.

É com bons olhos, portanto, que vejo várias figuras de relevo do Executivo, entre elas a própria Presidente Dilma Rousseff, atribuir prioridade ao tema da reforma tributária na agenda legislativa deste ano.

O foco deste debate, entretanto, não pode ficar restrito, como até agora tem ficado, à formatação de um novo Imposto sobre Valor Agregado e aos seus efeitos sobre a repartição das receitas dessa modalidade de arrecadação entre os Estados.

É claro que interessa a todos os brasileiros a simplificação e a racionalização do Sistema Tributário Nacional, mas é fundamental que a pauta também se ocupe com rever a divisão do bolo arrecadatário entre os três níveis federativos: o federal, o estadual e o municipal.

A consequência maior de não fazê-lo, Sr. Presidente, é consagrar a degradação de nossa Federação numa estrutura nacional unitária, aquilo que acontece em países mais homogêneos, mais compactos, como Portugal, Chile e até mesmo França. Mas não pode ser seriamente considerada no Brasil pela enorme extensão territorial e pela sua imensa população.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, estejamos a postos. As disputas continuarão latentes e perversas na concentração do bolo tributário nacional. Estejamos a postos, repito, para que, com a reforma tributária que certamente virá à Casa, possamos salvar de uma vez por todas a angústia, a asfixia, a intolerância que muitas vezes ocupa Estados e Municípios quando...

(Interrupção do som.)

O SR. VITAL DO REGO (Bloco/PMDB – PB) – ...dificuldade da vida nacional.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, pedindo-lhe paciência, Senador João Pedro, para tratar rapidamente do orgulho que a Casa teve, agora há pouco, na Comissão de Justiça, de poder sabatinar uma das mais altas expressões do mundo jurídico do País. Trata-se do Ministro Luiz Fux. A votação ocorrerá após a sua sabatina.

O Ministro Luiz Fux, de larga experiência na magistratura, deu-nos uma aula impressionante de Direito Constitucional e de Direito Processual Civil. Ouvi e fiquei encantado. Fui o primeiro orador a sabatiná-lo e encontrei nele a emoção de um jovem de 57 anos fazendo sentir a justiça chegando pela força do apoio do Senado Federal.

Seja feliz o novo Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux!

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Vital do Rego Filho. Quero lembrá-lo que V. Ex^a já saiu daquela brilhante Casa de Deputados para o Senado.

O próximo orador é o Senador Cristovam, do PDT.

Pela relação, seria o Senador Cícero Lucena, que solicitou uma permuta com V. Ex^a.

V. Ex^a tem a palavra por dez minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tentei fazer um aparte ao Líder do PT, Senador Humberto Costa, mas não foi possível.

Eu queria naquele aparte dizer que concordo com praticamente a totalidade da reflexão dele em relação ao salário mínimo, mas acrescentar e pedir o seu apoio para que nós não deixemos aqueles que vivem de salário mínimo vivendo com os R\$545,00 ou mesmo com os R\$580,00. Um dia vai ficar reconhecida esse disputa do salário mínimo como “a guerra dos quatro pães”, porque a diferença entre os R\$545,00 e os R\$580,00 permite ao trabalhador comprar quatro pães por dia. E essa é uma disputa, Senador João Pedro, que está sendo feita como se fosse uma disputa para de fato fazer uma revolução nas condições de vida do trabalhador brasileiro.

Nesse últimos oito anos, o salário mínimo subiu 134%, e não se pode dizer que tenha havido uma melhora de 134% na qualidade de vida do nosso trabalhador. Aumentou 134%, em termos reais, o contracheque do salário mínimo, descontada a inflação, mas ele continua passando de duas a três horas dentro do ônibus para ir para casa e para o trabalho todos os dias – isso, sim, é a qualidade de vida; suas famílias continuam nas filas dos hospitais sem ser atendidas – isso, sim, seria uma grande conquista dos trabalhadores; seus filhos não tiveram melhora substancial nas escolas onde estudam – isso, sim, seria uma melhora da qualidade de vida; suas casas continuam sem as condições de higiene que deveríamos garantir a todo trabalhador.

Eu gostaria de pedir – e já conversei com ele – ao Senador Humberto que nós trabalhemos o assunto do salário mínimo na sua dimensão global, ou seja, aquela parte que vem no contracheque, que serve para que ele compre os quatro pães a mais por dia, e a parte que não vem no contracheque, que são os serviços públicos a que o trabalhador deve ter direito de receber: a escola de qualidade do seu filho, um sistema de transporte público eficiente, um serviço de saúde que lhe permita sobreviver e sobreviver bem. Isso é o que a gente deveria trabalhar. Monetizar as

condições de vida de um trabalhador é degradar a remuneração que ele deve receber. Nós temos de ver a remuneração na sua totalidade, da parcela financeira e da parcela não financeira.

Eu gostaria de ver as centrais de trabalhadores aqui lutando por R\$2 mil de salário mínimo, R\$3 mil por mês de salário mínimo, porque menos que isso não dá para pagar uma escola para o filho, não dá para pagar um seguro de saúde para a família, não dá para construir a casa e colocar água e esgoto.

Já que não é possível esse valor – e nós sabemos que não é, não apenas por uma questão de gastos públicos, mas até por uma questão de renda nacional, que tem um limite específico, que está abaixo de R\$3 trilhões –, trabalhemos a outra parte, Senador João Pedro.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Um aparte, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o maior prazer.

Façamos uma espécie de choque social neste País; um choque social que eleve não 4, 5, 6, 10, nem 20, nem 30, nem 100%, mas que aumente mais do que isso na qualidade de trabalho e de vida do trabalhador.

Eu gostaria de, aqui, apelar ao Líder Senador Humberto Costa, do meu Estado – embora eu represente o Distrito Federal, S. Ex^a é pernambucano como eu –, para que a gente se sente para discutir um salário mínimo total.

Isso foi feito em 2005. Em 2005, eu aqui debati o salário mínimo e insisti que é um erro ficar apenas na parte monetária. Exigi, para votar aquele salário mínimo do Governo, que se fizesse um choque social, e foi feito o acordo. Aqui veio o Ministro Palocci, o Líder era Mercadante, fizemos uma reunião, e eu apresentei o conjunto de medidas que considerava necessárias para que a gente fizesse choque social. Isso foi aprovado, tirando três das medidas que propus. Foi assinado o acordo. O Senador Garibaldi era o Líder do Orçamento e incluiu tudo isso. E, um dia, pela *Folha de S. Paulo*, descobri que o Presidente Lula havia vetado, depois de todo o acordo feito aqui.

Desta vez, temos uma complicação: é que o Orçamento já está aprovado. Mas esta Casa pode rever o Orçamento; podemos deslocar partidas, rubricas, recursos. Um choque social no transporte, na saúde, na educação, não uma revolução nisso, mas um choque social imediato, não tenha dúvida, custa menos do que o aumento de R\$20,00, R\$30,00 no salário mínimo mensal de cada trabalhador. Custa menos, quando a gente soma, e traz um impacto muito maior.

Convido o Senador Humberto Costa a nos sentarmos para discutir essa possibilidade de trabalhar o salário mínimo não apenas como sua parte monetária – que ele insiste, e pode ter razão, que, se aumentarmos mais esse pouco que as centrais sindicais pedem, vou repetir, esse pouquíssimo que as centrais sindicais pedem, pode estourar as contas. Discutamos isso, mas discutamos mais que isso. Como compensar com o real – não o real moeda, real de realidade –, como compensar o trabalhador naquilo que mais o aflige: seu tempo perdido no transporte, as péssimas condições das paradas de ônibus? Só a melhoria das paradas de ônibus já daria um choque social neste País que representaria mais do que os menos de R\$1,00 por dia a mais no salário mínimo.

Acho que está na hora de nos sentarmos para discutir o salário mínimo na sua plenitude: da parte monetária, que vai no contracheque, e da parte que ele vê nas ruas, ao usar os serviços públicos, que devem ser gratuitos e, portanto, podem funcionar como uma remuneração; a remuneração do real, na realidade.

Era isso que eu queria falar, mas há o aparte que terei o maior prazer em ouvir.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Serei breve, Senador. Só quero dizer da minha satisfação em ouvi-lo. Como é bom a gente poder ouvir um homem independente, um homem que está sempre ao lado do povo, um homem que pensa no povo, um homem que se dedica ao povo. É o que V. Ex^a está fazendo nessa tribuna hoje à tarde, preocupado com o povo brasileiro. A sua voz é a voz do povo brasileiro. O povo brasileiro, Senadores, precisa de políticos que falem por ele nesta Casa e em outras casas legislativas. V. Ex^a está ao lado do povo brasileiro e falando aquilo que o povo brasileiro quer ouvir. Viva o Senador Cristovam Buarque!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu agradeço muito, Senador, a sua fala, e insisto que realmente precisamos trazer aqui para dentro a pauta do trabalhador, a pauta do povo, e essa pauta é constituída pelo salário mínimo que entra no seu contracheque, contracheque que se aumentar mais do que se pode trará inflação, e trazendo inflação roubará, no outro mês, aquilo que ele recebeu.

Mas não nos contentemos com um salário mínimo pequeno e nem analisemos o salário mínimo apenas na ótica monetária do contracheque. Analisemos a totalidade. Para isso, a Presidenta Dilma pode perfeitamente fazer um choque social, até com outro nome, como ela gosta: um PAC de complementação do salário mínimo monetário com a oferta de serviços públicos de qualidade para o nosso trabalhador.

É isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de falar diretamente para o Senador Humberto Costa. Mas fica aqui indiretamente a minha disposição de conversar com ele para encontrarmos um caminho de aumentar ao máximo o salário do trabalhador, dentro dos limites financeiros, mas a totalidade do salário, incluindo aquilo que não é financeiro, que não pesa nas contas da Previdência.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. João Pedro deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Quero comunicar ao Plenário que a Presidência está retardando a abertura da Ordem do Dia na expectativa da conclusão dos trabalhos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que está votando a indicação do nome do Ministro Luiz Fux para o Supremo Tribunal Federal. Tão logo seja encerrada a reunião daquela Comissão, nós abriremos a Ordem do Dia. Enquanto isso, presidirá esta sessão a nossa querida Senadora Vanessa Grazziotin, que vai conceder a palavra aos oradores inscritos.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretária.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Com a palavra o Senador Cícero Lucena, como orador inscrito.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem já apresentei voto de pesar pelo falecimento do jornalista e radialista Ivan Thomaz, como também de D^a Lourdes Milanez. Infelizmente, hoje apresento mais um requerimento de voto de pesar pelo falecimento do jornalista que foi presidente do jornal público mais antigo do País, *A União*, o Sr. Itamar da Rocha Cândido. Peço, pois, nos termos regimentais, à Mesa do Senado que transmita esses votos aos familiares enlutados.

No início desta Legislatura quero registrar que o PSDB é um partido que tem compromisso com o Brasil e aqui, no Congresso Nacional, fará uma oposição responsável e de alto nível. Não somos daqueles do quanto pior melhor.

Assim, quero registrar a iniciativa do Governo Federal em distribuir, gratuitamente, medicamentos para hipertensos e diabéticos na rede “Aqui tem Farmácia Popular.”

Essa iniciativa já faz parte das políticas públicas desenvolvidas nos governos do PSDB. Quando tive a oportunidade de ser prefeito da cidade de João Pes-

soa, entre 1997 e 2004, a nossa administração criou esse benefício. Além de oferecer gratuitamente os remédios de uso contínuo na rede municipal de saúde, também criamos, para atender a esses pacientes, o programa de distribuição de medicamentos em domicílio pelos Correios.

Essa ação garantiu maior dignidade e respeito a quem precisava da ação da prefeitura. Assim, eliminamos as longas filas de espera na rede pública de saúde e até mesmo a falta de remédios. E mais, com planejamento, reduzimos o desperdício e desvios, bem como diminuímos os custos com a compra desses remédios.

Esse exemplo foi adotado pelo então prefeito de São Paulo, José Serra, e também no Governo do Estado de São Paulo. No governo do PSDB, em São Paulo, o programa “Dose Certa” já distribui gratuitamente diversos tipos de medicamentos básicos, sendo que parte desses medicamentos é produzida pela Fundação para o Remédio Popular, laboratório público do Governo do Estado de São Paulo que cobre as necessidades de medicamentos da maioria das doenças mais comuns e seus sintomas, como verminoses, febre, dor, infecções, inflamações, pressão alta, diabetes, doenças do coração, entre outras. Encontram-se também incorporados ao programa os contraceptivos e medicamentos para a saúde mental.

Voltando ao programa de distribuição pelos Correios de medicamentos de uso contínuo em João Pessoa, quero registrar que, em função da sua paralisação pelo prefeito que me sucedeu, apresentei em 2007, no Senado Federal, um projeto de lei que acrescenta ao Sistema Único de Saúde o fornecimento desses medicamentos de uso continuado, não sujeitos a controle especial, em domicílio, pelos Correios ou Agentes Comunitários de Saúde.

O Projeto de Lei nº 28, de 2007, foi aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais, bem como por este Plenário, e enviado à Câmara dos Deputados em 21 de agosto de 2007. Aguarda para ser debatido de forma conclusiva, infelizmente, desde 2008, naquela Casa.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores e amigos da TV Senado, peço que o Governo Federal saia da propaganda e abrace verdadeiramente o programa de distribuição gratuita de medicamentos, e que esse benefício chegue a todos os Municípios brasileiros, principalmente os menores e o de menor renda *per capita*.

Aproveito também para registrar, com satisfação, que estamos nesta Casa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, logo mais, aqui no plenário, para aprovarmos, assim eu espero e creio, a indicação do novo Ministro do Supremo Tribunal Federal, pois, tenho certeza, ganha a Justiça brasileira com a sua nomeação.

Meu muito obrigado e que Deus proteja a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada a V. Ex^a, Senador Cícero Lucena, pelo pronunciamento.

Neste momento convido V. Ex^a a dirigir os trabalhos para que eu possa utilizar a tribuna.

A Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretária, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB - PB) – Pela ordem de inscrição, convido a Senadora Vanessa Grazziotin para fazer uso da palavra pelo tempo de dez minutos.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, nobre Senador Cícero Lucena, Sr^{as} e Srs. Senadores, companheiras e companheiros, participei até há poucos instantes, Sr. Presidente, da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que analisa e faz a sabatina do Ministro do STJ, indicado pela Presidente da República, Dilma Rousseff, para a ocupar a vaga no Supremo Tribunal Federal com a aposentadoria do Ministro Eros Grau.

Quero dizer, Sr. Presidente, que ouvimos, todos nós que estávamos lá, com muita atenção, os pouco mais de trinta minutos que ele falou inicialmente. E tive oportunidade de dizer-lhe que o que me chamou a atenção não foi apenas o domínio que ele tem na área do Direito, pela brilhante carreira de 30 anos que desenvolve, uma carreira ilibada, mas a unanimidade que ele conseguiu formar nesta Casa.

O Senador Aécio Neves disse, de forma clara e objetiva, que o Ministro Fux não é um Ministro indicado por um grupo político, mas é um Ministro indicado e apoiado por todos os grupos políticos.

Mas eu dizia que o que mais me impressionou, Sr. Presidente, Senador Cícero, foi a forma emocionada como ele se manifestou, especialmente no final de sua fala, o que não é comum principalmente em um homem público. Aquilo deixou todos nós muito impressionados, porque tive a clara impressão, e não somente a clara impressão, mas o sentimento, de que ele é uma pessoa justa ou procura se pautar pelo princípio da justiça. Esse é o princípio número um que deve nortear todo homem e toda mulher que estão na vida pública, mas sobretudo aqueles que atuam na área do Direito, aqueles que são escolhidos para julgar, para analisar.

Então, quero dizer que fiquei muito emocionada, mas, acima de tudo, feliz, em saber que a Suprema Corte deste País deverá certamente receber um homem com a qualidade do Ministro Luiz Fux.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, ontem foi lançado pelo Ministério de Minas e Energia o Plano Nacional de Mineração, que prevê metas para o setor de mineração até o ano de 2030.

O plano traça, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diretrizes gerais para as áreas de geologia, recursos minerais, mineração e transformação mineral. Trata-se de um plano que prevê investimentos, na sua grande maioria privados, da ordem de US\$350 bilhões, até 2030. É um plano que prevê – veja, Sr. Presidente, a importância – a criação de uma agência nacional de mineração, prevê a criação e a consolidação do marco regulatório da mineração em nosso País, além de mudanças profundas na outorga dos títulos minerais e uma nova política para os *royalties* do setor.

Ora, o plano lançado ontem e certamente as medidas que serão enviadas à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal pela Presidência da República visam a uma transformação e, no meu entender, a um fortalecimento muito claro da atividade mineral em nosso País. E isso é muito importante, Sr. Presidente, porque o Brasil não é apenas uma das maiores nações do Planeta; o Brasil não é apenas um país que tem mais de 8 milhões de quilômetros quadrados; o Brasil não é apenas um país que detém a maior floresta tropical do Planeta; o Brasil não é apenas o país que detém a maior reserva de água doce do Planeta; o Brasil é um país que tem uma grande e diversa reserva de minerais.

Eu aqui quero citar um exemplo. Temos um minério denominado silvinita, do qual é extraído o potássio, elemento importante na indústria de alimentos, na indústria farmacêutica, na agricultura, onde é utilizado como fertilizante. E o Brasil hoje importa grande parte do potássio que consome. Ocorre, Senador Pimentel, que temos no Brasil, especialmente lá no meu querido Estado do Amazonas, a maior reserva de potássio do Planeta, que não está sendo explorada. Estamos em negociação, em conversação com a Petrobras, há muito tempo, para que ela inicie a exploração do potássio. Isso vai contribuir não apenas com meu Estado, mas vai melhorar o resultado da balança comercial brasileira, porque deixaremos de importar e passaremos a exportar esse minério importante.

Então, vejo, Sr. Presidente, nesse plano, no lançamento dessa nova política para o setor mineral, uma luz importante. E vejo também que estamos inaugurando, principalmente desde 2002, quando o Presidente Lula assumiu o poder neste País, um novo momento, um momento em que nossas riquezas vêm sendo exploradas. Mas, o que é principal: nossas riquezas vêm sendo exploradas e seus frutos utilizados em benefício da população brasileira, em benefício do fortalecimento

do Estado nacional. Assim é com o pré-sal, cuja votação já iniciamos no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado, mas falta concluir ainda a votação do pré-sal, falta analisarmos um tema muito sensível que é a distribuição dos *royalties* do pré-sal.

O pré-sal, no que aprovamos recentemente, no final da Legislatura passada, é algo muito importante, e não sei se a grande maioria da população brasileira já se deu conta disso. Mudamos o marco regulatório, mudamos a forma com que trabalhávamos essa riqueza no Brasil, que era a concessão, ou seja, a posse da riqueza mineral do petróleo era do Brasil, mas o País, a Nação brasileira, o Governo concedia a exploração a uma empresa privada, que poderia ser a Petrobras ou outra empresa privada. E essa empresa se apropriava da maior parte da riqueza, devolvendo ao poder público, ao Estado nacional uma pequena parcela, através do pagamento dos *royalties* e da participação especial. Pois nós mudamos. Na Câmara, isso foi mudado; aqui, isso também foi mudado, apesar de os oposicionistas, de os partidos que faziam oposição ao Governo Lula terem encaminhado contra essa votação. Porém, a maioria, de forma sábia e correta, aprovou essa mudança. e hoje temos o sistema de partilha.

O que é o sistema de partilha? É um sistema que prevê a exploração do petróleo por uma empresa contratada por outra empresa estatal, que será criada, e grande parte do lucro não ficará mais para a empresa privada, ficará para o Estado brasileiro. E as empresas que trabalharão extraindo essa matéria-prima tão importante no mundo inteiro serão remuneradas – e bem remuneradas – por isso. Agora, a grande parcela dos recursos, Senador Mozarildo Cavalcanti, vai ficar para o Estado brasileiro, vai ser aplicada num fundo que nós também aprovamos, um fundo que vai cuidar da educação – 50% dos recursos serão destinados à educação –, vai para o meio ambiente, vai para o combate à pobreza.

Enfim, estamos vivendo mudanças profundas no Brasil, e mudanças positivas, que vão ao encontro dos anseios da população.

Eu fico preocupada, Sr. Presidente, quando vejo alguns pronunciamentos abordando que o Brasil está desperdiçando muitos recursos com o pagamento, por exemplo, do servidor público, que aumentou; que é preciso diminuir os gastos públicos... Ora, como se faz educação, se não se paga bem o professor? Como se faz saúde, se não se contrata e não se paga bem um médico? O Ministro Pimentel, hoje Senador, mas foi titular da Pasta da Previdência, sabe que precisava de médicos peritos bem pagos, ou médicas peritas bem pagas. precisa de profissionais competentes para fazer a máquina do Estado andar. Por isso que,

a cada dia, tenho mais convicção – e não só convicção –, tenho muita alegria de fazer parte e de ajudar este Governo a desenvolver a política, a desenvolver este trabalho...

(Interrupção do som.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PT – AM) – Eu peço a V. Ex^a tempo para concluir, Sr. Presidente.

Eu sei que muitas mudanças precisarão ocorrer. Mas perseguiremos, uma a uma, todas as que forem necessárias ao nosso Brasil. Eu não tenho dúvida nenhuma.

A Presidenta Dilma nunca foi candidata a nada. Hoje, é a Presidenta da República Federativa do Brasil. A primeira mulher a presidir nosso País. E por quê? Porque o povo brasileiro entendeu a mensagem. Não apenas entendeu, mas o povo brasileiro abraçou as suas propostas e deu a ela uma bela vitória. Meu Amazonas foi o Estado que, proporcionalmente, deu à Presidente Dilma o maior percentual de votação de todo o Brasil. Isso porque nós reconhecemos que o Presidente Lula foi um grande Presidente para o Brasil e, sobretudo, para o Amazonas, que vive de um modelo econômico que gira em torno da Zona Franca de Manaus – um modelo econômico organizado e dirigido pelo Governo Federal. E o Presidente Lula não só nos deu atenção, mas possibilitou que a Zona Franca se desenvolvesse e que nosso Estado do Amazonas também passasse a viver momentos melhores.

Então, quero aqui dizer que fico feliz com tudo o que está acontecendo, com o lançamento do Plano Nacional de Mineração e com todas as mudanças que certamente esta Casa, em breve, deverá analisar.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Pela ordem de inscritos, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Cícero Lucena, Presidente desta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal estão se articulando para recriar a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa.

Nesta quarta-feira, no final do expediente, teremos uma reunião de trabalho com uma série de Senadores e Senadoras, de Deputados e Deputadas para recriar essa importante Frente Parlamentar, os quais na legislatura passada se articularam e aprovaram um conjunto de normas que permitiram às micro e às pequenas empresas, aos empreendedores individuais crescer no Brasil.

Para se ter uma ideia, em 2006, quando aprovamos a Lei Complementar nº 123, criando o Simples Nacional, nós tínhamos apenas um milhão, trezentos e trinta e sete mil micro e pequenas empresas no Brasil; quatro anos depois, estamos com cinco milhões, quatrocentas mil micro e pequenas empresas formalizadas no Brasil.

Quando analisamos os quinze milhões de empregos gerados a mais no Brasil a partir de 2003, os grandes empregadores no Brasil são exatamente as micro e pequenas empresas, que estão voltadas principalmente para o mercado nacional. E, quando nós recuperamos o poder de compra do salário mínimo, da massa salarial da sociedade brasileira, estamos na verdade fortalecendo as micro e pequenas empresas.

Em 2008, a Câmara dos Deputados e o Senado, por unanimidade, aprovaram a Lei Complementar nº 128, que criou o empreendedor individual. Essa nova modalidade entrou em vigor em julho de 2009. Traçamos uma meta, em 2010, de chegar em dezembro de 2010 com um milhão de empreendedores individuais formalizados no Brasil. Fechamos o ano com novecentos e um mil empreendedores individuais formalizados que saíram da ilegalidade, da informalidade e integraram o setor formal da nossa economia. E neste 2011 queremos, mais uma vez, traçar como meta a formalização de mais um milhão de empreendedores individuais para que possamos cada vez mais fortalecer o empreendedorismo, os pequenos negócios.

Quando a gente observa o conjunto de normas, de demandas que apresentam ao Congresso Nacional a sociedade brasileira, a primeira delas é exatamente a ampliação do teto do empreendedor individual, que havíamos fixado em R\$36 mil lá em 2008, mas esse teto já era discutido desde 2003, quando foi apresentado nesta Casa o projeto inicial para formalizar esse segmento. Queremos elevá-lo para R\$48 mil. E o teto da micro e da pequena empresa, que desde 2006 é de R\$2,4 milhões, precisamos elevar para pelo menos R\$3,6 milhões, porque estamos tendo, Sr. Presidente, uma série de pequenas empresas criando outras empresas para não extrapolar o teto hoje existente e com isso ser excluídas do Simples Nacional. Outros setores simplesmente perdem o ânimo empresarial de continuar crescendo e, com isso, deixam de gerar mais riqueza e mais trabalho para a nossa sociedade.

Por isso, nós precisamos retomar urgentemente essa Frente Parlamentar Mista do Senado e da Câmara para fazermos essa interlocução com todos os setores da sociedade, deixando claro que esse segmento foi capaz de gerar, ao lado de outro setor da economia, 15 milhões de novos empregos nos últimos oito anos. Queremos que, nos próximos quatro anos, continuem

contribuindo cada vez mais com nossa economia. E é por isso que nós temos um projeto de lei complementar em tramitação, de origem na Câmara dos Deputados, que vai chegar ao Senado. Precisamos criar o mesmo entendimento político para ser aprovado pelo maior número possível de Congressistas das duas Casas, porque essa legislação é feita para o Estado nacional, é feita para o setor que mais gera emprego e que mais contribui com a nossa economia.

Quando nós paramos para analisar a chamada nova classe média, de 32 milhões de pessoas que ascenderam na pirâmide social de 2006 para cá, verificamos que a sua ampla maioria está vinculada ao empreendedorismo, à micro e à pequena empresa. E é esse setor da nova classe média que está também alavancando a nossa economia, aumentando o consumo, aumentando o investimento e criando a poupança nacional.

Qualquer um de nós que pegar os estudos do setor empresarial que planejam 2011, verificará que apontam para algo em torno de 9,1 milhões de pessoas que pretendem comprar carros em 2011 no Brasil. Se metade desse público efetivamente resolver atender o seu desejo, será algo em torno de quase cinco milhões de novos carros emplacados no Brasil. Para se ter uma ideia, em 2010, todos os carros emplacados no Brasil foram algo em torno de 2,7 milhões. Isso implicaria, basicamente, dobrar a quantidade de veículos comercializados no mercado nacional em 2010. E aí o tema da mobilidade urbana precisa estar presente a fim de que possamos dar condições para que esse segmento da sociedade, que até ontem vivia na informalidade, vivia na ilegalidade, possa também participar dos bens de consumo da sociedade brasileira.

Se nós vamos para o mundo do crédito, é verdade que o sistema financeiro ampliou muito a oferta de crédito, mas esse é um setor para o qual precisamos ter um olhar diferenciado, principalmente para o empreendedor, individual que até ontem estava na informalidade. Em 2008, eram 11 milhões de empreendedores individuais que estavam na informalidade. Como empreendedores individuais, 901 mil desse público já estão formais, mas precisamos ainda trazer os dez milhões que remanescem na informalidade.

Em qualquer praça do Brasil, encontramos os feirantes, os pipoqueiros, os borracheiros, as manicures, os mais variados setores da economia que querem crescer. E, para crescer, é preciso estar formal. Querem ter acesso ao crédito e, para terem acesso ao crédito, precisam do CNPJ, precisam estar formais. Querem fidelizar o seu cliente, o seu consumidor para garantir a qualidade do produto e, acima de tudo, ter

o mercado cada vez mais crescente. Para isso, precisam estar formais.

Por isso é que eu peço aos Pares que, da mesma forma que a legislatura anterior se debruçou sobre esse tema da micro e da pequena empresa, tenhamos espaço entre os 81 Senadores e Senadoras, tenhamos o mesmo apoio que tivemos na legislatura passada...

A Srª Ana Amelia (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – ... e com isso contribuir para o crescimento da nossa economia.

Quero aqui dar um aparte à Senadora do Rio Grande do Sul.

A Srª Ana Amelia (Bloco/PP – RS) – Meu caro Senador José Pimentel, quero me associar, endossar integralmente as suas posições a respeito de uma política própria para as micro e pequenas empresas do nosso País. É muito importante até em função de que, facilitando a vida dessas empresas e dos empreendedores, estaremos contribuindo muito para a formalização da economia de um setor que cresce muito, mas que está hoje, pela falta dessas políticas e da própria votação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, impossibilitado de crescer, como é o desejo da maioria desses empreendedores talentosos e esforçados. Endosso a sua posição e, como o senhor, participo a partir de hoje da Frente Parlamentar em defesa da micro, pequena e média empresa do Brasil. Muito obrigada pela sua colocação e me associo inteiramente ao que o senhor está fazendo, na defesa desse setor tão fundamental da nossa economia.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu é que agradeço.

Quero registrar que esse segmento também amplia muito a cobertura previdenciária. Só sabe o que representam os benefícios da Previdência Social quem necessita deles. A mulher empreendedora informal, quando ganha a sua criança, não tem um único dia de licença para cuidar da sua criança, porque não tem o salário-maternidade. Nós, quando adoecemos, se não utilizamos o procedimento formal, se não temos vinculação com a Previdência Social, não nos podemos recuperar da nossa doença para voltar a produzir cada vez mais. Quando chega a terceira idade, em que precisamos da proteção do Estado, aqueles que não têm cobertura previdenciária também não têm aposentadoria. E, quando Deus nos leva, para proteger nossos dependentes, é a Previdência Social que faz isso.

Por isso, Sr. Presidente, um dos grandes objetivos também da formalização da micro, da pequena empresa e do empreendedor individual é, exatamente...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (José Pimentel. PT – CE.) ...oferecer à sociedade brasileira cobertura previdenciária.

Muito obrigado e vamos trabalhar com a Frente Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Obrigado, Senador José Pimentel. Quero dizer também da minha disposição de participar dessa Frente, por compreendermos a importância dela na economia brasileira e na geração de emprego.

Pela ordem dos inscritos, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ou o Governo brasileiro cria coragem e ímpeto para colocar a Infraero nos trilhos, ou o Brasil passará por um verdadeiro vexame internacional durante a Copa do Mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016.

A última coisa que podemos desejar para o nosso País são cenas transmitidas pelas redes internacionais de televisão de turistas estrangeiros amontoados nos saguões dos aeroportos brasileiros. Tudo em razão de atrasos de voos que resultam num verdadeiro caos aéreo e que podem transformar-se em prejuízo para os torcedores de inúmeros países durante a Copa de 2014.

O momento pede de urgência, e não há espaço para disse me disse. A verdade é que, dos R\$5,5 bilhões previstos para investimentos em infraestrutura aeroportuária até a Copa de 2014, apenas R\$195 milhões já foram contratados, e R\$54 milhões, executados; ou seja, o País está atrasado na execução das obras e já é motivo de preocupação para as autoridades internacionais.

Hoje, os principais aeroportos do País, Natal, Belo Horizonte/Pampulha, Belo Horizonte/Confins, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Manaus, São Paulo/Congonhas, São Paulo/Guarulhos, operam acima da capacidade e já não suportam a atual demanda de passageiros. Que dirá o crescimento da demanda, durante o ano de 2014 e, principalmente, em junho, mês do advento!

O mais grave é que obras como a do aeroporto de Guarulhos e do aeroporto de Santa Genoveva, em Goiás, encontram-se paradas por indícios graves de sobrepreços, apontados pelo Tribunal de Contas da União. De acordo com o Ministro Benjamin Zymler, o TCU aguarda informações da Infraero sobre as obras do aeroporto de Goiânia, por exemplo, desde 2007.

O fato é que a Infraero tem sido vagarosa, letárgica na implantação dos planos de expansão dos aeroportos brasileiros e não parece preocupada o su-

ficiente com a paralisação das obras de Guarulhos, Vitória e Goiânia, entre outros.

O caso do aeroporto de Macapá é emblemático: a obra foi iniciada em 2004, portanto, um ano antes das obras do aeroporto de Goiânia. Mas somente agora, em 28 de janeiro, foram definidas adequações do convênio para a retomada de obras, que, de acordo com o TCU, tiveram R\$50 milhões desviados. A previsão é que o aeroporto seja inaugurado em 2013, embora a previsão inicial fosse para 2007.

Sr. Presidente, o Governo não pode ficar inerte diante desse quadro e dos alertas emitidos por autoridades do setor aeronáutico. O Presidente da Associação Internacional de Transportes Aéreos (Iata), Giovanni Bisignani, criticou a infraestrutura aeroportuária brasileira, classificando-a de inadequada para atender a grandes eventos, como a Copa e as Olimpíadas.

É urgente que o Governo, por intermédio da Infraero, sente-se à mesa com as empresas contratadas para a realização das obras dos aeroportos e cheguem a um acordo para dar continuidade aos trabalhos, nos termos das recomendações feitas pelo TCU.

Se as empresas não se mostrarem inclinadas a aceitarem as condições, que se promovam novas licitações, porque nossos aeroportos agonizam e precisam de socorro imediato. Se o Governo não acelerar o ritmo, por meio de um plano estratégico de execução de obras, com cronograma rigoroso para o cumprimento de metas, o Brasil não vai dar conta da tarefa que se coloca diante do País. São apenas três anos e meio até a Copa de 2014, o que, em termos de execução de obras em aeroportos, é muito pouco.

Já passamos da hora de ajustar o compasso da infraestrutura dos aeroportos com a crescente demanda de passageiros.

Veja, Sr. Presidente, que, se o País tiver um crescimento do PIB da ordem de 5% ao ano, até 2014, e os preços médios da passagem se mantiverem estáveis como hoje, teremos 45 milhões de passageiros viajando de avião no Brasil por ocasião da Copa do Mundo. Se o crescimento do PIB aumentar para 7%, serão 71 milhões de passageiros.

O setor de transporte aéreo tem crescido, em média, 10% ao ano e, considerando o pico previsto para o mês de junho de 2014, serão 4 milhões de passageiros voando pelo Brasil, a maior parte de estrangeiros.

Creio que esses números retratam a justa dimensão do desafio diante do Governo brasileiro, mais especificamente da Infraero. As autoridades precisam acordar para o fato de sermos um País de dimensões continentais, sem ferrovias capazes de se colocarem como alternativa ao transporte aéreo. Nesse contexto, os turistas que se deslocarem de uma sede para outra

da Copa vão fazê-lo de avião, e não podemos acolher nossos visitantes em terminais improvisados, indignos de um país emergente.

É verdade que há uma promessa de ação do Governo com a nomeação de Gustavo do Vale para a Presidência da Infraero, antes da anunciada criação da Secretaria de Aviação Civil, conforme notícia hoje o jornal *O Globo*. Mas, até a nomeação de Vale, serão duas semanas, e até a criação da nova secretaria, pelo menos alguns meses.

Assim, Sr. Presidente, o tempo passa, o cronograma aperta, e as obras continuam no papel.

É hora de o Governo agir com rapidez e presteza! É hora de a Infraero sair do estado de letargia!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Chamando pela ordem dos inscritos, Senador Ciro Nogueira. (*Pausa.*)

V. Ex^a declina?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Declino.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Convido o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a informação que quero trazer ao Senado é que, no meu gabinete, os Senadores que assim o desejarem poderão encontrar estes nove DVDs de um seminário que fiz quando Governador do Paraná. Chamava-se Seminário Crise, Rumos e Verdades.

Convidei economistas, sociólogos e especialistas do mundo inteiro. Convidei, por exemplo, do Brasil, o Carlos Medeiros; da Venezuela, o José Félix Rivas; o Yuri Gromyko, da Rússia; o Francisco de Assis Inocêncio e o Wilson Cano, do Brasil; Mario Di Constanzo, do México; o Nildo Euriques, economista da Universidade de Santa Catarina; o Mario Lettieri, Ministro da Economia do Governo Prodi, da Itália; o nosso Marcio Pochmann, do IPEA; o Mário Henrique Castro, diretor do BNDES, também do Brasil; o João Sicsú, do Brasil; meu Secretário do Planejamento, Enio Verri; o Lorenzo Carrasco, do México; Franklin Serrano, economista do Brasil; Paolo Raimondi, da Itália; Michael Liebnick, da Alemanha; Aldo Ferrer, ex-Ministro da Economia da República Argentina; o nosso Reinaldo Gonçalves; o Marco Naranjo Chiriboga, do Equador; Thomas Palley, dos Estados Unidos; e o Alex Izurieta, também dos Estados Unidos.

Além disso, o nosso Senador Aloizio Mercadante participou e o Andrey Kobyakov, da Rússia, também. O Carlos Lessa, nosso economista e ex-Presidente do BNDES, teve uma participação importante; o Darc Costa; o César Benjamin; o Ricardo Carneiro; e o Mag-

nus Ryner, da Inglaterra, considerado hoje, Senador Delcídio, o principal economista da Europa, atuando na área do mercado europeu.

Esses nove DVDs têm o início e o encerramento desse encontro. Esses DVDs estão à disposição dos Srs. Senadores em meu gabinete. Confesso que não faço uma distribuição direta aos 81 Senadores porque tem que haver um movimento de vontade de tomar conhecimento da matéria e de assistir aos DVDs.

Então, essa coleção de nove DVDs está à disposição de todos os Senadores, e dos Deputados Federais que também assim o desejarem, no meu gabinete – Ala Teotônio Vilela, gabinete nº 18.

Eu acredito que essa edição do seminário das crises é extremamente importante, principalmente no momento em que vamos discutir, no Brasil, o salário mínimo. O caminho é esse? O caminho é redução do salário mínimo e aumento de juros, ou existem outros caminhos? Quais são as posições que a Rússia, o Japão, a China, os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, pelo entendimento e a palavra dos seus economistas, estão tomando?

Pedi, então, esta comunicação, que até poderíamos chamar de adiável – eu poderia fazê-la em outro momento –, porque me parece que a oportunidade é agora, antes da discussão dos rumos da economia do Brasil.

Então, Ala Teotônio Vilela, gabinete nº 18. Os meus assessores estão à disposição dos Srs. Senadores para entregar a cada um, ou a pedido de cada um, uma coleção completa dos DVDs do Seminário Crises e Verdades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Obrigado, Senador Requião.

Pela ordem de inscritos, convido o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente em exercício, Senador Cícero Lucena, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento em que a nova legislatura nos abre novos horizontes para o enfrentamento de questões vitais ao desenvolvimento e à governabilidade de nosso País, neste momento em que as forças políticas concentram unânime empenho na busca de mobilização em prol das inadiáveis reformas de que o Brasil tanto precisa, é com especial satisfação e expectativa que recebo o anúncio do Presidente José Sarney de constituir, imediatamente, a Comissão Especial que irá elaborar o anteprojeto de reforma política.

Consoante a manifesta vontade das mais expressivas lideranças do Congresso Nacional, desejo que essa oportuna união de esforços nos propicie construir

os fundamentos e fabricar as ferramentas necessárias para o legítimo amadurecimento político de nossa sociedade e de nossas instituições.

Com a nossa credibilidade em xeque, cumpre a nós, da classe política, oferecer à Nação um novo modelo de atuação parlamentar de inquestionável eficácia, ética e transparência. Cumpre-nos instituir um novo modelo capaz de instrumentalizar adequadamente nosso sistema de representatividade, de modo a criar mecanismos que incentivem e garantam a efetiva participação dos mais amplos setores da cidadania na condução da coisa pública.

Urge que as mudanças eleitorais e político-partidárias venham para ficar. Urge que se imponha, de uma vez por todas, o fim das artimanhas e manobras legais que insistem em macular a soberania das urnas, desvirtuando-as e deformando a correlação de forças ali escolhida pelo povo. Urge, sobretudo, evitar que a imagem e a atuação partidária do legislador eleito sejam constantemente maculadas com a pecha do estelionato e do oportunismo sem escrúpulos.

Mais que isso, as mudanças pelas quais o Brasil reclama têm de assegurar a previsibilidade e lisura do representante escolhido no exercício do mandato, tanto na defesa dos ideais doutrinários, quanto no cumprimento das promessas em função das quais foi eleito.

Não há mais espaço para compactuarmos com o casuísmo reincidente. Não podemos acumpliciar nossas consciências, permitindo que a vontade do povo continue sendo manipulada pela propaganda, que se avilte servil, subjugada pelas conveniências de momento, no mais das vezes ditadas pelo poder econômico, em lugar das diretrizes programáticas ou dos clamores da cidadania.

Por isso, é imperativo que temas como o financiamento público de campanha sejam aprofundados e debatidos à exaustão.

No mesmo esteio, não podemos deixar de estabelecer regras claras e insofismáveis para o instituto da fidelidade partidária, suas exigências, limites e flexibilizações. Devemos, também, estar atentos ao estreito vínculo entre a fidelidade e a questão das ligações partidárias, que, hoje, funcionam com objetivos fugazes e exclusivamente eleitorais, alimentando o fisiologismo, enfraquecendo o ideário das siglas e estimulando uma espécie daquilo que alguns chamam de “namoro de Carnaval” entre eleitores, candidatos e agremiações.

Nesse contexto, a definição de normas coerentes para a existência de federações partidárias há de constar de nossa pauta de alternativas.

Outro ponto a ser considerado consiste na possível dilação dos prazos de mandato, aliada ao fim da

reeleição para cargos majoritários, com a possível coincidência de períodos para todos os cargos eletivos, o que, por um lado, contribuiria para a redução dos custos de eleições a cada dois anos e, por outro, amenizaria a quebra de continuidade de projetos, atualmente resultante do desencontro de tais períodos.

Porém, a pedra angular de toda essa problemática reside, a nosso ver, nos critérios de escolha do candidato. Por isso, julgamos de essencial importância a discussão a respeito do uso ou não de listas fechadas e de sua extensão; a adoção do voto distrital misto; a extinção do voto proporcional, sua viabilidade e seus reflexos sobre o indispensável processo de fortalecimento dos Partidos; o fim da suplência de Senadores, dentre outros pontos de menor alcance.

Concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Jayme Campos, veja bem, até pela lista de pontos que V. Ex^a elenca, o quanto essa reforma política é complexa. Eu acho que não nos podemos furtar a encará-la, e já fiz até um pronunciamento sobre isso. Aproveitando a oportunidade de que há o desejo da Presidente Dilma, há o desejo manifesto do Presidente do Congresso Nacional e do Senado, Senador José Sarney, e da maioria absoluta do Congresso Nacional, eu acho que este é o ano de se fazer a reforma, se não toda, porque – veja pela lista que V. Ex^a leu – são muitos pontos, pelo menos o que tem de mais urgente, já com vistas às eleições de 2012, que são eleições municipais. Algumas coisas que V. Ex^a citou são fundamentais, como o financiamento, definir-se o financiamento. Diz-se: “Ah, mas financiamento público? Vai pegar dinheiro público para financiar campanha de candidato?” O pior é que o povo já está financiando isso. As campanhas estão sendo financiadas com recurso público, de maneira ilícita, isto é, superfaturam-se obras e aquisição de equipamentos para financiar campanhas. Então, isso aí é pior. Melhor, portanto, que haja o estabelecimento claro. Não vamos acabar com o caixa dois? Não. Não vamos nos iludir, é difícil de acabar, porque quem é desonesto vai arranjar sempre um jeito de fazer desonestidade. Mas quero parabenizar V. Ex^a por trazer esse tema a debate. Temos, sim, de fazer o que for mais urgente este ano e até aprovar este ano coisas que possam valer a partir de 2014.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado pelo aparte, Senador Mozarildo Cavalcanti. Acho que este é um clamor popular, sobretudo para termos regras claras no Brasil em relação ao processo eleitoral, que lamentavelmente tem sido injusto, porque, infelizmente, há um jogo desigual. Como V. Ex^a bem disse, a prática está sendo feita muitas vezes por

meio de atos ilícitos que muitos candidatos praticam nos processos eleitorais neste País.

Concedo um aparte ao Senador João Pedro, com muita honra.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Jayme Campos, V. Ex^a está defendendo a reforma política e levanta alguns pontos que considera relevantes para a reforma. Solicitei este aparte para levantar uma questão porque estou ouvindo, desde a legislatura passada, lideranças de partidos, senadores, deputados, nesta Casa, no Congresso, levantando a necessidade da reforma política. Passamos por mais uma eleição, uma eleição importante, uma eleição geral, então estamos no início de uma nova legislatura. V. Ex^a traz esse assunto, o Presidente do Senado já também externou uma iniciativa no sentido de trabalhar a reforma aqui no Senado. Mas neste aparte eu quero levantar a importância de a sociedade civil participar desse processo. Nós precisamos da sociedade civil nesse debate da reforma política. A reforma não pode se restringir ao debate do Congresso Nacional, até porque a sociedade civil tem uma crítica, e nós acompanhamos pela mídia, enfim, pelas redes sociais, críticas a Parlamentares: “esse que ganhou”, “aquele que não ganhou”. Enfim, acho que é hora de a sociedade participar do debate, interferir. Nós precisamos aperfeiçoar a democracia, e o Brasil avançou nesses últimos anos em conquistas importantes do ponto de vista do Estado brasileiro, numa compreensão republicana. Mas é preciso mexer nesse item para consolidar ainda mais o processo democrático no nosso País. Eu estava ouvindo o Senador Mozarildo.

(Interrupção do som.)

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Eu considero o aparte do Senador Mozarildo, o que S. Ex^a falou, muito grave. Não, não tem que minimizar não, tem que acabar com o caixa dois; não tem que dar um jeito nisso, tem de acabar! E nós temos de buscar um método de eleger os nossos Parlamentares de forma equilibrada, com muita equidade. Nós precisamos encontrar um mecanismo para fazer com que, verdadeiramente, os de baixo, o povo seja representado no Congresso Nacional. Lamentavelmente, nós temos uma legislação em que os mais ricos, os mais poderosos, quem mais arrecada, têm mandatos. Precisamos fazer esse debate. Então, nós temos de buscá-lo. Quero parabenizá-lo porque V. Ex^a está colocando alguns pontos, falando da reeleição. Nós precisamos trabalhar isso, fazer o debate sobre a reeleição, mas, principalmente, o financiamento público de campanha, para que o Brasil tenha uma representação igual, para que a sociedade brasileira seja representada verdadeiramente

no Congresso Nacional, nas Casas Legislativas, nas Câmaras Municipais, nas Prefeituras do nosso País. Parabéns! Estou externando aqui um pouco da minha reflexão sobre a importância da reforma política não para o meu Partido ou para o Partido de V. Ex^a, mas para o processo de consolidação da democracia em nosso País.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

A observação de V. Ex^a é pertinente, até porque acho que, para um assunto tão importante como este, não basta apenas termos constituído uma Comissão, na medida em que acho que tem de ser feito um debate com a sociedade, para que tenhamos, com certeza, uma legislação que não seja só do Congresso, mas que tenha a participação da sociedade brasileira.

Estou concluindo, Sr. Presidente. Lembremo-nos de que essas questões vêm sendo levantadas há décadas. Só de 1991 para cá mais de trezentas proposições sobre reforma política tramitaram ou estão tramitando nas Casas do Congresso Nacional.

Várias foram as iniciativas de Deputados e Senadores, em múltiplos projetos de lei e emendas à Constituição, além da instalação de comissões especiais destinadas ao estudo da matéria, mediante a sistematização de centenas de propostas e realização de incontáveis audiências públicas.

Diversas proposições sobre o assunto foram encaminhadas ao Congresso pelo Poder Executivo ao longo dos últimos anos, assim como recomendações e sugestões advindas do Judiciário. Inúmeras têm sido também as sugestões advindas da sociedade civil, em cada uma dessas oportunidades.

Agora, vemo-nos mais uma vez diante da ocasião propícia, marcada pelo início de um novo mandato. Fazem-se novamente presentes não só a necessidade, mas também a conveniência e a vontade política. Estamos absolutamente confiantes na reforma política, que deverá pautar todas as demais reformas.

Que nossos critérios sejam justos, nossos espíritos sejam esclarecidos e equilibrados, para que possamos superar as naturais vicissitudes no sentido de contornarmos as dificuldades e administrarmos os conflitos que decerto hão de surgir. Para que possamos, enfim, coroar de êxito essa desafiante empreitada. Para que saibamos desatar os nós e estreitar os laços entre eleitores e eleitos, numa relação de respeito e credibilidade rumo à conquista e à consolidação do bem maior que é o futuro radiante de um Brasil que mereça mais e mais sua democracia, de um Brasil de riquezas cada vez mais pródigas e de filhos cada vez mais dignos.

O Sr. Benedito de Lira (Bloco/PP – AL) – Nobre Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Concedo um aparte ao Senador Benedito de Lira com muita honra.

O Sr. Benedito de Lira (Bloco/PP – AL) – Eu já pedi a paciência aí do nosso Ex^{mo} Presidente, que eu desejava fazer um aparte a V. Ex^a e cumprimentá-lo por esse momento em que traz ao conhecimento do Senado e desta Nação a preocupação de todos nós, que é exatamente tão falada ao longo de tanto tempo. Eu faço política há tanto tempo, venho da Câmara, são dezesseis anos, aliás, três mandatos de Deputado Federal e alguns outros de Estadual, de Vereador, etc., e toda eleição no Brasil precisa que se tenha uma lei específica. A lei de 2010 não vai servir para 2012, com raríssimas exceções. Então, chegou o momento de nós fazermos exatamente aquilo que todos deveriam ter a consciência de que terá que ser feito, que é uma reforma política para valer. Façamos uma lei agora que sirva para a eleição de 2012, de 2014, daqui a dez, vinte, trinta anos a mesma lei. Então, eu quero dizer a V. Ex^a que este é o momento. Não podemos deixar passar essa oportunidade, o início de legislatura. É uma matéria polêmica? É. Mas é preciso que cada um de nós tenha a consciência e a responsabilidade daquilo que nós teremos que realizar para não só dar mais visibilidade ao processo eleitoral, mas fazer com que as coisas não possam sair daqui para aqueles que apenas apreciam a lei e não interpretam a lei ao modo deles. É por isso que é interessante que nós façamos isso. Eu vi no noticiário que o Presidente Sarney está designando uma Comissão Especial para cuidar disso. O Presidente da Câmara também se manifesta a respeito disso. Vamos juntar as ideias da Câmara e as ideias do Senado e pedir a participação do segmento da sociedade, para que se faça uma lei decente e duradoura no processo eleitoral do nosso País. Muito obrigado a V. Ex^a. Meus parabéns.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Eu que agradeço o aparte de V. Ex^a. Com certeza, com a sua experiência e trajetória como grande homem público do País, eu imagino que esse será o debate mais importante, sobretudo, como o senhor bem disse, nós temos que ter o quê? Uma legislação pelo menos para vinte ou trinta anos. Lamentavelmente, o que ocorre hoje é que quem está legislando em nome do Congresso Nacional é o TSE e o próprio Supremo Tribunal Federal.

Eu acho que isso é muito ruim e acho que será o momento de nós passarmos a limpo a questão da reforma política.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco/PMDB – MS) – Senador...

O Sr. Blairo Maggi (Bloco/PR – MT) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Se a Mesa me der permissão, concedo um aparte para o Senador Moka e para o Senador Blairo Maggi.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco/PMDB – MS) – Eminentíssimo Senador Jayme Campos, nosso irmão do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, quero dizer a V. Ex^a que... Quero abordar objetivamente que tenho visto algumas declarações. Mas veja o que está acontecendo hoje nessa questão de legenda: se quem vai assumir é o suplente da coligação ou o suplente do partido. E uma das sugestões que sempre esbarram... Porque há aqueles que querem disputar eleição em função de que em determinados partidos o número de votos para se eleger seria menor, na chamada eleição proporcional, que não é o caso do Senado, mas é sempre uma questão de fundo. Então, a ideia que eu acho que poderia, já no início, resolver um grande problema seria considerarmos, em uma Assembleia Legislativa, como no seu Estado, ou no meu, os 24 Deputados Estaduais, ao invés do chamado voto de legenda, proporcional, que fossem considerados eleitos os 24 Deputados Estaduais mais votados, independentemente dessa questão de legenda. Porque, aí, cada um disputaria pelo partido, e não por interesse de ter um coeficiente maior ou menor. Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento que faz, objetivamente colocando que são essas as questões que, na hora de você fazer a reforma política, por interesses muitas vezes menores, pequenos, não consegue avançar na discussão. E é fundamental uma reforma política para que tenhamos um número razoável de partidos, para haja fidelidade partidária. E eu tenho realmente coerência para falar disso porque, na minha vida inteira, eu tive um único partido. Eu nunca disputei eleição que não fosse pelo meu partido, afiliado desde 1978. De forma que acho que isto é fundamental: uma reforma política, para iniciar. E como a Presidente disse que apoia e quer, nós temos que aproveitar também essa iniciativa, ainda este ano – e aí louvando a iniciativa do Presidente Sarney, no sentido de criar uma comissão especial. Temos que aproveitar porque me parece que há um clima importante. E, sem dúvida nenhuma, não deixar mais isso só na vontade de fazer. Vamos em frente, fazer a reforma política. Parabenizo V. Ex^a pela oportunidade do tema que traz.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Moka, até porque, diante dos fatos que aconteceram, em que você não sabe se a eleição vai chamar o Senador que foi eleito pela coligação ou o do partido, já existe algum sinal de que vai haver alguma modificação, e na medida em que a

própria Câmara está se manifestando no sentido de um projeto de lei, urgentemente, para acabar com essa questiúncula entre a Justiça Federal, ou seja, através do Supremo, com, naturalmente, o que prevalece na atual legislação eleitoral.

Concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Blairo Maggi.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco/PR – MT) – Senador Jayme, quero cumprimentá-lo pela fala que está fazendo neste momento, um assunto tão importante para a Nação, importante para todos aqueles que defendem, que gostam e que querem ver o País avançar com segurança. E a política é que dá segurança para todos os outros negócios que fazemos no Brasil. Antes de falar um pouco sobre esse assunto, eu queria lhe cumprimentar também pelo pronunciamento de hoje de manhã, na sessão solene em que foi homenageado o ex-Senador Eliseu Resende. V. Ex^a foi muito feliz quando sintetizou, dizendo que as ações que o Senador Eliseu Resende promoveu no Estado de Mato Grosso foram muito além daquela visão de momento, de construir uma estrada. Na verdade, aquelas ações mudaram a vida de milhares ou de milhões de pessoas. Então, parabéns pelo seu pronunciamento. Nessa questão política, eu queria, bem rápido, dizer o seguinte: passa da hora, há muito tempo, de termos uma legislação clara sobre essa questão eleitoral. Vemos nos julgamentos dos TREs locais, estaduais, que se colocarmos cinco questões diferentes, teremos cinco resultados diferentes pela cabeça do juiz, do promotor, dos advogados. Então, passa da hora de fazermos uma reforma. Esta Casa e o Congresso têm que assumir a responsabilidade e propor as mudanças que devem ser feitas. E, ao escrever a lei, nós, Senadores e Deputados, temos que deixar muito claro que não pode haver uma vírgula para futura interpretação diferente, porque farão, e criarão novamente os problemas hoje existentes na legislação. Como acabou de dizer aqui o Senador Moka, ninguém mais sabe quem vai assumir na suplência, se é quem teve voto ou aquele que não teve voto. Vi na imprensa esta semana, não me lembro qual Estado, que um que está na coligação tem cento e poucos mil votos, provavelmente não vai entrar, mas um que tem dois mil votos no partido vai ser chamado para a Câmara Federal. Não tem cabimento. Não é razoável isso. Eu estava agora na arguição do Ministro Fux, e ele dizia isto: a lei tem que ter bom senso. Acho que faltou ao Supremo, nessa interpretação, bom senso. Temos que mudar? Vamos mudar, mas vamos respeitar o que foi feito. Os costumes têm que ser respeitados. Vamos mudar para a frente? Então, vamos. Vamos votar uma nova regra e dizer claramente que, daqui para a frente, é assim; daqui para trás, o que foi

está bem feito. Este Senado Federal vai ter que ter a coragem nesta Legislatura, e quero me propor a isto, junto com meus colegas Senadores, de fazer os enfrentamentos mais difíceis, mais penosos e que muitas vezes não temos coragem de fazer, mas esta é a Casa de fazer. Parabéns pela iniciativa do tema, Senador Jayme, meu colega mato-grossense.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Obrigado, Senador Blairo. V. Ex^a foi muito claro em sua fala, diante do que acontece nos TREs do Brasil, na medida em que o TRE do Mato Grosso decide de uma maneira, às vezes o TRE de São Paulo ou do Rio de Janeiro, de forma diferenciada. Precisamos dar um basta em tudo isso, e só através, naturalmente, dessa reforma política, que vai nos permitir, com certeza, que tenhamos segurança e, acima de tudo, regras que vão prevalecer para todos os Estados. Não pode um TRE definir de uma maneira e outro, de outro Estado, de forma diferenciada, em que pese, às vezes... A lei é uma só, todavia a interpretação é diferenciada.

Muito obrigado pelo aparte. E agradeço ao meu caro amigo particular, Senador Cícero Lucena, por ser generoso e conceder esse bom tempo para fazermos uso da palavra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Eu que agradeço, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

Em seguida, pela ordem dos inscritos, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Cícero Lucena, encaminho à Mesa requerimento de nossa autoria.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao novo corpo dirigente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, empossado no último dia 1º de fevereiro, constituído pela Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha, Presidente; Desembargadora Eliana Rita Daher Abufaiad, vice-Presidente; Desembargadora Dahil Paraense de Souza, Corregedora de Justiça das Comarcas da Região Metropolitana; e Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, biênio 2011/2013.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará tem hoje sem sua direção quatro magistradas de carreira, que ingressaram na qualidade de juízas através de concurso público, com vasto conhecimento jurídico e experiência judicante e administrativa.

A Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha chega à Presidência do Poder Judiciário do Pará após mais de três décadas dedicadas à magistratura, onde sempre se norteou pela ética e competência jurídica, condições que a qualificam para o mais alto cargo da magistratura do meu querido Estado do Pará.

As demais Desembargadoras, de igual forma, possuem experiência e conhecimento jurídico, adquiridos através de uma trajetória marcada pela ética, dedicação às funções exercidas e respeito aos princípios que regem a prestação jurisdicional.

Sr. Presidente Cícero Lucena, peço que o requerimento seja apreciado pelos meus Pares e aprovado pelo Plenário e que seja encaminhado o voto de aplauso às magistradas que assumiram, no dia 1º de fevereiro, a direção do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Senador Flexa Ribeiro, a Mesa recebe o encaminhamento de V. Exª e tomará as providências conforme o Regimento desta Casa.

Com a palavra, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cícero Lucena, Srªs e Srs. Senadores, vim a esta tribuna, para fazer um relato rápido do encontro que tivemos, ontem, na Confederação Nacional da Indústria (CNI), Senador João Pedro. É um encontro anual, em que procuramos estabelecer a pauta da CNI com o Congresso Nacional. Foram convidados o Deputado Federal Eduardo Sciarra, do Paraná; o Deputado Leonardo Quintão, de Minas Gerais; e, do Senado, o Senador Aloysio Nunes Ferreira. E tive a honra de também ser convidado.

É importante registrar, Senador Mozarildo, que a pauta discutida ontem foi extensa. Houve uma palestra do ex-Ministro Mailson da Nóbrega, e o entendimento foi o de que o Brasil vive um momento especialíssimo. Nosso País cresce, as desigualdades sociais diminuem, nosso mercado aumenta, e o interesse de investidores internacionais nunca foi tão intenso como nos últimos anos. O resumo é que, fruto de um trabalho constante do Presidente Lula e também de outros Presidentes, caminhamos para a consolidação de uma economia forte, que teve competência para enfrentar, principalmente, a crise de 2008, estimulando o mercado interno, e que tem muitos desafios pela frente, desafios especialmente voltados para a infraestrutura.

O maior desafio do Brasil, hoje, talvez, seja a infraestrutura. E o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vem ao encontro desta prioridade: a infraestrutura. Não adianta haver empresários, industriais, produtores rurais competentes e eficientes, se

perdemos no frete. Reduz-se a nossa eficiência no frete, nas rodovias, na ausência de ferrovias, nas hidrovias, nos aeroportos e nos portos. Portanto, o consenso a que chegamos é o de que o desafio maior a enfrentar é o da infraestrutura.

Avançamos muito, Senador João Pedro, primeiro com obras que muitos não gostavam de fazer, Senador Ferraço, como as de saneamento, que eram obras escondidas, obras que não apareciam – portanto, muita gente não se interessava. Mas saneamento é, acima de tudo, saúde preventiva. Para cada R\$1,00 investido em saneamento, economizamos R\$4,00 na saúde corretiva, lamentavelmente. Avançamos também num programa vigoroso de habitação, que não somente traz cidadania às pessoas, mas que também gera muito emprego.

Nosso desafio está na educação. Há um projeto que, sem dúvida – nos últimos anos, comprovamos isso –, conta com o nosso compromisso de gerar empregos, com carteira assinada. Isso é muito importante para o Brasil. Nunca o Brasil desfrutou de um momento tão bom sob o ponto de vista de geração de empregos, como nos últimos anos.

Sr. Presidente, é importante destacar que, com os programas sociais, precisamos criar condições para que as pessoas trabalhem. E, para isso, temos de qualificá-las. Um ponto importante a destacar é a questão das escolas técnicas. Por exemplo, no Meu Estado, Mato Grosso do Sul, não havia escolas técnicas. Agora, lá vai haver escolas técnicas, como um Instituto de Tecnologia. Não vamos criar um País somente de pessoas que tenham ensino superior, mas também de técnicos de nível médio em Mecânica, em Elétrica, em Eletrônica, em edificações. Então, isso vai transformar-se em grande avanço, na qualificação de mão de obra. Será feita a formação de engenheiros. Que me desculpem, meu caro Senador Cícero Lucena, as outras profissões, mas o Brasil está entrando em uma fase de engenheiros. E há carência de engenheiros. Formamos 40 mil engenheiros por ano, mas nossa necessidade, em função do que vem por aí, incluindo-se o pré-sal, é de 80 mil engenheiros ou de 82 mil engenheiros por ano. Então, o desafio é enorme!

Também grande é o desafio do desenvolvimento tecnológico, do desenvolvimento em pesquisa. Precisamos investir em pesquisa. Não somente as estatais têm centros de pesquisa importantíssimos e de alta tecnologia, como o Cenpes, da Petrobras, mas também a iniciativa privada, as universidades. Precisamos promover essa integração.

Esses são alguns dos desafios fundamentais para o nosso País. As políticas públicas, nesse sentido, estão sendo implementadas com vigor.

Sr. Presidente, dentro dessa pauta estabelecida com a CNI, destacamos alguns projetos que vão ser fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, e o primeiro deles é a reforma tributária. Não sei se será feita uma reforma tributária ampla, mas uma reforma tributária que ataque a questão da desoneração da folha e a dos investimentos. Lamentavelmente, paga-se imposto antes de o investimento começar a funcionar. Não tenho dúvida de que a reforma tributária, a discussão tributária é absolutamente importante, como também o estabelecimento de novos tetos para o Simples, em função da micro e da pequena empresa, que vão, evidentemente, beneficiar-se dessas mudanças.

Sr. Presidente, este é um tema que vamos discutir: a questão dos *royalties* do pré-sal, ou outro nome que venhamos a chamar, Senador Flexa. O último projeto aprovado foi vetado pelo Presidente Lula, até porque é inconstitucional. O Congresso poderia sofrer, inclusive, um revés no Supremo Tribunal Federal (STF). Agora, esse projeto vai ser reencaminhado ao Congresso, à Câmara e ao Senado. E o pré-sal...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, nobre Senador Delcídio?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro. Com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Cada pronunciamento de V. Ex^a é uma aula que V. Ex^a dá a todos nós, em especial a mim, quando se refere às questões de energia e, agora, de reforma, que são necessárias e urgentes. Quanto à reforma tributária e fiscal, espero que a Presidente Dilma, realmente, faça com que se promovam o aprofundamento da discussão e uma verdadeira reforma, que não seja um remendo. O que se tem feito, ao longo desses últimos anos, não somente no Governo Lula, mas no próprio Governo do PSDB, são intervenções pontuais. É necessário, realmente, fazer uma desoneração do processo produtivo brasileiro, para que se ganhe mais competitividade. Essa é uma teoria, Presidente Cícero, com a qual todos os economistas concordam. Ao se aumentar a base contributiva e ao se diminuir a alíquota, há uma arrecadação maior. Então, V. Ex^a tem razão. Com relação aos *royalties* e, no caso do Estado do Pará, à questão da compensação financeira pela exploração de recursos minerais, digo que isso é um absurdo! É um absurdo haver 2% do valor líquido da exportação na área mineral e 10% do valor bruto da exportação do petróleo e mais uma contribuição especial de outros 10%! O que me intrigou é o que V. Ex^a disse sobre o projeto que aprovamos aqui, por unanimidade, da distribuição dos *royalties* do petróleo do pré-sal, os quais nada têm

a ver com o petróleo do território dos Estados produtores, mas, sim, com aquele petróleo que se encontra no mar territorial brasileiro: que fosse parte dele distribuída aos Estados brasileiros. E foi aprovado aqui. O Presidente vetou? Passou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em que teve parecer favorável? V. Ex^a diz que é inconstitucional. Eu queria pedir ao Presidente Sarney – essa questão já debatemos na Bancada do PSDB – que convocasse uma sessão do Congresso e pautasse o veto única e exclusivamente dos *royalties* do pré-sal, para que o Congresso brasileiro pudesse dizer se vai derrubar ou se vai manter o veto do Presidente, porque o processo legislativo não se concluiu. Então, Presidente Sarney, eu pediria a V. Ex^a que, atendendo ao apelo, tenho certeza absoluta, da maioria dos Senadores e dos Deputados, V. Ex^a pudesse convocar uma sessão do Congresso e pautar exclusivamente o veto do Presidente sobre a questão da distribuição dos *royalties* do pré-sal, porque aí faríamos justiça a todos os Estados brasileiros, sem prejudicar os Estados produtores. Nada tenho contra São Paulo, contra o Espírito Santo ou contra o Rio de Janeiro. Acho que eles têm de ter a parcela que lhes cabe, mas a riqueza é da Nação brasileira. Eu pediria a V. Ex^a que, como Presidente do Congresso Nacional, pudesse convocar essa sessão, para que pudéssemos debater o veto.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, eu gostaria de fazer um registro.

Eu pediria ao Presidente que me desse um pouco mais de tempo para eu concluir o meu pronunciamento. Um minuto é pouco, não é, Sr. Presidente? Estamos em uma tarde importante, aguardando uma votação importante, a do Ministro Fux para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Eu queria registrar que, primeiro, há um conceito de *royalties* muito claro na Constituição. O *royalty* foi criado porque as áreas que foram diretamente atingidas pela exploração de petróleo e de gás têm de ser ressarcidas. Por isso é que esse critério não atende aos demais Estados brasileiros. É absolutamente procedente e coerente essa decisão.

Mas quero continuar, Sr. Presidente, e rapidamente destacar, entre outros projetos importantes, o novo Código Florestal, que está sendo discutido na Câmara dos Deputados, com parecer do Deputado Aldo Rebelo. Essa é uma questão importantíssima como pauta para o Congresso Nacional neste ano.

O segundo ponto é o novo Código Mineral, que, sem dúvida, também é um passo importante, especialmente no tratamento dessas questões que afligem muito os Estados, principalmente no momento em que as empresas de mineração atingem uma importância

cada vez mais ampla nas exportações brasileiras, também fruto dos preços praticados no mercado exterior principalmente nesse tipo de *commodity*.

Portanto, há a reforma tributária; a redistribuição dos *royalties*, que são uma riqueza do Brasil, não somente dos Estados produtores; o Código Florestal; o Código Mineral, que, sem dúvida, é um passo importantíssimo a ser dado no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, no momento em que se discute a reforma tributária, no momento em que se discutem esses recursos do pré-sal, precisamos discutir também, com tranquilidade, a repatriação de recursos de brasileiros no exterior. Não podemos fugir a esse debate, não, porque esse é um debate importante. Há um espaço razoável para que o Congresso Nacional debata isso. Estima-se que são mais de US\$100 bilhões os recursos de brasileiros no exterior. E, aqui, ninguém está querendo apresentar projeto, discutir projeto para trazer dinheiro ilegal, mas dentro de regras estabelecidas, fazendo um filtro rigoroso pelo sistema financeiro, regulamentado pelo Banco Central, com várias alternativas de investimento, Sr. Presidente. Então, o momento é este, porque aumentaremos a base arrecadatória e, aí sim, vamos ter condição até de adotar alíquotas menores, uma carga tributária menor, porque a base terá crescido.

Sr. Presidente, outro ponto citado nessa agenda na Confederação Nacional da Indústria são as agências reguladoras. Primeiro, na Comissão de Assuntos Econômicos – o Relator era o Senador Garibaldi –, foi feito um conjunto de audiências públicas, propondo-se aperfeiçoamentos na regulamentação da infraestrutura, nos setores de telecomunicações, de rodovias, de ferrovias, de aeroportos, de energia elétrica. Precisamos avançar no aperfeiçoamento da regulamentação nesses setores de infraestrutura, incluindo a questão ambiental, Sr. Presidente, dando mais celeridade nos licenciamentos, sem deixar de considerar a variável ambiental como referência e prioridade em qualquer projeto de infraestrutura no Brasil. É a garantia da sustentabilidade, meu caro Senador Moka, sul-mato-grossense, grande companheiro! Esse é um tema que vamos discutir neste ano.

Sr. Presidente, também vamos discutir a questão das agências reguladoras. Ouvi algumas entrevistas e alguns discursos da Presidente Dilma que falam especificamente na indicação de diretores para as agências reguladoras que tenham experiência na área onde eles vão atuar. Ou seja, é a valorização da meritocracia. Esse é um grande passo, pelo papel que as agências reguladoras têm, sendo agências de Estado. Portanto, esse é um tema que vai voltar à baila, até porque existe

uma proposta de agências reguladoras tramitando, Sr. Presidente, na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, estávamos num debate amplo com gente de vários Estados do Brasil – estou vendo o Senador Mozarildo ali –, e levantei uma questão, Senador João Pedro, que vamos ter de debater aqui: a questão indígena. Em alguns Estados, essa questão indígena não tem a importância que vivenciamos em outros Estados brasileiros, na Região Centro-Oeste, na Região Norte. Então, esse é um tema de que vamos precisar tratar, pelo reflexo que ele traz no dia a dia dos nossos Estados. Então, é um tema, é uma questão muito importante.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Sr. Presidente, permita-me que eu conceda um aparte ao Senador João Pedro?

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Permito, Senador. Mas peço a compreensão, porque existem outros oradores, e já adiamos por seis minutos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Perfeito, Sr. Presidente.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Delcídio, meu companheiro de partido e grande representante do Estado do Mato Grosso do Sul, V. Ex^a vem tocando em vários assuntos: no Código Florestal, na questão dos *royalties*. Quero dizer que, antes do aquecimento dessa discussão sobre *royalties*, fiz um projeto de lei que tramita nesta Casa, preocupado com essa distribuição da riqueza. Sempre quando falo dos *royalties*, quero chamar a atenção para a grandeza dos constituintes que, na Constituição de 1988, organizaram um capítulo e definiram o petróleo como um bem da União. Então, uma coisa é discutir o petróleo numa conjuntura dos anos 80 e 90; outra coisa é discutir esse patrimônio, essa riqueza que a Petrobras encontrou. É hora de fazermos, com muita racionalidade, com a política que V. Ex^a levantou aqui, com a compreensão de Estado, uma discussão sobre distribuição do gás, do petróleo, da riqueza que está a sete mil metros de profundidade, a 300 quilômetros da costa brasileira. Então, penso que o Congresso tem condições, junto com a sociedade, de travar uma discussão compatível com essa compreensão de distribuir a riqueza que pertence à União. Outra questão é a questão indígena. Quero lembrar a V. Ex^a que meu Estado tem a maior população indígena do Brasil.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– O Mato Grosso do Sul é o segundo.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Precisamos discutir isto como política de Estado: a relação do Estado com essas culturas, com essas etnias. Como fazer uma discussão no sentido de respeitarmos esses povos que estão aqui garantindo, inclusive historicamente, a soberania do nosso País? Procurei ser rápido. Eu gostaria apenas de levantar isso para reflexão sobre o discurso brilhante que V. Ex^a faz sobre pontos importantes da vida nacional.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Senador João Pedro.

Se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, vou concluir. Não sei se posso dar a palavra para a nossa ilustre Senadora do Pará, Senadora Marinor Brito, que queria fazer um aparte. *(Pausa.)*

A Sr^a Marinor Brito (PSOL – PA) – Eu lhe agradeço. Eu estava aqui ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a. De fato, o tratamento do Estado brasileiro com as populações indígenas é uma questão que precisa ser colocada na pauta do Congresso Nacional, para que as populações indígenas parem de ser tratadas como alienígenas, parem de ser tratadas como parte descartável nos processos de planejamento e de destinação de orçamentos. No Estado do Pará, mais de 90% das populações indígenas não conseguem atingir a 4^a Série do Ensino Fundamental. Esse não é um dado menor, é um dado grave, que nos deve fazer refletir coletivamente que as populações tradicionais precisam ser respeitadas na sua plenitude. Se todos são iguais perante a lei – e isso diz a nossa Constituição Federal –, nas suas especificidades, essa população precisa ser respeitada e entendida definitivamente como parte da cidadania. São responsáveis, tanto quanto as outras comunidades tradicionais, pelo desenvolvimento, pela história e pela cultura do nosso País. Obrigada pelo aparte.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senadora. Quero, para concluir com o aparte da Senadora Marinor Brito, Sr. Presidente, dizer o seguinte: são temas muito importantes, temas que compõem essa pauta com a CNI e com outras entidades também.

Também quero lembrar aqui a questão dos aeroportos, que discutimos bastante. A Presidente Dilma disse claramente que a ampliação dos aeroportos será feita com a iniciativa privada. Isso é muito importante, porque a Infraero não tem condição de fazer frente aos desafios que teremos para ampliar nossa infraestrutura aeroportuária.

Sr. Presidente, por último, eu não podia deixar de falar aqui da reforma política, outro tema que virá. Foi motivo de vários discursos ontem e hoje. O Senador Jayme Campos falou amplamente sobre essa ques-

tão aqui. Portanto, penso que o Congresso Nacional vai estar muito alinhado com essa pauta. No Senado, eu, especialmente, e, não tenho dúvida, todos os Senadores e Senadoras vamos nos colocar à disposição para fazer esse debate, que é um debate importante não somente para o Congresso, mas também para os Estados brasileiros e para o futuro do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência, pela tolerância de V. Ex^a. Obrigado aos Senadores e Senadoras que me ouviram.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Para uma comunicação inadiável, Senador Ricardo Ferraço. Em seguida, pela ordem, Senador Casildo Maldaner.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna para compartilhar com o conjunto da Casa e com todos aqueles que nos acompanham uma notícia veiculada hoje em todos os jornais que julgo da maior relevância e importância, porque consolida todo um ciclo de um extraordinário crescimento que nós vivemos em nosso País nos últimos anos, assim como nos nossos 27 Estados federados. O nosso IBGE relata a consolidação da produção industrial brasileira ao longo de 2010, alcançando o percentual extraordinário – e diria asiático – de 10,5%. Nesse cenário, evidentemente com muita alegria, um destaque muito especial para o meu Estado, o Espírito Santo, que liderou o crescimento industrial durante o ano de 2010, alcançando o indicador de 22,3%. Portanto, o dobro da média nacional.

Não se trata, evidentemente, de indicadores técnicos e frios. Isso revela toda uma expansão de oportunidades, que tem sido revelada em nosso País, e no caso especial, do meu querido Estado do Espírito Santo, onde tive a honra e o privilégio de compartilhar com o Governador Paulo Hartung de sua gestão, nos últimos quatro anos, na condição de Vice-Governador. Mas não apenas lideramos o crescimento industrial. Também pontuamos e lideramos em nível nacional a redução da taxa da miséria e da pobreza, conseguindo conciliar o crescimento econômico, o crescimento do PIB, com o desenvolvimento humano, o que nos colocou numa condição muito favorável nos últimos anos, de conseguirmos reduzir a taxa da miséria e da pobreza pela metade. Isso sinaliza, de forma incontestável, a possibilidade de o meu Estado erradicar a miséria e a pobreza nos próximos anos, se, naturalmente, mantivermos esse mesmo rumo e esse mesmo ritmo, assim como as mesmas escolhas que fizemos nos últimos anos.

Naturalmente, isso também é fruto de uma estabilidade institucional muito consistente, que foi construída depois de um período em que o nosso Estado esteve mergulhado numa crise sem precedentes, uma crise que foi do ambiente ético ao ambiente administrativo. Conseguimos não apenas resgatar a autoestima da população capixaba, mas também conseguimos resgatar a confiança do empresariado brasileiro e local, que voltou a investir fortemente em nosso Estado. E os números revelam essa extraordinária transformação que nós conseguimos viver nos últimos anos.

De modo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que esse é o dado que desejo compartilhar com nossos colegas no Senado da República, na certeza e na convicção de que o nosso País e o nosso Estado haverão de continuar nesse mesmo rumo e nesse mesmo ritmo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Ricardo Ferraço, o Sr. Cícero Lucena, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Senador Casildo Maldaner, do PMDB de Santa Catarina, V. Ex^a é o próximo orador inscrito. V. Ex^a tem dez minutos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a honra ontem de discorrer sobre algumas teses na minha representação a esta Casa. Falei sobre alguns assuntos que entendo serem relevantes para traçar os próximos passos aqui no Senado Federal. Fiz uma análise do potencial catarinense, como o nosso colega fez agora com relação ao Espírito Santo. O que vou dizer também irá ao encontro do que declinou aqui o Senador Delcídio do Amaral, que relacionou as principais teses que o Brasil deve enfrentar nos próximos meses. São pautas importantes sobre as quais temos de meditar, sobre as quais temos de refletir.

Nesse caminho, fiz um resumo sobre Santa Catarina, que é o nosso Estado, discorrendo sobre o seu potencial, a sua descentralização, sobre a sua ocupação populacional, que é mais ou menos equitativa – aliás, a capital não é a cidade com a maior população, o que é uma coisa *sui generis* no Brasil, uma vez que é Joinville que ostenta a maior população no nosso Estado. São 293 Municípios, com acessos asfaltados a praticamente todos eles. O Estado tem uma economia diversificada, um dos melhores PIB do Brasil, um IDH também bem elevado. No entanto, embora seja um Estado com mo-

delo europeu, ocupando 1,1% do território nacional e com uma população que representa 3% da do Brasil, apesar disso tudo, tem as suas necessidades, tem os seus problemas também.

O crescimento catarinense não pode mais se dar no sentido horizontal, não há condições. Nós precisamos é, cada vez mais, crescer no sentido vertical, ou seja, no sentido tecnológico, em inovação. Santa Catarina, nesse sentido, tem um certo privilégio, porque prima por suas universidades, suas tecnologias, suas fundações, suas faculdades, prima por tudo isso. Mas é preciso avançar.

Aqui foram citados problemas de infraestrutura, problemas de logística. Nós também os temos. Inclusive, nós fizemos referência ontem a portos, a ferrovias, à necessidade de duplicação de estradas para escoar a produção, para sair, para respirar. Nós temos essas necessidades. Falei sobre isso ontem e, ao longo dos caminhos, detalharemos isso nesta Casa.

Falei também sobre alguns temas que nós queremos reapresentar aqui neste plenário, nesta Casa, no Congresso Nacional. Falei de alguns projetos, entre eles, um de 2008, que reapresentei quando aqui voltei. Citaria também os seguintes: os genéricos na área veterinária, o passaporte universitário. Eu acho que há um que, nos últimos tempos, nas últimas semanas, tem tido forte repercussão no Brasil. E assim tem sido em função das catástrofes, em função das enchentes, em função do que ocorreu no Rio de Janeiro, que foi muito atingido, do que ocorreu em Minas Gerais, São Paulo e, novamente, em Santa Catarina, em vários lugares em nosso Estado. E assim só acontecer no Brasil inteiro.

Somos pegos de surpresa, porque, na verdade, somos um País imprevidente.

Senador Pedro, que preside esta sessão, V. Ex^a é do Amazonas e sabe que, em todos os lugares do Brasil, acontece de irmos deitar e amanhecer diante de algo que não nos ocorreria nem em nossos sonhos. Isso acontece, e nós precisamos ser mais previdentes.

Gostaria de falar – é um tema que vamos trazer à baila – sobre uma das maneiras de encontrar caminhos para enfrentar essa situação. Tramita nesta Casa, está na Comissão de Assuntos Econômicos, a CAE, uma proposta de nossa autoria que prevê a criação de um fundo de seguridade, um fundo de previdência. De que maneira? Eu sei que as companhias de seguro, à primeira vista, podem até ficar ressabiadas; podem alguns entender que, se criarmos esse fundo, vamos onerar quem faz o seguro. Não é verdade. A nossa proposta se resume, Sr. Presidente e nobres Colegas, mais ou menos no seguinte: de todos os seguros que forem feitos no Brasil, quer de casa, quer de automó-

vel, de qualquer coisa, 1% disso vai para um fundo, vai para um fundo de seguridade.

E qual a razão disso? Dar recursos para a Defesa Civil Nacional, que receberia um terço desse fundo; outro terço iria para as Defesas Cíveis dos Estados; o outro terço iria para as Defesas Cíveis dos Municípios.

Com isso, vamos motivar a organização de Defesas Cíveis em todos os Municípios brasileiros. Por quê? Porque dali, do seguro de automóvel que se recolher por exemplo, uma pequena parte contribuirá para isso. Digamos que o prêmio do seguro seja de mil reais. Um por cento disso, ou seja, R\$10,00, será repartido entre a Defesa Civil Nacional, a Defesa Civil do Estado de origem e a Defesa Civil do Município onde o seguro foi feito. Significa dizer que, na hora do acidente, do sinistro, o Município estará preparado com alguma coisa, terá algo em caixa, a Defesa Civil municipal estará organizada. Assim, será possível entrar em ação em seguida.

Isso vai onerar mais as companhias? Não, porque é do seguro, é do prêmio que se recolherá o 1%, não do sinistro, não daquilo que a companhia vai pagar no caso do sinistro. Vai pagar 1% do prêmio que recolher, diretamente, na hora. Estamos debatendo sobre isso com as companhias de seguro, porque para elas também, com essa cultura de fazer o seguro, nós vamos fomentar, fazer com que os sinistros sejam menores, vamos ser mais previdentes. Havendo menos sinistros, as companhias de seguro vão lucrar, seus resultados serão melhores.

Então, é uma tese, Sr. Presidente e nobres colegas – essa proposta está tramitando e vamos trazê-la à baila –, para nós meditarmos mais, para sermos mais previdentes, para enfrentarmos essas situações que ocorrem no Brasil a todo dia. Como nós temos, todos os anos, o Natal em 25 de dezembro, como temos sempre o dia primeiro do ano, como temos a época do Carnaval, também temos, em algumas épocas do ano, essas catástrofes. Elas soem acontecer, elas chegam, e nós não estamos preparados. Acontecem nos Municípios, a Defesa Civil faz o levantamento, leva para a Defesa Civil estadual, a Defesa Civil estadual leva para a Defesa Civil Nacional, aqui traz para a Casa Civil, a Casa Civil manda a proposta para o Congresso Nacional, mas, para se chegar a isso, esperam-se seis meses, geralmente é isso. Aí, o posto de saúde está caído, a pinguela que liga a escola à comunidade não têm condições – tivemos ocorrências desse tipo agora em Corupá, um Município de Santa Catarina, e em outros pontos também. Nós não estamos preparados para isso, nem o Governo Federal está, porque não há como fazer previsões desse tipo no Orçamento, não

há como medir isso, não há como se preparar. Então, essa é a razão dessa nossa proposta.

Aproveito que agora reassume a Presidência o nosso Presidente da Casa, o Senador José Sarney: esse projeto está na CAE, vamos tentar fazer com que ele volte à discussão para nós criarmos um mecanismo que nos permita ser mais previdentes e ajudar a resolver um drama de todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente e nobres colegas.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. João Pedro deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Faço um apelo aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes e em outras dependências da Casa para que compareçam ao plenário, porque dentro de alguns minutos nós submeteremos à votação o nome do Ministro Fux. Estamos apenas esperando que venha da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o processo respectivo. Então, pediria aos Srs. Senadores que comparecessem ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 53, DE 2011

Requeiro, nos termos do Artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao novo corpo dirigente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, empossado no último dia 1º de fevereiro, constituído pela Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha. Presidente; Desembargadora Eliana Rita Daher Abufaiad, Vice Presidente; Desembargadora Dahil Paraense de Souza, Corregedora de Justiça das Comarcas da Região Metropolitana; e Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, biênio 2011/2013.

Justificação

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará tem hoje em sua direção quatro magistradas de carreira, que ingressaram na qualidade de juízas através do concurso público, com vasto conhecimento jurídico e experiência judicante e administrativa.

A Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha chega à Presidência do Poder Judiciário do Pará após mais de três décadas dedicadas à magistratura, onde sempre se norteou pela ética e competência jurídica, condições que a qualificam para

o mais alto cargo da magistratura do meu querido Estado do Pará.

As demais Desembargadoras, de igual forma, possuem experiência e conhecimento jurídico, adquiridos através de uma trajetória marcada pela ética, dedicação às funções exercidas e respeito aos princípios que regem a prestação jurisdicional.

Sala das Sessões, – Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2003**, do Senador Paulo Paim, que acrescenta dispositivo ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano, sem prejuízo da remuneração (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2008);
- **Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2005**, do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a obrigatoriedade de cobertura, pelos planos de saúde, dos exames para diagnóstico de anormalidades do metabolismo do recém-nascido;
- **Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2006**, da Senadora Serys Slhessarenko, que altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências para estabelecer o pagamento diretamente ao trabalhador de créditos do Fundo de Garantia no caso de contas vinculadas inativas;
- **Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2007**, do Senador Leomar Quintanilha, que estabelece normas para o provimento de cargos e empregos de agentes comunitários de saúde a que se refere o art. 9º da Lei nº 11.350 (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2009);
- **Projeto de Lei do Senado nº 526, de 2007**, do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da qualidade do segurado do Regime Geral de Previdência Social, para fins de gera-

ção da pensão por morte daquele que tiver no mínimo 180 contribuições mensais;

- **Projeto de Lei do Senado nº 580, de 2007**, do Senador Neuto De Conto, que acrescenta parágrafos aos art. 11, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da condição de segurado especial independentemente do exercício eventual de outras atividades e dá outras providências;
- **Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2009**, da Senadora Rosalba Ciarlini, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para criar o auxílio tratamento à família com criança ou adolescente em tratamento de neoplasia maligna ou da síndrome de imunodeficiência adquirida;
- **Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2010**, do Senador Flávio Arns, que fixa limites para o valor das anuidades devidas ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Odontologia.

Tendo sido apreciados terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, os Projetos de Lei do Senado nºs 23, de 2003; 312, de 2005; 153, de 2006; 48, 526, 580, de 2007; 407, de 2009; e 212, de 2010, aprovados, vão à Câmara dos Deputados.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 139, de 2008; e 323, de 2009, que tramitaram em conjunto, prejudicados, vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Jayme Campos, queria comunicar a V. Exª que os dois projetos a que se refere V. Exª foram terminativos nas Comissões e não tiveram nenhum recurso para o plenário, de maneira que eles estão aprovados.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Mesa recebe a informação de que a votação terminou na CCJ e que, em breve, estaremos aqui procedendo à votação do Ministro, para o Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência comunica também ao Plenário que se esgotou, no dia 8 de fevereiro do corrente ano, nos termos do disposto no § 3º do art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, o prazo para interposição de recursos, por cinco dias úteis, para que fossem apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 23 a 29, de 2010-CN**; e os **Avisos nºs 13, 22, 26, 29 e 31, todos de 2010-CN**, nos termos do Parecer nº 50, de 2010-CN.

Não tendo sido apresentados recursos, os Projetos de Decreto Legislativo de nºs 23 a 29, de 2010-CN, vão à promulgação, e os Avisos nºs 13, 22, 26, 29 e 31, de 2010-CN, vão ao Arquivo.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Prorrogo a sessão por mais 60 minutos, uma vez que está se esgotando o prazo regimental.

Quero chamar a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores para um documento que mandei distribuir, uma lembrança que se encontra sobre a mesa de cada um. É uma consolidação dos prazos sobre o uso da palavra aqui, no plenário da Casa.

Eu quero dizer que, muitas vezes, nós somos obrigados, aqueles que presidem a sessão, a interromper, de certo modo, o orador quando o tempo está esgotado. Isso é uma coisa desagradável para quem preside a sessão, mas, na realidade, é necessário, para que todos os outros Senadores possam ter oportunidade de usar a tribuna e expressar suas ideias. De maneira que é por isso que a Mesa é, de certo modo, obrigada a proceder dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Passa-se à Ordem do Dia

Temos também para aprovação da Casa e discussão em turno único o **Parecer nº 1.720, de 2010**, da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

Item extrapauta:

PARECER Nº 1.720, DE 2010

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.720, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, sobre a **Mensagem nº 316, de 2010** (nº 688/2010, na origem), sobre a indicação da Senhora *Delaíde Alves Miranda Arantes* para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a advogado, decorrente da aposentadoria do Ministro José Simplício Fontes de Faria.

Em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a Presidência esclarece ao plenário que, nos termos do disposto no art. 111-A, “a”, da Constituição Federal, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que votarem “sim” estão aprovando a indicação.

Assim, nós começamos o processo de votação, sendo esta a primeira votação. Em seguida, votaremos o nome do Ministro Luiz Fux.

Peço à Mesa que proceda à abertura do painel. As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, enquanto procedemos à votação.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, quero registrar, com muito pesar, o falecimento lá no Amazonas, na cidade de Guajará, um Município vizinho do Acre, do nosso Vereador do Partido dos Trabalhadores Robicler de Melo. Estou apresentando, Sr. Presidente, o voto de pesar e espero que esta Casa faça-o chegar até a Câmara Municipal do Município de Guajará, à viúva do Vereador Robicler de Melo, em nome da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Eduardo Braga.

Além de Vereador, Robicler foi um militante social, membro da CPT – Comissão Pastoral da Terra – e Presidente do Partido dos Trabalhadores naquele Município. O ex-Governador Senador Eduardo Braga conhecia o Robicler, assim como a Senadora Vanessa. Ele foi um homem muito importante.

Lamentamos profundamente a perda do Robicler, e espero que o Senado faça chegar aos seus familiares e à Câmara Municipal de Guajará este voto de pesar que, com certeza, vai com muita solidariedade e muito reconhecimento por tudo que fez este filho de Guajará: Robicler de Melo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra a Senadora Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, quero cumprimentar o Senador João Pedro e dizer que faço das suas palavras minhas palavras.

Senador João Pedro, fiquei sabendo por V. Ex^a agora, neste instante, desse falecimento.

Não apenas conheci, Sr. Presidente, mas tive a oportunidade de conviver com o Vereador Robicler, Vereador do Partido dos Trabalhadores, um jovem, uma pessoa que lutou muito naquela região longínqua, distante dos centros mais desenvolvidos do nosso País. Então, fica a nossa solidariedade, a solidariedade também da nossa Bancada, do meu Partido, o PCdoB.

Mas, Sr. Presidente, quero, em poucas palavras, dizer que é um prazer estarmos votando agora a indi-

cação de Delaíde Alves Miranda Arantes para Ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Neste período próximo, analisaremos a indicação de três Ministros para o STJ, um Ministro para o Supremo Tribunal Federal, o STF, e um Ministro para o TST.

Entre todos esses Ministros indicados, temos uma única mulher, Senadora Lúcia Vânia. Uma mulher que vem do seu Estado, que milita na advocacia trabalhista sempre ao lado dos trabalhadores de Goiás. Mas, pelo seu reconhecimento nacional, ela recebeu apoios importantes. Já passou pela sabatina do Senado e foi aprovada. Quero dizer que é um prazer termos uma mulher que vai compor os quadros do Tribunal Superior do Trabalho.

Quero, então, em nome do meu Partido, o PCdoB, cumprimentar a Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes.

Muito obrigada, Sr. Presidente Sarney.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)
– Sr. Presidente...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também gostaria, em nome do PMDB do Amazonas e em nome da população de Guajará, estender o nosso mais profundo pesar pelo falecimento do Vereador Robicler, do Município de Guajará. Eu, quando Governador do Amazonas, estive inúmeras vezes com esse valoroso militante da área social de Guajará, que veio a falecer de maneira abrupta, ceifando a sua família da sua convivência e o povo de Guajará da sua liderança e do seu trabalho.

Solidarizo-me, portanto, com o povo de Guajará, com a família de Robicler. Quero parabenizar a iniciativa do Senador João Pedro pela lembrança do nosso querido Vereador Robicler, deixando aqui os nossos mais sinceros sentimentos ao povo de Guajará.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. VITAL DO REGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. VITAL DO REGO (Bloco/PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome dos jurisdicionados paraibanos, em meu nome e em nome dos Senadores Wilson Santiago e Cícero Lucena, quero dizer da alegria de estar vivendo hoje, e a partir desta semana, a posse da nova Mesa Diretora do Tribunal de Justiça da Paraíba, tendo à frente um juiz de carreira, um renomado jurista paraibano Abraham Lincoln e um velho e querido amigo, também

juiz, identificado com as nossas origens do sertão da Paraíba, o juiz Leôncio Teixeira. Dois desembargadores que estão à frente hoje da Mesa Diretora do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Em meu nome, representando, neste momento, a bancada paraibana, queria transmitir à Casa minhas congratulações.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Queria associar-me às manifestações de pesar da Bancada do Amazonas e dizer que a Mesa encaminhará à família as condolências do Senado e da bancada amazonense que aqui se pronunciou.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de saudar este momento em que estamos votando o nome de Delaíde Arantes para o TST – Tribunal Superior do Trabalho. É uma goiana e temos orgulho da sua trajetória de luta, de trabalho. E tenho certeza de que, estando no TST, ela vai representar não apenas a mulher goiana, não apenas os goianos, mas também todo o povo brasileiro.

Parabéns a Delaíde.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vou encerrar a votação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Nós estamos em processo de votação. É sobre esta votação?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Só para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Para encaminhar a votação, a Mesa dá a palavra a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Muito agradecido a V. Ex^a.

Sr. Presidente, é apenas para me confraternizar com a Delaíde Alves Miranda Arantes e dizer que o PRB a apoia, vota e deseja a ela uma grande magistratura compondo o Tribunal. Deus abençoe a nossa Ministra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação, vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

Senado Federal

PARECER Nº 1.720, DE 2010 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sra. DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES, PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

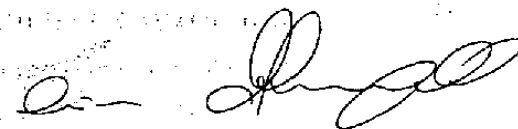
Num.Sessão: 1 Num.Votação: 1 Abertura: 9/2/2011 18:29:42
Data Sessão: 9/2/2011 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 9/2/2011 18:38:25

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	Votou
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	Votou
PR	MT	BLAÍRO MAGGI	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	Votou
PT	MS	DELÍCIO AMARAL	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	Votou
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
PT	PE	HUMBERTO COSTA	Votou
PPS	MG	ITAMAR FRANCO	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	Votou
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	Votou
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PT	SP	MARTA SUPLICY	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PSDB	SC	PAULO BAUER	Votou
PV	RN	PAULO DAVIM	Votou
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	Votou
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	Votou
PR	TO	VICENTINHO ALVES	Votou
PMDB	PB	VITAL DO REGO	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	Votou
PT	PI	WELLINGTON DIAS	Votou
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 58
Votos NÃO : 02 Total : 60
Votos ABST. : 00



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Votaram SIM 58 Srs. Senadores; NÃO, 2. Não houve abstenção.

Total: 60 votos.

Aprovado.

Será feita a devida comunicação à Senhora Presidente da República.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vamos passar agora à apreciação pela Casa...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, só quero consignar o meu voto na eleição anterior, pois, quando cheguei aqui, V. Ex^a fechou a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a me desculpe. Eu serei mais atento à presença de V. Ex^a na próxima sessão.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Parecer nº 13 - escolha de autoridade. Peço à Mesa que abra o painel.

Item extrapauta:

PARECER Nº 13, DE 2011

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 13, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella, sobre a

Mensagem nº 36, de 2011 (nº 17/2011, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor LUIZ FUX para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Eros Roberto Grau.

É o seguinte o Parecer:

PARECER Nº 13, DE 2011

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 36, de 2011, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luiz Fux para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Eros Roberto Grau.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 9 de fevereiro de 2011, apreciando o Relatório apresentado pelo Senador Marcelo Crivella sobre a Mensagem nº 36, de 2011, opina pela aprovação da escolha do nome do Senhor Luiz Fux para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 52, inciso III, “a”, c/c art. 101, parágrafo único, da Constituição Federal, por votos favoráveis, contrários e abstenções.

Sala da Comissão, 9 de fevereiro de 2011. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente – Senador **Marcelo Crivella**, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: MSF Nº 36 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 09/02/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador Eunício Oliveira</i>	
RELATOR: <i>Senador Marcelo Crivella</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. ANA RITA
MARTA SUPLICY	2. ANÍBAL DINIZ
PEDRO TAQUES	3. JORGE VIANA
VICENTINHO ALVES	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. JOÃO RIBEIRO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. CLÉSIO ANDRADE
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. VANESSA GRAZZIOTIN
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PMN e PSC)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. RENAN CALHEIROS
EDUARDO BRAGA	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. WILSON SANTIAGO
VITAL DO REGO	4. GILVAM BORGES
LUIZ HENRIQUE	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
PSDB	
AÉCIO NEVES	1. MÁRIO COUTO
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. PAULO BAUER
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. VAGO
GIM ARGELLO	2. VAGO
DEM	
KÁTIA ABREU	1. DEMÓSTENES TORRES
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINHO BRITO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

Pela Mensagem nº 36, de 2011, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação do Doutor Luiz Fux para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

A Constituição Federal, no art. 101, **caput**, estabelece que o Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. O art. 52, III, a, combinado com o parágrafo único do já referido art. 101, atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar, previamente, por voto secreto e maioria absoluta, a escolha de Ministro do STF efetuada pelo Presidente da República, após arguição em sessão pública.

Por seu turno, o art. 101, II, i, do Regimento Interno do Senado Federal, confere a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383 da referida norma regimental.

Cabe a esta Comissão, de acordo com o Ato nº 1, de 2007, proceder à sabatina dos indicados.

Em observância ao art. 1º, I, daquele Ato, o Senhor Luiz Fux encaminhou o seu **curriculum vitae**, e outros documentos, que passamos a resumir.

Luiz Fux nasceu em 26 de abril de 1953, na cidade do Rio de Janeiro. É bacharel em Direito, formado em 1976, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Obteve o título de Doutor em Direito Processual Civil pela UERJ em 2009, com a tese “Incapacidade Processual do Terceiro Interviente”. É Professor Titular em Processo Civil e Livre-Docente da mesma disciplina na Faculdade de Direito da UERJ, tendo sido aprovado em primeiro lugar em ambos os concursos realizados por essa instituição, respectivamente nos anos de 1995 e 1988.

O indicado ingressou na Magistratura em 1983, quando tornou-se juiz do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Posteriormente, ocupou ainda o cargo de juiz eleitoral e foi promovido por merecimento a Desembargador do referido Tribunal em 1997. Em 29 de novembro de 2001, passou a ocupar o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Seu itinerário profissional consigna, ainda, o exercício dos cargos de Promotor de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e de Curador de Fundações, no período de 1979 a 1982, bem como de advogado da Shell Brasil S.A. Petróleo, no período de 1976 a 1978, onde

ingressou por meio da aprovação em primeiro lugar em concurso.

Excelentíssimo Ministro Luiz Fux, esta Casa recebe o com toda a vibração de sua alegria e se honra em recebê-lo.

Somos uma casa política, expressão da vontade popular exercida no sagrado direito do voto, forjada no debate intenso e diário das questões que angustiam os processos e as contingências inevitáveis da nossa evolução econômica, social e política. Cada um de nos traz na alma a impressão das ruas, do homem simples do povo, do jovem da mãe de família, que ama a liberdade, a justiça e a paz e tem honor a todas as formas de tirania que se extravasam sempre na intolerância, na prepotência, na violência e no ódio.

O Brasil é pacífico por tradição e convicção. Vive em paz com seus vizinhos. Esse traço de pacifismo é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro. Pais em desenvolvimento, o Brasil ascenderá ao primeiro plano no mundo sem exercer hegemonia ou dominação. O povo brasileiro não deseja exercer mando sobre outros povos. Quer que o Brasil se engrandeça sem imperar.

Houve, por muito tempo, quem menosprezasse a nossa tendência quase invariável de buscar para todos os problemas, por mais graves que se configurassem, soluções pacíficas e harmônicas, que conciliassem interesses aparentemente contraditórios, mas resultando sempre na afirmação ativa e corajosa de que, acima de tudo, devia ser considerado o bem comum dos brasileiros.

Houve, sem dúvida, sociólogos e políticos que, no caldeirão racial onde se está formando há cinco séculos o homem brasileiro, pensassem ter visto sinais de indolência e conformismo, para explicar a nossa aversão as atitudes drásticas e extremas. Mas longe disso, o que ocorre e que o povo brasileiro foi dotado de uma sabedoria peculiar plasmada no enfrentamento de suas vicissitudes e agonias. Desde o principio, suportou e se adaptou ao calor dos trópicos, as enxurradas e enchentes e a golpes de tenacidade e bravura rompeu matas e florestas, escapou de onças e cobras, atravessou rios caudalosos, peregrinou pelo sertão, pela caatinga e pelo pantanal, com o suor pingando nos olhos, com a febre de mil doenças tropicais, em meio a um enxame de insetos e fungos que lhe comiam os dedos dos pés, o branco dos olhos e os vasos linfáticos, para triunfar com o arrojo dos bandeirantes e balizar os limites de uma das maiores geografias do mundo.

Foi e é assim, nessa luta intensa, longa e impiedosa que essa gente sofrida e valente ergueu o Brasil, terra de bravos que o são inclusive por desprezar atitudes afirmativas e eufóricas daqueles que, alucinados

pelo fascínio do poder, se esquecem que o único caminho da glória é se engrandecer servindo o povo.

Senhores senadores, faço esse pequeno preâmbulo para dizer que o Ministro Luiz Fux é síntese disso tudo. De cada etapa de sua existência se irradia uma lição de fibra e energia que enobrece e dignifica a vida. Do menino pobre do Andaraí, lá nos subúrbios do meu Rio de Janeiro, bom filho, bom irmão, bom amigo, nos vem a doçura da alma carioca. Do jovem estudante e trabalhador, que a caminho do emprego ao lado do pai Mendel Fux, imigrante romeno, filho de sobreviventes judeus que escaparam da perseguição nazista, aprendia pelo exemplo o idealismo e a renúncia e rasgava as madrugadas debruçado sobre os livros, nos vem a fé no futuro. Do professor, do procurador, do juiz, do desembargador, do ministro fica essa devoção cega, esse respeito cego à Constituição, a vida tecida no estudo e no trabalho, a extremada dedicação à ciência jurídica e a reverência religiosa aos sagrados Direitos do Homem, princípios sobre os quais ele cunhou para si a legenda bela e estupenda que preserva com a santidade de um dogma “a justiça tem que ser caridosa e a caridade tem que ser justa”

Foi assim, trabalhando o dia inteiro, dormindo tarde a acordando cedo, enfrentado desafios e superando obstáculos, que ele cursou o Colégio Pedro II, ingressou na UERJ, universidade orgulho da nossa terra, sempre estudando e trabalhando para se manter, concluindo cada matéria em primeiro lugar, estagiando na Defensoria Pública e no Ministério Público, se habituando a entender as agruras do povo e a lhe servir com espírito público e humanitário que o menino *office boy* trilhou o caminho da honradez e da justiça dos homens de bem.

Passou no concurso da Magistratura aos 27 anos e em primeiro lugar. Foi o mais jovem Desembargador e Juiz de Alçada do TJ do Rio e o mais jovem Ministro do STJ. Foi primeiro colocado mas sem se afastar dos colegas, foi o mais jovem mas sem desprezar os mais velhos, porque Fux consegue discernir na sua alma carioca que as eventualidades da vida não são para destruir a essência dos verdadeiros e permanentes valores da humanidade que é a humildade, a amizade, a solidariedade e a fraternidade, virtudes perpétuas e vitalícias, como a justiça a liberdade e a paz.

Membro da Magistratura Fluminense, por vezes surpreendida e varrida por episódios de lamentável e dolorosa mediocridade, mercê de Deus, o Ministro Fux jamais caiu nas armadilhas do destino e das ambições, para orgulho do Rio. Profundo conhecedor dos problemas do seu país e dos problemas cada vez mais complexos de nossa atormentada época, situa-se na galeria dos grandes juízes e dos maiores do seu

tempo. Curioso, ele não é dado a ler sentenças, nem cultua o direito na sua forma hermética, o que deixa claro a sua aversão a solidão, a viver afastado do povo, a reclusão dos incompreendidos, a se colocar de maneira solitária e superior ao seu semelhante, a quem ele se propõem na carreira de Estado a servir com o bom direito. Preserva o espírito e a sensibilidade e assumiu consigo próprio o difícil compromisso de ser autêntico. Esta fidelidade a si mesmo, esta coerência com seu modo de ser e de agir fizeram dele um modelo de decência, de singular comportamento não só moral como também estético.

Recentemente percorreu os corredores dessa casa para junto conosco elaborar, discutir, aprimorar e ajudar a votar e aprovar o novo Código de Processo Civil, matéria que domina com maestria, da qual foi professor e aluno do seu amigo e mestre Oscar Dias Correia. O Ministro Fux vai levar para o Supremo Areópago que Rui Barbosa exaltou em páginas imortais e que Pedro Lessa — na sua integridade moral, na pujança de sua cultura, do seu civismo, na fé do seu patriotismo, foi símbolo, uma brisa praiana cheia de oxigênio revitalizante de um espírito que detesta o clima de placidez e monotonia dos homens realizados, mas traz o estilo de uma nova magistratura que está cansada de imitar, de copiar, senão ouçamo-lo: “Até mesmo na hora de votar tento ser didático. Nunca li um voto. Não leio os meus votos. Explico qual é a idéia que tenho do caso e, eventualmente, só para fechar o raciocínio, leio a síntese do voto. Essa metodologia de ficar lendo, ninguém presta atenção, ninguém aguenta. A pessoa gosta de saber porquê foi acolhida, porquê foi rejeitada, e da forma mais simples do mundo. Hoje há um movimento muito grande pela simplificação do Direito. O Direito é muito hermético. As pessoas não entendem. É a mesma coisa um médico, se começar a falar de doença com termos médicos, não se entende nada. O que se quer saber é o que se tem. Qual é o problema e qual a solução”.

Senhoras e senhores Senadores, hoje estamos imbuídos de uma grande responsabilidade e é um grave momento ponderar sobre a composição permanente do Supremo Tribunal Federal.

Supremo do preclaro Ministro Carlos Alberto Direito, que tão cedo nos deixou e cuja lembrança marca a consciência de todos que assistiram sua sabbatina e presenciaram as lágrimas que aqui ele derramou. Extraordinário esse Direito, ocupou o papado da magistratura com a modéstia e a humildade de um franciscano. E foi no Supremo que ele encontrou os portões da eternidade e ocupou seu lugar no Panteon da Pátria.

É para nós um solene dever sabatinar e votar a indicação do Ministro Fux para a mais alta corte, que devemos manter fora e acima de todas as paixões do facciosismo partidário e à margem do conflito dos interesses; é este Supremo Tribunal Federal, que devemos colocar acima das deformações ideológicas, pois nele, o supremo guardião do regime, é que todos nós, nas horas da tempestade, encontramos a arca dos justos, que nos protege e nos ampara contra o dilúvio da prepotência, da força e da violência. Longe de mim fazer dessa tribuna prosclínio de corporativismo ou regionalismo, mas sinto-me no dever de ressaltar os traços característicos de quem se dedicou ao Direito com a fé de um enclausurado, sem perder a sensibilidade, seu apego às coisas simples da sua terra, sua “carioquice”, sua identidade com o povo, o convívio com seus mestres, alunos e amigos, e é nisso que nós os políticos precisamos identificar a índole que vinca a personalidade e o patriotismo inegociável de quem ama e se devota a servir o bem comum.

Não haverá nunca democracia sem políticos. Somos por vezes subestimados, subalternizados, marginalizados e, não raro, ridicularizados mas seremos sempre nós os mediadores entre o arbítrio e a democracia, o liame entre governantes e governados os patronos dos ideais do povo junto aos poderes da Nação. Os insubstituíveis intérpretes das aspirações das comunidades mais carentes perdidas na vastidão do nosso território, diante dos tribunais da Justiça, na Administração e no Parlamento. É assim que com a alma política da minha vocação, com o espírito de eleição o mesmo que sei caracteriza a todos nós, que identifico no candidato não só os imprescindíveis méritos morais e intelectuais mas também as afinidades do instinto brasileiro de ser, que admiro e amo, preocupando-se com as dores do mundo no desejo de interpretá-las para a redenção de um povo modesto e sábio, amante das virtudes simples, da misericórdia, da liberdade – um povo sempre contra os tiranos, e levando o sentimento do bom e do justo a uma espécie de loucura organizada, explosiva e contagiosa, como revelam os processos de nossa evolução e que nos momentos mais graves dos conflitos de nossa existência como nação, há de nos guiar para dirimir os enigmas e nos conduzir à perspectiva iluminada e gloriosa do nosso destino.

Ninguém suporta aquele magistrado do rigor da letra da lei, que se apegue a faltas veniais, descuidos, coisas sem importância, para arquitetar com essas insignificâncias uma sentença dramática, excessiva e injusta.

Esse não é o Min Fux.

Parodiando o inesquecível mineiro Carlos Drummond de Andrade, que foi buscar na brisa do Rio a inspiração de sua obra imortal, ainda que isso significasse viver com coração esvaído de saudades da sua pequena Itabira, quero dizer que há uma estrada

ensolarada, que começa no Andaraí, que passa pela UERJ no Maracanã e que vai dar no coração do ministro. Por essa estrada, passa Bertha e passa Moisés, passa Luiz Luchnisk, passa Mendel e Lucy, passa os professores Simão Benjô, Heleno Fragoso, Barbosa Moreira e Chamoun, passa Alexandrina, passa Dora e passa Regina. Passam os cinco trovões e os Gracies. Passa a esperança de quem sempre acreditou; a perseverança de quem sempre lutou, a inspiração dos ideais da sua bandeira, e passara para sempre também, na vitaliciedade do Supremo, as aspirações justas e legítimas da nossa gente sofrida e valente que um dia todos nos juramos amar e preservar para sempre.

Que o Deus de Abraão, Isaque e Jacó seja contigo. Que Nosso Senhor Jesus Cristo o abençoe e proteja em cada decisão a favor do Brasil.

Feitas estas considerações, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão, 9 de fevereiro de 2011.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que é favorável. *(Pausa.)*

Não havendo oradores, encerro a discussão.

Quero esclarecer ao Plenário que, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 101 da Constituição Federal, há necessidade da maioria absoluta de votos na Casa para aprovação. E a votação será feita pelo processo eletrônico.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sim.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Quero, Sr. Presidente, dizer que hoje tivemos um momento muito importante na Comissão de Constituição e Justiça. Foram mais de cinco horas de uma vigília cívica, em que o Ministro foi sabatinado exaustivamente, expondo-se em seus sentimentos.

Para nós, da classe política, a parte técnica do Ministro é clara, imprescindível, importantíssima, mas também queríamos saber da índole que vinca a alma de alguém que nós indicamos para compor o quadro permanente do Supremo Tribunal Federal e cujo espírito, amanhã, tomará decisões de alcance e de realce nacional.

Sr. Presidente, lembrando e parodiando o vate andaluz, digo que vai demorar muito para nós termos um outro indicado que tenha levantado uma unanimidade

que eu nunca vi nos oito anos que passei no Senado Federal: a Comissão, de pé, aplaudindo, entusiasticamente, um indicado da Presidência da República. E eu fiquei muito orgulhoso, Sr. Presidente, porque se trata de um magistrado do Rio de Janeiro. O Rio, que sofreu tanto com as enchentes; o Rio, que tem vivido momentos difíceis no processo da sua evolução econômica, política e social, eu diria, hoje se sente muito gratificado. O Rio de Janeiro se rejubila ao ver um filho seu, lá do Andaraí, formado na Uerj, um homem do nosso povo, uma expressão da carioquice do Rio de Janeiro, elevado à mais Alta Corte e com uma unanimidade comovente na Comissão de Constituição e Justiça.

Peço aos meus companheiros que aqui também possamos consagrar Luiz Fux Ministro, e assim comportarmos o Supremo Tribunal Federal, que o aguarda para decisões supremas, decisões importantes que darão destino às causas e enigmas dos complexos problemas da nossa atualidade.

Quero parabenizar o Ministro Luiz Fux e agradecer à Comissão por ter aprovado o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

Quero registrar a presença, no plenário da Casa, do Senador Wellington Salgado, que ocupou mandato na legislatura passada.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Progressista tem a honra de reiterar o voto de apoio à indicação do Ministro Fux. Eu, como Senador do Rio de Janeiro, quero dizer que o Rio de Janeiro se sente honrado, prestigiado com a nomeação de Fux ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro especial.

O Ministro Fux esteve comigo ontem, fez-me uma visita que muito me honrou. Eu disse a S. Ex^a que as Comissões Permanentes da Casa não estavam ainda instaladas, que, com o entendimento que se encontrava em curso, via uma dificuldade para que se pudesse apreciar a palavra de S. Ex^a em sabatina, tendo em vista que o acordo não estava completado, mas que eu diligenciaria junto aos Líderes para que fossem tomados os acordos que viabilizassem a sabatina e a votação de S. Ex^a, o que foi feito. Conversei com o Líder do PMDB, com o Líder do PSDB, com o Presidente do PP, com o Senador Itamar, que é Líder do PPS, e firmamos um entendimento entre nós para a eleição das presidências das Comissões, que precisam ser compostas e ter seus presidentes eleitos com a maior urgência possível. Indicamos os membros da CCJ, viabilizamos a sabatina e a audiência, que via-

bilizou a aprovação do nome do Ministro Fux na CCJ, possibilitando que ele pudesse ser votado hoje aqui no plenário.

É uma deferência que fazemos ao talento do Ministro Fux, que foi uma peça fundamental na montagem da revisão dos Códigos de Processo Civil e Penal. Devemos muito à tenacidade e à obstinação dele. Era o mínimo que o Senado poderia fazer por ele e pelo completamento do número do Supremo Tribunal Federal, que há seis meses trabalha com a ausência do Ministro Eros Grau.

De modo que, com o reconhecimento público ao talento, à competência e à dignidade do Ministro Fux, o Democratas manifesta a sua presença e o apreço pela indicação do cidadão que com certeza será indicado Ministro para o Supremo Tribunal Federal.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a, Senador José Agripino, expressa perfeitamente e justifica a excepcionalidade com que tratamos a votação do nome do Ministro Fux, justamente devido à necessidade da composição do Supremo Tribunal Federal para que possa julgar as matérias que estão lá esperando decisão.

Muito obrigado a V. Ex^a por ter expressado o ponto de vista da Mesa e, ao mesmo tempo, explicado a excepcionalidade com que tratamos essa matéria.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Darei a palavra a todos os que estão inscritos aqui.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estávamos, ainda há pouco, na sessão da Comissão de Constituição e Justiça e degustamos, saboreamos do conhecimento do Ministro Luiz Fux. S. Ex^a demonstrou estar mais do que gabaritado para ocupar tão alto posto da República, para ser um dos Ministros da nossa Suprema Corte.

Nós, no debate, na sabatina, ainda há pouco, do Ministro Luiz Fux, percebemos em S. Ex^a posições do mais avançado Direito brasileiro, posições progressistas e posições que dialogam com o que há de mais avançado, eu diria, não só no nosso Direito pátrio, mas também no Direito mundial.

Nós do Partido Socialismo e Liberdade tivemos a honra de participar desse debate, de sabatar e de

nos dar por satisfeitos. Parabenizo nesse sentido a Presidente da República pela indicação de alguém que, com certeza, honrará a Suprema Corte brasileira.

E, nesse sentido, parabenizo também o Senado da República por ter dado a essa questão a celeridade devida. O Supremo Tribunal já se encontrava há algum tempo sem o seu décimo primeiro Ministro e, em virtude disso, nós nos encontrávamos com sérias controvérsias jurídicas sem serem resolvidas pela nossa Suprema Corte.

Nós não temos dúvidas de que vamos consagrar, no dia de hoje, alguém do mais alto gabarito, que honrará, com certeza, o posto de Ministro da Suprema Corte brasileira.

O SR. VITAL DO REGO (Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney, Bloco/PMDB – AP) – A Mesa quer anunciar a relação dos oradores que foram inscritos aqui pela ordem: Vital do Rego, Waldemir Moka, Magno Malta, Benedito de Lira e Flexa Ribeiro.

Pergunto se há outros Senadores que desejam falar. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Vital do Rego.

O SR. VITAL DO REGO (Bloco/PMDB – PB. Para encaminhar a votação. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje estamos num dia graça. A Casa começa suas atividades legislativas marcando um tento de afirmação e de sintonia com a sociedade brasileira. Estávamos, há mais de seis meses, esperando a escolha de um novo Ministro para completar o quadro do Supremo Tribunal Federal. E a Presidente Dilma nos deu a possibilidade, como Senadores, de sabatinar um homem que encantou a Casa, a Comissão de Justiça, tão bem presidida, na sua sessão inaugural, pelo nosso Presidente Eunício Oliveira.

Esse homem, com trinta anos de magistratura e que percorreu todos os andares do grande edifício que foi a sua construção jurídica, sai do Senado aplaudido de pé pela Comissão de Justiça, quando, após uma aula de Direito Constitucional, de Direito Processual, de Direito Civil brasileiro, mostrou todo o seu gabarito, toda a sua formação acadêmica. Um homem que passou em todos os concursos em primeiro lugar nas bancas examinadoras respectivas.

Por isso, o PMDB se sente muito honrado em ter sabatinado, em ter votado, e vota, novamente, no plenário da Casa, essa indicação. Convidamos os nossos companheiros, os nossos colegas Senadores que estão ainda nos seus gabinetes, para virem, de forma

uníssona, a este plenário, da forma como procedemos na Comissão de Constituição e Justiça, para votar.

Quero parabenizar V. Ex^a, Presidente José Sarney, que, de forma diligente, rápida, eficiente, competente, como atua na direção desses trabalhos, pode dar esse presente ao Brasil e à Justiça brasileira.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aqui registrar que, ontem, o Ministro Fux esteve com a bancada do PMDB. Contou sua história. É alguém que, com 23 anos, ingressou no Ministério Público; com 27 anos, foi juiz; e, segundo ele, todos os cargos que ocupou foram exatamente na vaga de juiz.

Sr. Presidente, esta Casa, realmente, ao votar – e não tenho dúvida de que vai votar aqui como votou na CCJ, por unanimidade –, vai mostrar ao jovem, ao jovem que está iniciando uma carreira jurídica, que é possível, neste País, sim, àquele jovem que está começando, chegar ao mais alto cargo do Judiciário brasileiro. E ele é, sem dúvida nenhuma, um exemplo para o jovem advogado que inicia, hoje, sua carreira jurídica.

Esta Casa está de parabéns, assim como a Comissão de Constituição e Justiça, ao referendar a indicação por unanimidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Líder Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Para encaminhar a votação. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a exemplo de todos os companheiros, eu também gostaria de saudar, neste momento, nosso futuro Ministro.

A Casa começa bem. A história desse Ministro orgulha todos nós, e, como Líder do meu partido, Líder do PR, em nome de Clésio Andrade, do Senador Vicentinho, do Blairo Maggi, do Senador João e do nosso querido Ministro Alfredo Nascimento, nós que, unanimemente, o apoiamos... E os votos foram representados na Comissão de Justiça, na pessoa do Senador Vicentinho, e eu também tive o prazer de ir à urna votar nesse companheiro, nesse amigo de um saber jurídico esplêndido. Alguns Senadores aqui disseram que ele deu uma aula – e deu. Foi um momento importante, ímpar para todos nós.

Mas registro uma coisa muito importante, Sr. Presidente: trata-se de um homem de sentimento, que não tem medo de revelar seus sentimentos, Senadora Marta. Capaz de chorar publicamente; não escamoteia. Em determinados momentos, mostrou-se um homem tão sensível à causa do desfavorecido que revelou, no meu entendimento, que também conhece, que sabe

que há momentos na vida em que a graça é maior do que a lei. Os legalistas são mais tendentes e estão mais próximos de cometer a injustiça do que aqueles que, além de observar a lei, têm coração misericordioso.

Em nome dos irmãos Nogueira – Minotauro e Minotouro –, do Anderson Silva, em nome do Lyoto, do Paulo Thiago, em nome do Wallid Ismail, da rapaziada do jiu-jitsu, porque a arte marcial chega ao Supremo. Além de ser um homem sensível, de grande conhecimento jurídico, é um casca-grossa do jiu-jitsu, faixa-preta do jiu-jitsu o nosso querido Ministro, e é a chegada do esporte, de um grande esportista, ao nosso maior tribunal, ao Supremo Tribunal Federal.

Então, em nome desses desportistas laureados, respeitados e amados no mundo, cumprimento nosso querido Ministro, bem como em meu nome, no da minha família e no do meu partido, esse vencedor, esse lutador, nosso querido Ministro Fux.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Eu quero dizer que já havíamos ido ao microfone para dizer que o nosso Senador Renan pedira para avisá-lo, e nós...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – (...) pedimos que avisassem ao Senador Renan que a votação estava para ser encerrada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – E é com prazer que vemos sua presença neste plenário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL.) – Muito obrigado.

Eu, sinceramente, não poderia faltar a este grande momento do Senado Federal. Tivemos, hoje, uma demonstração sobeja de competência, e essa sabatina, Sr. Presidente, honra, sobretudo, esta Casa. O Ministro Fux se saiu muito bem, muito bem, e a maneira como sua indicação tem sido comemorada na cúpula do Judiciário, nas entidades de juízes, no meio dos operadores de Direito e, hoje, aqui, nesta Casa do Congresso Nacional, é uma demonstração sobeja do que estamos dizendo.

Por isso, Sr. Presidente, faço um apelo aos Senadores do PMDB, àqueles que ainda não votaram, para que, por favor, façam isso, para que não percam esse grande momento do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Para encaminhar a votação. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Enquanto estamos a votar a indicação do Insigne Ministro Fux para o Supremo Tribunal Fe-

deral – e todos nós nos congratulamos com isso –, eu gostaria de, após essa votação e terminada a Ordem do Dia, Sr. Presidente, convidar, em nome dos catarinenses – e aí autorizado pelos Senadores Luiz Henrique e Paulo Bauer –, para o lançamento, aqui, no saguão da biblioteca, na área cultural da Biblioteca do Senado, pelo nosso Senador Neuto Fausto de Conto, do livro *Milagre Real*.

S. Ex^a foi o Relator, neste Congresso Nacional, do Plano Real, à época, e está lançando agora, Sr. Presidente, nobres colegas, o *Milagre Real*, logo mais, ao terminar a Ordem do Dia, aqui, na parte cultural da Biblioteca do Senado.

Então, enquanto estamos a votar, estendemos, em nome dos catarinenses, o convite para fazermos uma visita e irmos até ali prestigiar esse ato tão importante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Benedito de Lira, com a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar aqui Sua Excelência a nossa Presidenta Dilma Rousseff. Valeu a pena esperar. Há seis meses que se aguardava a indicação de um jurista para ocupar a vaga no Supremo Tribunal Federal. Em segundo lugar, cumprimentar V. Ex^a pela celeridade que deu ao processo de indicação do Ministro. E dizer que, no momento em que participamos da sabatina, assisti, pela primeira vez, a um fato que me deixou muito feliz. Primeiro, porque o Ministro Fux deu uma aula a todos nós, ao Brasil e ao mundo de como se aplica o Direito, não só o Direito nacional mas o Direito internacional.

Uma coisa que chamou a atenção de todos nós, Sr. Presidente, é que o Ministro não é apenas aquele operador do Direito, que aplica a lei na frieza da letra da lei, mas, sim, é um humanista. Contou o fato, por exemplo, de um julgamento que ele fez recentemente, ao apreciar um processo de improbidade administrativa contra um prefeito. Um prefeito, ao atender à calamidade pública de um Município vizinho, transferindo todo o medicamento do seu Município para o Município vizinho, sofreu uma ação de improbidade administrativa, e ainda porque não fizeram a concorrência pública. Se tivessem feito, morreriam as crianças antes de terminar o processo de licitação. Mas ele, com seu espírito humanitário e entendendo que a lei não deveria ser aplicada apenas na sua dureza, julgou o processo e, pelo que disse, inocentou o prefeito.

Sr. Presidente, o Brasil ganha, o Supremo Tribunal ganha, e esta Casa, hoje, está de parabéns pelo trabalho que está sendo realizado. Daqui a pouco, V.

Ex^a determinará o encerramento da votação, e teremos um Ministro que vai dar grandeza a este País.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A mesa está, realmente, abrindo uma exceção no encaminhamento desta votação, Srs. Senadores. Por isso, peço que sejam breves em seus pronunciamentos, de modo a que possamos encerrar a votação.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve. Eu não poderia deixar de registrar que este é um momento histórico e importante para o Senado Federal.

Quero parabenizar a Presidenta Dilma, que, diferentemente do passado recente, fez uma indicação correta, sem ser partidária, do Ministro do STJ, Luiz Fux, para o STF.

A sabatina do Ministro na CCJ e a sua aprovação, por unanimidade, foram a demonstração de que o Ministro, pela sua competência, pela sua honradez e pela sólida e respeitável formação jurídica, terá também, aqui no plenário do Senado Federal, a aprovação unânime, pelos Senadores, de sua indicação como Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Ganha o País e ganha, com certeza absoluta, a Justiça brasileira.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Collor de Mello, inscrito.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem. Senador Cícero.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O Senador Cícero já está inscrito.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Não, é apenas para justificar a votação anterior, acompanhando a maioria.

A SRA. GLEISI HOFFMAN (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata registrará a intenção de V. Ex^a.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Obrigado.

A SRA. GLEISI HOFFMAN (Bloco/PT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria que consignasse em Ata o meu voto, na votação anterior, a que eu não estava presente. Voto de acordo com a orientação da minha Bancada.

Aproveito, também, para parabenizar a Ministra Delaíde e, com certeza, o nosso futuro Ministro do Supremo, o Ministro Luiz Fux.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto anterior.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata registrará o ponto de vista de V. Ex^a.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSC sente-se honrado e muito feliz por estar participando de um momento histórico da vida do povo brasileiro e de estar aqui presente, contribuindo em um momento tão importante.

O Ministro Fux mostrou e mostra que é um exemplo para todos nós, brasileiros, principalmente para aqueles que enfrentam as adversidades impostas pela vida e que, depois de tanto sonhar, veem que é possível, sim, materializar o seu sonho. É um exemplo de retidão, é um exemplo de pessoa que persistiu, que conseguiu vencer e realizar o seu grande sonho.

Para nós, brasileiros, esse é um grande avanço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar, também, de prestar o meu apoio e de falar da minha felicidade.

Como membro da Comissão de Constituição e Justiça, tive o prazer de participar da sabatina do Ministro Luiz Fux. Confesso que fiquei impressionado – não somente eu, mas todos os Parlamentares presentes, Senadores e Senadoras, e também a imprensa presente na Comissão – pela forma, pela humildade com que o nobre Ministro prestou aqueles esclarecimentos, falou da sua vida pessoal, falou das suas propostas.

Eu queria, em nome do Partido da Mobilização Nacional, em nome da direção do meu partido, desejar boa sorte ao Ministro. Eu tenho certeza, pelo que ouvi na Comissão, de que, neste plenário, ele terá a maioria absoluta dos votos.

Então, quero parabenizá-lo e parabenizar, também, a sua pessoa, pela celeridade com que trouxe esta votação ao plenário.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero também, em meu nome e em nome do Senador Jorge Viana, que não pôde se encontrar presente, externar um cumprimento especial à Presidente Dilma, pela feliz escolha do Ministro Luiz Fux.

Quero dizer que, mesmo tendo sido escolhido pela Presidente Dilma e mesmo tendo consciência de que a Bancada do Partido dos Trabalhadores votaria unanimemente em favor do seu nome, ele teve a humildade de nos fazer uma visita para falar de suas ideias, para falar de suas intenções.

Hoje, a sua sabatina foi marcada pela competência absoluta e pela sensibilidade humana. Ele conseguiu conquistar a unanimidade dos Senadores componentes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Portanto, ele tem o nosso voto e o nosso total apoio.

Desejo que ele tenha total sucesso na nova missão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senadora Kátia Abreu e, em seguida, encerrarei a votação.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas justificar a votação anterior. Votei com o Partido dos Democratas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata registrará o desejo de V. Ex^a.

Vou proclamar a votação.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

Senado Federal

PARECER Nº 13, DE 2011 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. LUIZ FUX, PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 9/2/2011

Num. Votação: 2
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 9/2/2011 18:39:20
Encerramento: 9/2/2011 19:05:41

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	Votou
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	Votou
PT	AC	ANÍBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	Votou
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	Votou
PR	MT	BLAIRO MAGGI	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	Votou
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	Votou
PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	Votou
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	Votou
PT	PE	HUMBERTO COSTA	Votou
PPS	MG	ITAMAR FRANCO	Votou
PP	RO	IVO CASSOL	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	Votou
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	Votou
PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PT	SP	MARTA SUPLICY	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PSDB	SC	PAULO BAUER	Votou
PV	RN	PAULO DAVIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	Votou
PR	TO	VICENTINHO ALVES	Votou
PMDB	PB	VITAL DO REGO	Votou
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	Votou
PT	PI	WELLINGTON DIAS	Votou
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 68
Votos NÃO : 02
Votos ABST. : 00
Total : 70



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Votaram SIM 68 Srs. Senadores; e NÃO, 2.
Não houve abstenção.

Total: 70 votos.

A indicação foi aprovada pelo Senado Federal e será feita a devida comunicação à Senhora Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Temos pequenas matérias ainda para votar.

Item único:

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (nº 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que *dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina*.

Parecer sob nº 1.478, de 2010, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão. *(Pausa.)*

São as seguintes as Emendas:

EMENDA Nº 1, DE 2011-PLEN

Dê-se ao § 5º do art. 11 do Decreto-Lei nº 986/69, na redação dada pelo Substitutivo do Senado ao PLC/107/2008, a seguinte redação:

“Art. 11.

§ 5º As informações sobre a presença e a quantidade de fenilalanina nos alimentos, serão apresentadas em tabela elaborada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária _ ANVISA, de acordo com fonte oficial de informação, na forma prevista em regulamento”.

Justificação

É de todo recomendado que a quantidade de fenilalanina nas embalagens e rótulos de alimentos e bebidas seja remetida a uma fonte oficial, de forma a não causar problemas ao consumidor com intolerância a tal substância. Assim oferecemos a presente emenda, com o fito de evitar situações indesejáveis, remetendo a responsabilidade à Anvisa.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2011. –
Humberto Costa.

EMENDA Nº 2, DE 2011 – PLEN

Dê-se ao parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.918/94, na redação dada pelo Substitutivo do Senado ao PLC nº 107/2008, a seguinte redação:

“Art. 11.

Parágrafo único. As informações sobre a presença e a quantidade de fenilalanina nos alimentos, serão apresentadas em tabela elaborada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de acordo com fonte oficial de informação, na forma prevista em regulamento”.

Justificação

É de todo recomendado que a quantidade de fenilalanina nas embalagens e rótulos de alimentos e bebidas seja remetida a uma fonte oficial, de forma a não causar problemas ao consumidor com intolerância a tal substância. Assim oferecemos a presente emenda, com o fito de evitar situações indesejáveis, remetendo a responsabilidade à Anvisa.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2011. –
Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB –

AP) – Discussão do substitutivo e das emendas. *(Pausa.)*
Sem oradores, encerro a discussão.

A matéria volta à Comissão de Assuntos Sociais, para exame.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Eu quero comunicar, também, ao Plenário que foram feitas inúmeras proposições para desarquivamento de processos, na forma regimental, da Legislatura anterior: Proposição da PEC nº 38, Senador Mozarildo Cavalcanti; da PEC nº 58, Senador Flexa Ribeiro; do PLS nº 147, Senador José Sarney; do PLS nº 150, Senador Flexa Ribeiro; do PLS nº 228, Senador José Sarney; do PLS nº 240, do Senador Flexa Ribeiro; do PLS nº 112 e do PLS nº 243, Senador José Sarney.

Se não houver objeção do Plenário, realizaremos a votação em globo e a Ata individualizará as votações.

Se todos estiverem de acordo, assim será procedido. Em votação. *(Pausa.)*

Aprovados.

Agradeço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que concordaram com a aprovação, em globo, da matéria.

São os seguintes os requerimentos aprovados:

Requerimento Nº 54, de 2011, de desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999.

Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

É o seguinte o Requerimento:

Requerimento n.º 54 , de 2011.

Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal, requerem o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição n.º 38, de 1999, que tem como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti.


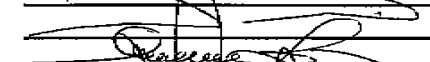
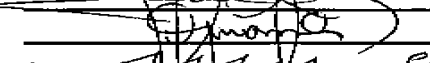
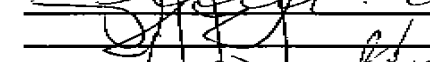
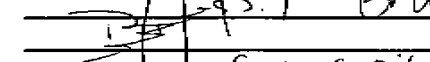

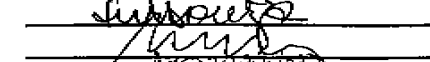


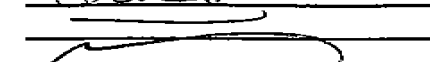
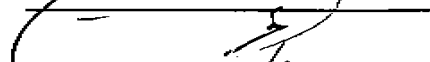




Sala das Sessões em,

Nome

Assinatura

MOZARILDO
WALDEMAR ROQUE
SEN. ANA ANGÉLIA
SEN. VANESSA GRAZZIOTIN
SEN. MARIA DO CARMO ALVES
VITAL DO REGO
FABRÍCIO FALCÃO
BLAÍRO MAGALHÃES
PAULO DAUM
LUIZ DA MATA E SOUZA
SEN. EUMÉLIO OLIVEIRA
ANGELA PORTER
MARCINHO
PEDRO TAQUES
DARCÍO
WELLINGTON DIAS

SEN. VALDIR RAUPP

MOZARILDO
WALDEMAR
ANA ANGÉLIA
VANESSA
MARIA DO CARMO
VITAL
FABRÍCIO
BLAÍRO
SEN. GABRIEL ALVES
PAULO DAUM
LUIZ
ANGÉLIA
ANGELA
MARCINHO
PEDRO TAQUES
DARCÍO
WELLINGTON DIAS

Requerimento Nº 55, de 2011, de desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005.

Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

É o seguinte o Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 55 DE 2011


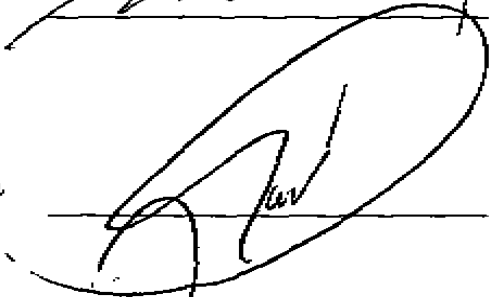
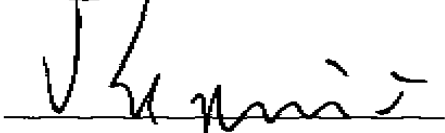
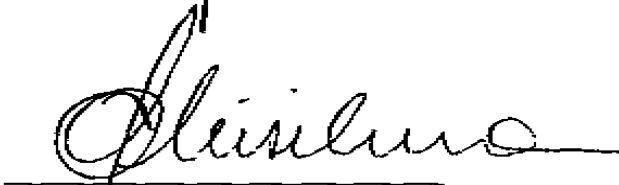

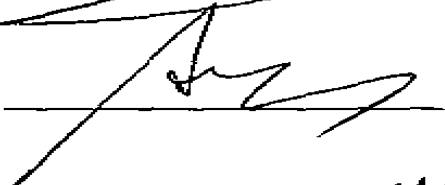
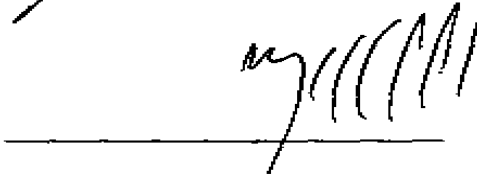
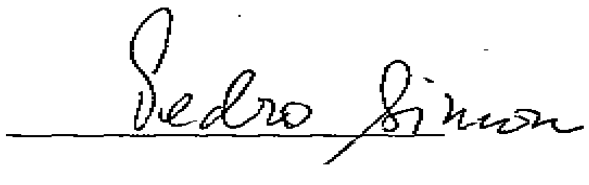
Requeiro, nos termos do artigo 332, Parágrafo 1º, o desarquivamento da PEC 58/2005, de minha autoria, que Altera o art. 159, da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.

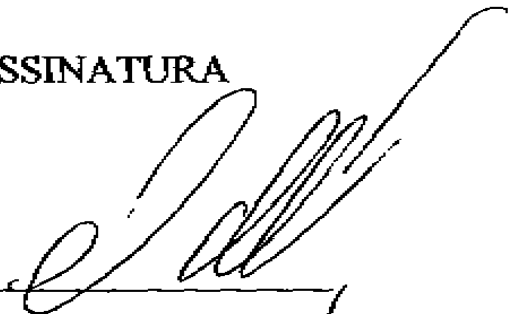
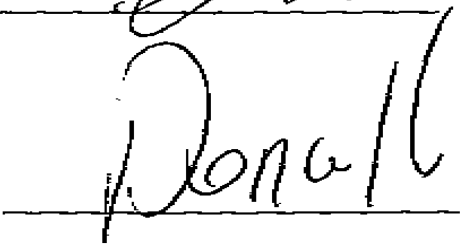

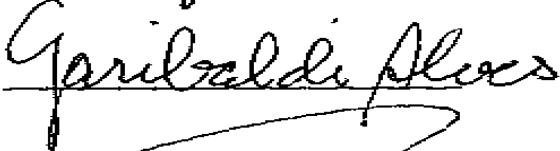

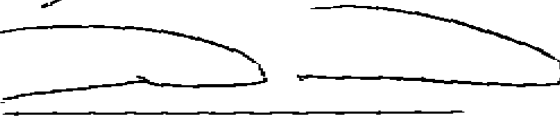

Sala das Sessões, em



Senador Flexa Ribeiro



NOME	ASSINATURA
1 <u>Ernani Oliveira</u>	
2 <u>Clésio N. Amorim</u>	
3 <u>Reynis</u>	
4 <u>Fléiri</u>	
5 <u>Paulo Bruno</u>	
6 <u>Alexis N. Fonseca</u>	
7 <u>Mylena Costa</u>	
8 <u>Pedro Simon</u>	

NOME	ASSINATURA
9 <u>PAQUINO DE CARVALHO</u>	
10 <u>PAQUINO DE CARVALHO</u>	
11 <u>LINDBERGH</u>	
12 <u>J. P.</u>	
13 <u>WELLINGTON DIAS</u>	
14 <u>WALDIR DE ALMEIDA</u>	
15 <u>DEMOSTENES TORRES</u>	

NOME

ASSINATURA

16 JOÃO PEDRO [assinatura]

17 CARILDO [assinatura]

18 Noddy Nollby [assinatura]

19 [assinatura] João Agripino

20 Augusto Cardozo [assinatura]

21 Imessa Imessa

22 PAULO PE [assinatura]

NOME

ASSINATURA

23

~~Cor~~ ~~Justino~~

24

~~Gilberto Borges~~

25

~~Jamir Cruz~~

26

~~[Signature]~~

27

~~[Signature]~~

28 e

e- [Signature]

Requerimento nº 56, de 2011, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2005.

A matéria retorna ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

É o seguinte o Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 56, DE 2011

Requeremos, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do Projeto de lei do Senado nº 147, de 2005, que *Autoriza a União a doar ao Estado do Amapá as terras devolutas sob seu domínio localizadas no território desse Estado.*

Sala das Sessões, de fevereiro de 2011

Senador José Sarney

JOSÉ SARNEY

EDILSON

FRANCO

GUERIN

WITAL

LEONARDO

OSCARDO

WILSON SANTANA

RODRIGUES

GUIMARÃES

OSCARDO

WILLI

EDILSON

FRANCO

ANA AMARAL

XICOMINO

EDILSON

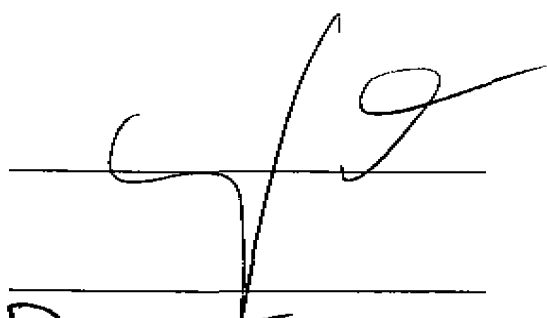
CASILDO MALDANER

WILLI

EDILSON

EDILSON

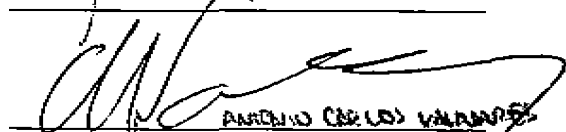
EDILSON



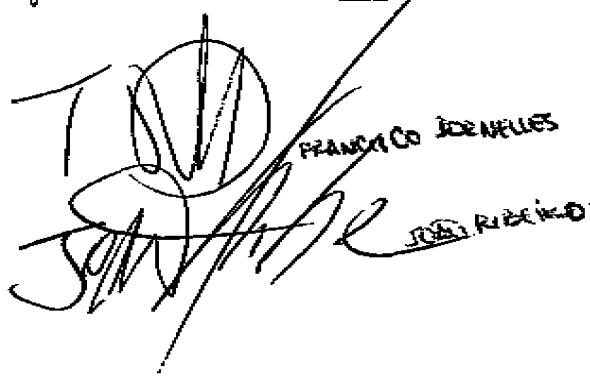
Paulo Taques

ANA RITA

Leandro Pinheiro



ANTONIO CARLOS VALENTE




FRANCISCO FERNANDES

JOÃO RIBEIRO

Fernando Couce

FERNANDO COUCE



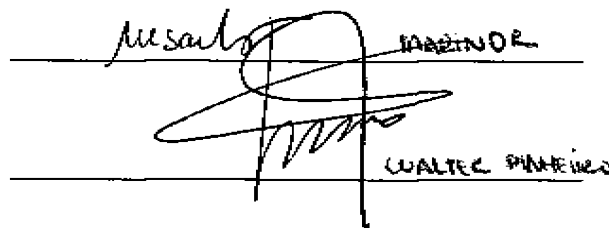
PEDRO TELLES

ANA RITA

ANA RITA

Mesquita

MARINOR



WALTER PINHEIRO

Requerimento nº 57, de 2011, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2005—Complementar.

A matéria volta à Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, vai à de Desenvolvimento Regional e Turismo.

É o seguinte o Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 57, DE 2011,

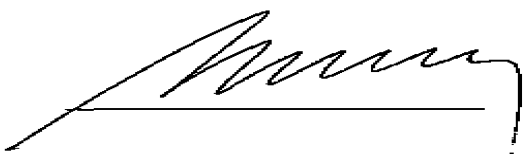
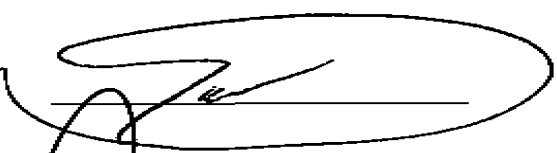

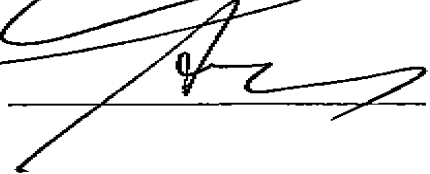
Requeiro, nos termos do artigo 332, Parágrafo 1º, o desarquivamento do PLS 150/2005 - Complementar, de minha autoria, que Altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.

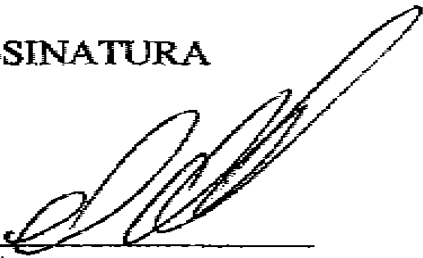
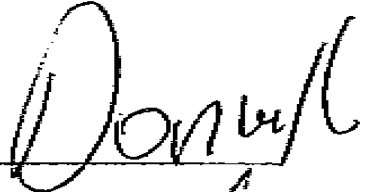
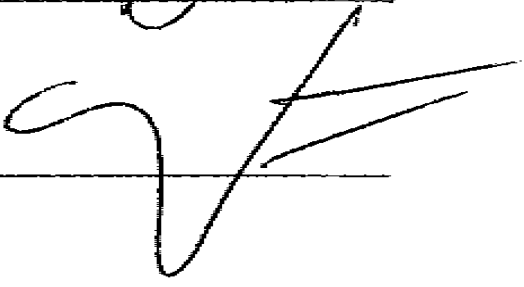




Sala das Sessões, em



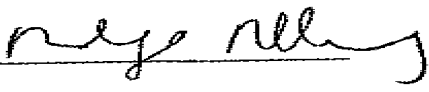
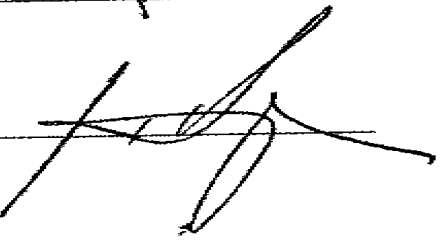
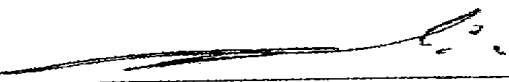
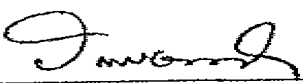


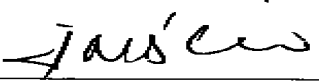
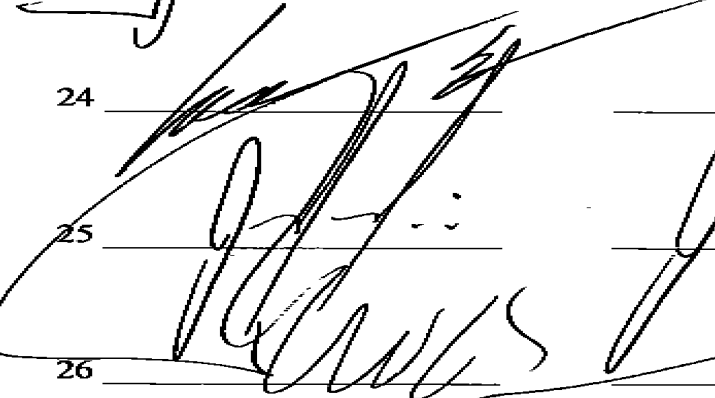
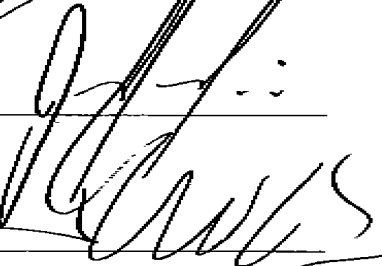
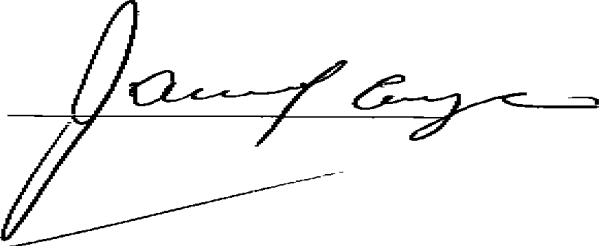
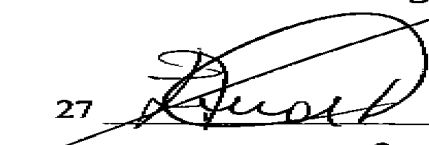



Senador Flexa Ribeiro

Requerimento destinado a desarquivar o PLS 150/2005- Complementar

NOME	ASSINATURA
1 _____	
2 <u>Elviseo Dantas</u>	
3 _____	<u>Requis</u>
4 <u>Filipi</u>	<u>Classimo</u>
5 <u>Paulo Bauer</u>	
6 <u>Alexio N. Ferreira</u>	
7 <u>Yves Costa</u>	<u>Yves Costa</u>
8 <u>Barbosa</u>	_____

	NOME	ASSINATURA
9	Alcides Roberto	
10	Donatelli	
11	LINDBERG	
12	WILLIAMS	
13	WILLIAMS Jim	
14	WILLIAMS WOLFE	
15		

NOME	ASSINATURA
16 <u>Isidoro Pimenta</u>	<u></u>
17 <u>CASILDO</u>	<u></u>
18 <u>Rodolpho Rollenberg</u>	<u></u>
19 <u></u>	<u>_____</u>
20 <u>_____</u>	<u></u>
21 <u>_____</u>	<u></u>
22 <u>PARDOZES</u>	<u></u>
23 <u></u>	<u></u>
24 <u></u>	<u>_____</u>
25 <u></u>	<u></u>
26 <u></u>	<u>_____</u>
27 <u></u>	<u>_____</u>

Requerimento nº 58, de 2011, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2005.

A matéria retorna ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

É o seguinte o Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 58, DE 2011

Requeremos, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do Projeto de lei do Senado nº 228, de 2005, que *Altera os arts. 62 a 69 e 2.033 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e revoga os arts. 1.199 a 1.204 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil). (Dispõe sobre a criação de Fundações).*

Sala das Sessões, de fevereiro de 2011

Senador José Sarney

JOSÉ SARNEY

GILVANDREAS

BRÍGIDA

GLECI

VITA

REQUIRO

OSCAR

WILSON SARNEY

GIM ARCELLO

MÁRIO CARLO

PAUL ADRIANA

INCENTINHO

FERNANDO COELHO

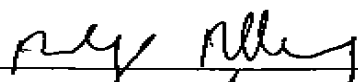

OSCAR PAULI

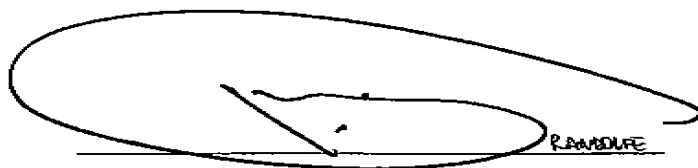
CASILDO MALDANER

BENEDITO DEURA

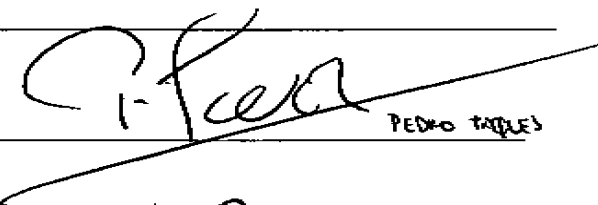
ACIR GURGACE

Nome: Paulina
 Rubrica: [assinatura]
 Matrícula: 2013
 Data: 08/02/2011
 Hora: 15h00min


 Rollemberg


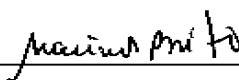

 RAIMUNDO

PEDRO TAVES

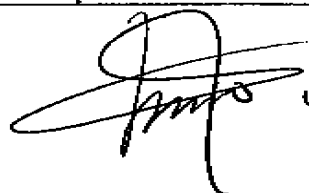

 PEDRO TAVES

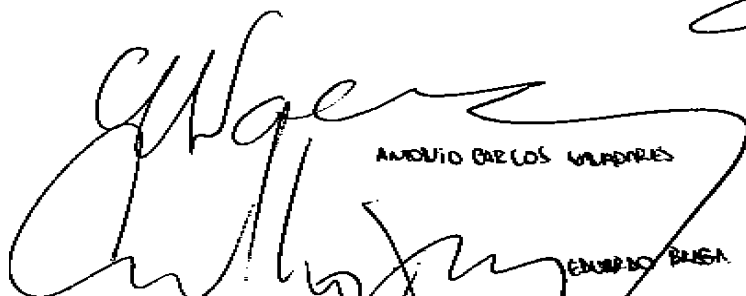
ANA RITA


 ANA RITA


 MARINA PINTO


 MARINA


 WALTER PINHEIRO


 ANTONIO CARLOS WANDERLEY


 EDUARDO BRAGA


 CÍCERO UZEDA


 FRANCISCO DORNELLES


 JOÃO RIBEIRO

Requerimento nº 59, de 2011, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2006-Complementar.

Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a maté-

ria volta à Comissão de Serviços de Infraestrutura e, posteriormente, à de Assuntos Econômicos.

É o seguinte o Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 59, DE 2011

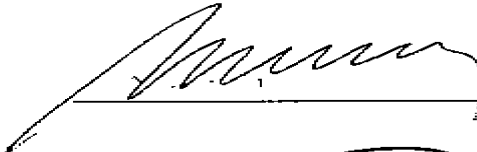
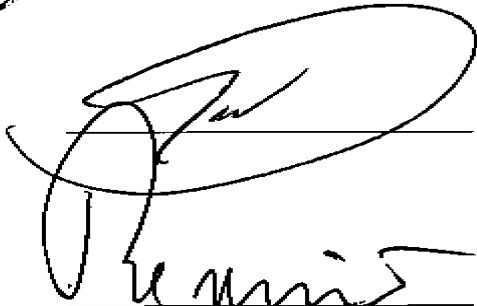
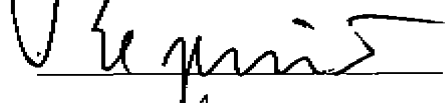
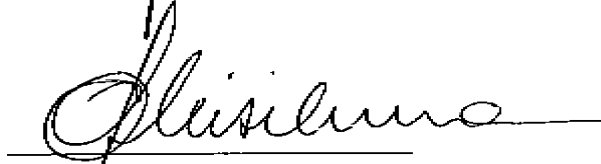
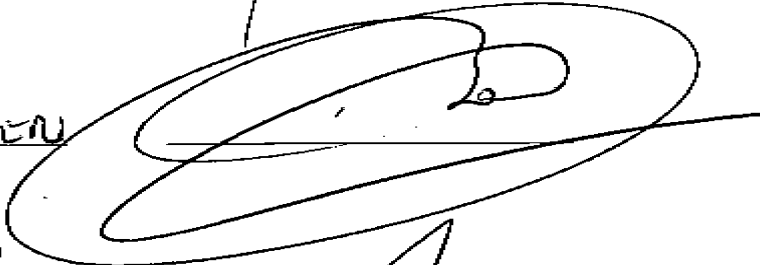


Requeiro, nos termos do artigo 332, Parágrafo 1º, o desarquivamento do PLS 240/2006 - Complementar, de minha autoria, que Altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, para que isenções, incentivos e benefícios fiscais relativos ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) sejam concedidos por maioria qualificada.

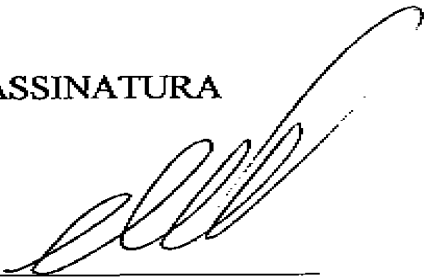
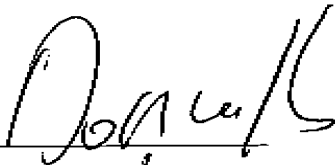
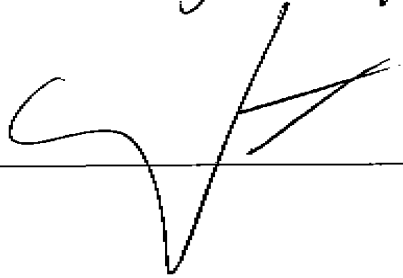
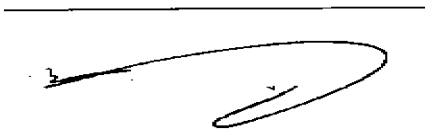
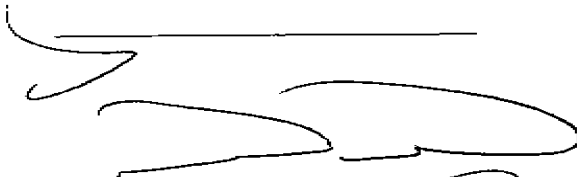
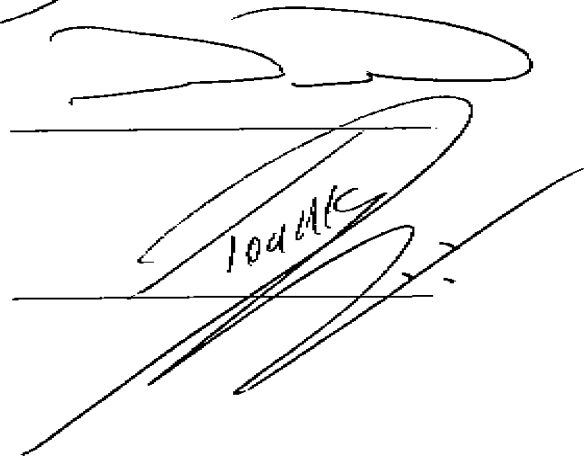
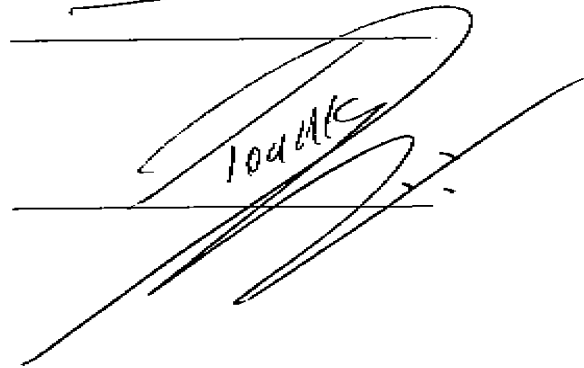
Sala das Sessões, em



Senador Flexa Ribeiro

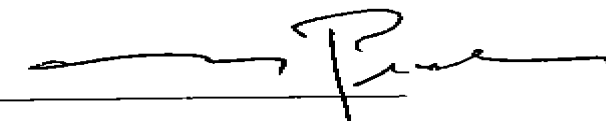
Requerimento destinado a desarquivar o PLS 240/2006- Complementar

NOME	ASSINATURA
1 _____	
2 <u>CELSIO RODRIGO</u>	
3 _____	
4 <u>Gleisi</u>	
5 <u>Paulo Bauer</u>	
6 <u>Moyson N. Ferreira</u>	
7 <u>Marcelo Pimenta</u>	
8 <u>Delcídio</u>	_____

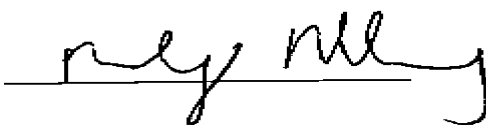
NOME	ASSINATURA
9 <u>Adriano Moura</u>	
10 <u>Demétrio</u>	
11 <u>LINDRER</u>	
12 <u>garribaldi Alves</u>	
13 <u>WELLINGTON DIAS</u>	
14 <u>WALDIR R. MORA</u>	
15 <u>DEMÓSTENES TOULLES</u>	

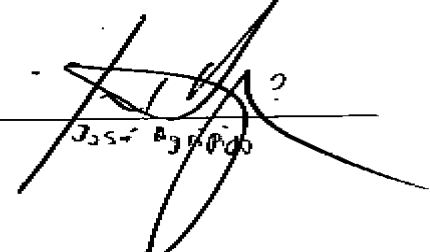
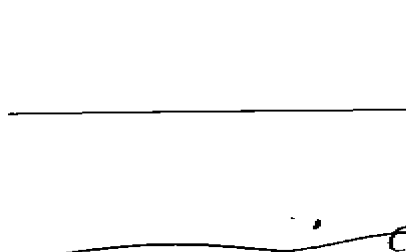
NOME

ASSINATURA

16 TUF PEPPO 

17 CASILZO 

18 Roberto Rolles 

19  

20 Mozartildo Cavalcanti 

21  

22 Jaime F. F. 

NOME

ASSINATURA

23

Ca

Zurles

24

Gilvan Borges

25

Jayme Costa

26

27

Edoardo Amorim

28

e- Jorge

Requerimento nº 60, de 2011, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2006.

A matéria retorna ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; posteriormente, vai

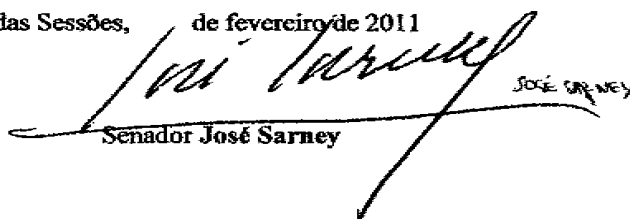
à Comissão de Assuntos Sociais e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

É o seguinte o Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2011

Requeremos, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do Projeto de lei do Senado nº 112, de 2006, que *Acréscenta e altera dispositivos da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dá nova redação a dispositivo da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e acrescenta dispositivos às Leis nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. (Dispõe sobre os direitos da pessoa de deficiência).*

Sala das Sessões, de fevereiro de 2011


Senador José Sarney


SILVAN BORGES



EUNÍCIO


EUZÉBIO


VITAL


REDÚLIO


CASILDO


WILSON CARRASCO


ROBERTO ROLIMBERG


SIM ARGELLO


MÁRIA COSTA


ITAMAR FRANCO

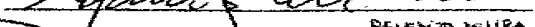

ANA ADÉLIA


VIDENTINO





FERNANDO COLLOR

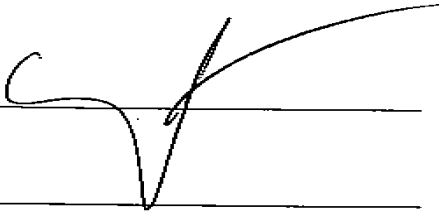
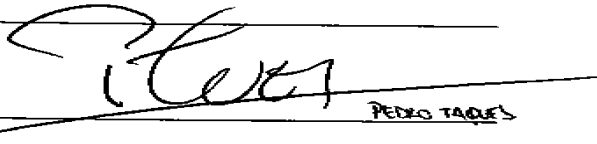

CASILDO MALDANER


CARLOS BARDI


BENEDITO BELTRA

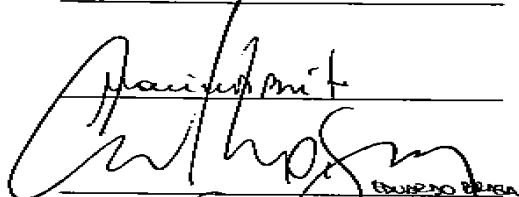
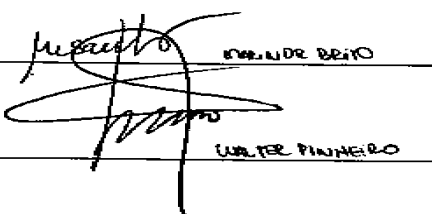
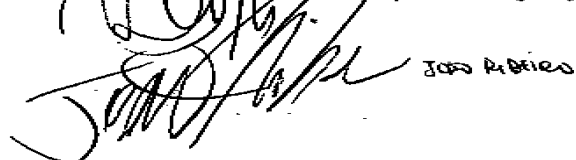

RICARDO FERREIRA

Nome legível: 
Rubrica: 
Matrícula: 
Data: 02/02/2011
Hora: 12h05min


PEDRO TAQUES
PEDRO TAQUES

ANA RITA

ANA RITA


EDUARDO BRAGA
EVANDRO BRITO
ANTONIO CARLOS VALADÃES
CÍCERO LUCENA
FRANCISCO BORNELLES
JOÃO RIBEIRO

Requerimento nº 61, de 2011, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2006.

A matéria retorna ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

É o seguinte o Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 61 , DE 2011

Requeremos, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do Projeto de lei do Senado nº 243, de 2006, que *Altera os arts. 1º a 7º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para dispor que o Tribunal de Contas da União é competente para julgar ordinariamente as contas de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.*

Sala das Sessões, de fevereiro de 2011

Senador José Sarney

JOSÉ SARNEY

SALAMONEZ

EUNICU

QUEI

WFL

REQUIAS

CASILDO

WILSON SANTOS

BENEDITO DE LIMA

GIN ALBUQUERQUE

MICHEL COELHO

FRANCO FRANCO

ANDARAIA

VICTORIANO ALVES

FERNANDO COLLOR

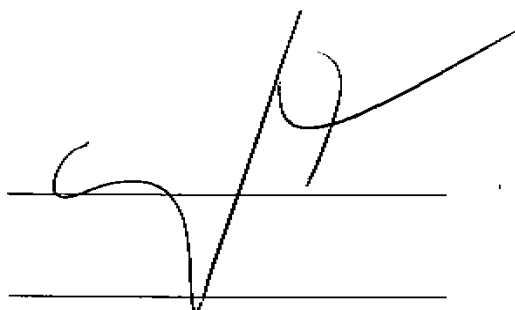
CASILDO MALDANER

SALVADOR ALVES

EDUARDO ROQUEMONT

Gum Argello

Nome: ALBUQUERQUE
 Rubrica: ALBUQUERQUE
 Matrícula: 251013
 Data: 10/02/2011
 Hora: 14h30min



PEDRO TAVARES

ANA RITA



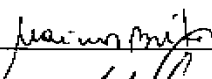
LANDOFFE RODRIGUES



PEDRO TAQUE



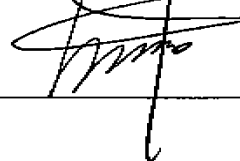
ANA RITA



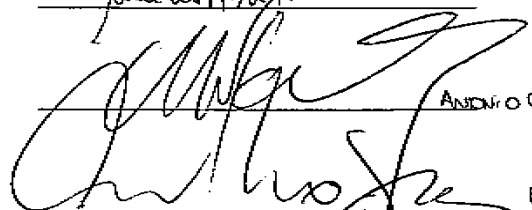
ANDERSON CARLOS VIANA



MANOEL BRITO



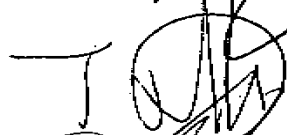
WALTER DINHEIRO



EDUARDO BRAGA



CIDERO LUCENA



FRANCISCO BORMELLES



JOÃO RIBEIRO

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Voltamos à lista de oradores.

Eu pergunto se o Senador Randolfe deseja, ainda, usar da palavra. É o primeiro orador inscrito após a Ordem do Dia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu queria, de início, fazer o registro, na sessão de hoje, da presença, na tribuna de honra do Senado da República, dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amapá, o glorioso Sindicato dos Urbanitários, o primeiro sindicato a ser reorganizado no Amapá após a redemocratização e um dos primeiros sindicatos do Amapá, fundado no final dos anos 50. Feito esse registro, agradecendo e cumprimentando a luta dos trabalhadores e do Sindicato dos Urbanitários em defesa da Companhia de Eletricidade do Amapá, dos direitos dos trabalhadores urbanos da Companhia de Água e Esgoto do Amapá e da Eletronorte, quero saudar a luta, neste momento, desses trabalhadores pela Federalização da Companhia de Eletricidade do Amapá.

Feita essa preliminar, quero inaugurar esse pronunciamento, desta feita, falando desta tribuna às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores e, em especial, através da TV Senado, ao povo do Amapá.

Quero, neste momento, destacar o sentido da nossa eleição para o Senado da República, o sentido do que nos conduz a estar aqui representando o nosso Estado federado.

As eleições de 2010, para o Amapá, representaram um recado firme e incontestável, um recado de mudança. Foi quando o sentimento dos amapaenses foi aviltado que o povo do Amapá não se desesperou nem cruzou os braços, ergueu-se e disse basta. Foi no domingo, 3 de outubro, que ficou determinado para todos nós o dever de honrar a confiança do povo daquele Estado do extremo norte brasileiro. Foi naquele domingo memorável que 203.259 cidadãos me honraram com sua confiança. De apenas a ideia de um grupo político, nós nos tornamos um projeto da sociedade amapaense.

Trago aqui a citação do poeta francês Verlaine, que dizia, no final do século XIX: “Com êxtase e o medo de haver sido o escolhido”, entrego-me hoje, desde a semana passada, ao serviço de representar o Amapá na Casa da Federação brasileira.

A nossa campanha ao Senado da República foi pautada pela palavra de ordem da fé. Quero me reportar aqui à citação presente no versículo 11 da Bíblia Sagrada, que é uma das melhores definições, para mim, sobre o que é fé: “A fé é o firme fundamento das coisas que se esperam, e a prova das coisas que não se veem.” É a esta memória, com sua inspiração, que recorrerei aqui, no Senado, toda vez que o desalento da pressão, da atuação do dia a dia vier a me assaltar.

Então, um dos principais desafios nossos aqui, desta tribuna, no Senado da República, é a luta pela recuperação do orgulho de ser amapaense.

Sr. Presidente, caros colegas Senadores, temos à nossa frente um grandioso e complexo desafio, Senador Pedro Taques. É um desafio que vai ser desta legislatura do Senado da República, que é o desafio de rediscutir o pacto federativo.

O Supremo Tribunal Federal já determinou que o prazo de validade da esdrúxula fórmula de distribuição do Fundo de Participação dos Estados expira em 31 de dezembro de 2012. O meu estado é injustiçado pela fórmula atual de repartição do FPE. O princípio do FPE, consagrado na sua origem, em 1965, é que o Fundo de Participação dos Estados é um instrumento econômico do Pacto Federativo. Entretanto, não é isso que hoje ocorre. O Amapá que, pelo princípio de ter arrecadação própria menor, deveria ter um Fundo de Participação maior é, lamentavelmente, o décimo quarto Estado da Federação na repartição dos recursos do Fundo. E isso é uma injustiça, de acordo com o princípio que deu origem ao Fundo de Participação dos Estados, que dá conta de que os Estados com arrecadação própria de ICMS menor devem ter FPE maior e os Estados com arrecadação própria de ICMS maior deveriam ter FPE menor.

No nosso Estado, também padecemos de profundos gargalos da infraestrutura. Nós temos, lamentavelmente, os piores indicadores do País em rodovias, em abastecimento de água tratada, em coleta e tratamento de esgoto, em aparelhos urbanos nas nossas cidades e em energia elétrica. Aliás, em relação à energia elétrica, nós padecemos da situação de podermos nos tornar um gigante com pés de barro, pois seremos, na próxima década, uma potência de geração hidrelétrica, entretanto não resolveremos o problema de energia elétrica do Amapá se não resolvermos o problema da nossa empresa de distribuição de energia elétrica, a Companhia de Eletricidade do Amapá, que vive a dramática crise de ter, por sucessivas administrações equivocadas, uma dívida de R\$1,3 bilhão.

O País em que nós vivemos é um País de profundas desigualdades, de desigualdade social, de desigualdade regional. Vivemos, lamentavelmente, em uma

Federação que põe em xeque a sua própria existência enquanto federação, priorizando, lamentavelmente, o desenvolvimento nacional do centro-sul.

Um dos melhores exemplos disso são os dados que trago aqui sobre o incentivo à produção do saber científico. Vejam que 70% dos mestres e doutores do País estão concentrados no Sul e no Sudeste. A Amazônia desfruta de apenas 10% do número de doutores do País.

Compreendo que nenhuma civilização avança sem investimento no conhecimento. Por isso, considero fundamental a necessidade de ampliarmos os investimentos na nossa Universidade Federal do Amapá, que, lamentavelmente, dentre as universidades amazônicas é a última em investimentos por parte do Governo da União.

Queria pautar também as posições políticas que teremos aqui nos temas das grandes reformas nacionais. Já disse da tribuna da Casa que considero central enfrentarmos o debate sobre duas reformas: a reforma tributária e a reforma política.

No que tange à reforma tributária, quero debater a necessidade de promoção de justiça fiscal no Brasil. Em primeiro lugar, padecemos e vivemos uma das mais altas cargas tributárias do planeta, que prejudica os mais pobres, que prejudica os menos favorecidos. Ainda praticamos um flagrante processo de tributos regressivos.

Nós, no Brasil, preferimos onerar bens, serviços e salários por falta de determinação histórica em tributar o patrimônio e a renda. A nossa estrutura tributária, complexa e burocrática, expulsa empresas da formalidade e condena milhões de brasileiros ao subemprego indigno.

Defendemos uma reforma tributária que desonere os mais pobres, que desonere bens e serviços, que favoreça as regiões periféricas sem perda da autonomia dos Estados, reafirmando que não podemos aceitar, sob o falso pretexto de modernidade, a retirada de nenhum direito dos trabalhadores no que tange ao debate sobre a reforma tributária.

Em relação à reforma política, urge, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, entrar na pauta nacional o debate sobre a reforma política que amplie a participação do povo brasileiro, Senador Lindbergh, como protagonista da cena política nacional.

Lamentavelmente, tenho visto muito debate da reforma política, mas tenho visto e inclusive as duas Casas do Congresso Nacional têm pautado reformas que mais tangem a serem reformas eleitorais e, muitas vezes, do interesse do conjunto dos políticos do que de fato reforma política.

Reforma política de fato tem que debater financiamento público e tem que debater a ampliação da participação popular nas decisões políticas.

Temos no nosso texto constitucional um importante instrumento, consagrado inclusive no parágrafo único da nossa Constituição, que inova em relação aos textos constitucionais anteriores, quando diz que todo poder emana do povo e que o exerce diretamente. E remete ao art. 14, inciso I, II e III, da Constituição os instrumentos do exercício popular, através do plebiscito, da iniciativa popular de leis e do referendo.

Considero importante introduzirmos nesse debate a necessidade de termos mais um instrumento de soberania popular, a possibilidade da revogação popular de mandatos por parte do cidadão brasileiro. Instrumento este que quero debater nesta Casa e que quero posteriormente trazer também elementos e informações para, porventura, introduzirmos este inciso IV no art. 14 do nosso texto constitucional, ampliando a participação popular.

Por fim, o debate que aqui apresento é o debate de ser aqui, em especial, um Senador amazônida. E falo isso com muito orgulho. Sabemos da importância atual e futura da Amazônia para o Brasil e para o Planeta. Quero de imediato rejeitar a redoma de vidro preservacionista, propagandeada por interesses estrangeiros que querem impor a nós, mas com a mesma veemência quero também recusar o crescimento econômico à custa da depredação ambiental sem limites.

Finalmente, quero destacar as características do mandato que procurarei exercer no Senado da República. Será um mandato proclamado como socialista, a serviço do que se convencionou ser socialismo. Não o socialismo das tristes experiências do Leste Europeu, não o socialismo das lamentáveis experiências que tivemos na história, mas o socialismo com liberdade, porque liberdade não existe no socialismo, e o socialismo como horizonte estratégico da causa humanitária de um mundo de felicidade.

Antes de concluir, tenho a honra de conceder o aparte a um Senador que nesses primeiros dias aqui no Senado da República, já com muito otimismo, pela sua inabalável posição ética e pela firmeza de convicções com que se tem postado neste plenário e aqui no Senado.

Concedo, com muita honra, o aparte a V. Ex^a, Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Randolfe, é uma honra poder caminhar no Senado nesta Legislatura com V. Ex^a. V. Ex^a, desde o primeiro dia, já demonstrou sua independência e coragem. Independência e coragem, penso, são atributos do representante de um Estado importante como o Amapá.

Quero cumprimentá-lo pela sua participação desde o primeiro dia nesta Casa e também me propor a, junto com V. Ex^a, debater a reforma política. Tenho certeza que como V. Ex^a, entendo que a reforma política não se trata apenas de uma reforma eleitoral, mas essa reforma política deve buscar a reforma também do pacto federativo, para que possamos repensar o papel dos municípios, valorizando-os no concerto da Federação. Só assim poderemos ter o que a Constituição afirma como uma Federação. Essa reforma política deve também trilhar o caminho do voto distrital, ao meu pensar. Eu chamo V. Ex^a a esse debate. Voto distrital com financiamento público de campanha, quem sabe iniciando com financiamento público de campanha para as eleições para Presidente da República, daqui a quatro anos. Progressivamente, introduzirmos no cenário político nacional o financiamento público de campanha. Discutir também o sistema proporcional, que é a razão de muitos males, como nós todos conhecemos, evitando que o Supremo Tribunal Federal e que o Tribunal Superior Eleitoral, muitas vezes, possam se valer de resoluções e de decisões com força de lei, para que regule a eleição. Esta Casa – o Congresso Nacional como um todo – tem a obrigação moral e constitucional de resolver essa questão. Parabenizo V. Ex^a e me coloco ao seu lado nessas discussões a respeito da reforma política. Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador, incorporo no todo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento, porque contribui com ele. E tenho plena concordância, em especial, com o tema do voto distrital.

Reafirmo a concordância no sentido de dizer que temos que avançar no debate da reforma política. Não podemos cometer o erro do passado de fazer apenas reformas, pequenos remendos eleitorais na nossa legislação. O Congresso Nacional – a Câmara dos Deputados, o Senado da República – tem que ir a fundo no tema da reforma política, constitucionalizando inclusive esses mecanismos de modificação. E reitero: não existirá reforma política se nós não ampliarmos a participação popular nas gestões políticas, não debatermos e introduzirmos no nosso texto constitucional temas como financiamento público de campanha, e acrescento aí o voto distrital.

Tenho a maior honra de conceder um aparte... E antes de concedê-lo permita-me fazer aqui uma remissão ao passado. Com o Senador Lindbergh Farias nós fomos cúmplices do movimento estudantil, militamos do mesmo lado, na mesma frente política, no movimento estudantil. Permita-me dizer, Senador Lindbergh que fui um liderado do senhor. O senhor foi Presidente da União Nacional dos Estudantes quando eu era Coor-

denador-Geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Amapá. Não vou utilizar o termo destino, mas quis a história e a democracia – e esse é um ganho somente da democracia porque só a democracia pode possibilitar isso – o reencontro de lideranças estudantis no plenário da mais alta Casa legislativa deste País.

Então, é com muita honra e com um misto de satisfação e de saudosismo do movimento estudantil, que concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – A honra é minha estar lhe chamando de V. Ex^a aqui no Senado Federal. V. Ex^a roubou meu título de Senador mais jovem. Tenho 41 anos e V. Ex^a tem 37. Era bem mais jovem na época do movimento estudantil e estou aqui agora chamando de V. Ex^a neste Senado Federal. É um grande orgulho para mim e para minha geração ver o brilhantismo de V. Ex^a. Não estou aqui para rasgar seda, mas, de fato, fico olhando, observando nas comissões e nos debates seu papel já nesta Casa. V. Ex^a vai mudar. E eu acho que é tarefa da nova geração que está chegando aqui também, Senador Randolfe, tentar mudar, tentar aproximar este Senado da vida real das pessoas. Eu vim de uma prefeitura. Estava em Nova Iguaçu, muito perto das pessoas nos debates do dia a dia. Se há uma coisa de que tenho medo neste Senado é que, ao invés de puxarmos o Senado para perto da vida real, nos distanciemos do contato com as pessoas, da vida cotidiana das pessoas. Este Senado não pode nos mudar. Temos que, com esta juventude, esta garra, este seu brilhantismo, de alguma forma contribuir para que este Senado seja cada vez mais a Casa do povo. Aqui sempre vamos ter, Senadora Lídice da Mata, grande guerreira, lutadora, baiana, espaço nos debates políticos, na luta entre situação e oposição, mas temos que criar uma pauta verdadeira. A reforma política é muito importante, mas quem vem.... V. Ex^a está nas ruas, sabe disto: o povo exige uma saúde melhor, uma saúde pública melhor, esse hoje é um problema nacional. O povo exige discussão sobre segurança pública. De forma que acho que esta talvez seja uma das maiores tarefas nossas, conectar este Senado Federal às ruas, ao povo, ao desejo das pessoas. E V. Ex^a vai ter um grande papel pelo seu Partido, nas ligações com os movimentos sociais. Nós também, mas V. Ex^a vai ter esse papel. Digo V. Ex^a porque estamos no Partido do Governo. Temos nossas relações com os movimentos sociais. Vamos sempre fazer essa intermediação. Mas nesse sentido V. Ex^a tem mais liberdade para costurar, para ser essa voz aqui no Parlamento. Estou tomando tempo de V. Ex^a, mas quero dizer que sempre, quando estiver falando, quero que olhe lá e veja que há alguém torcendo por V. Ex^a.

Sei que V. Ex^a vai impor essa sua capacidade aqui, nos trabalhos do Senado Federal. Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Concluindo, Sr. Presidente, Senador Lindbergh, quero aqui destacar que é uma honra pertencer à mesma geração de V. Ex^a, é uma honra termos sido da mesma geração no movimento estudantil. Tenho e terei com V. Ex^a muitos pontos de consenso aqui no Senado.

Quando V. Ex^a fala do contato com as ruas, quero dizer que V. Ex^a é mestre nisso. O contato com o povo V. Ex^a nos ensinou, estando no movimento estudantil. Eu brinquei, quando V. Ex^a disse que fiquei com o posto do mais jovem a chegar a esta Casa. Mas essa foi a minha única vitória sobre V. Ex^a em nossas vidas. No movimento estudantil, eu sempre era vencido por V. Ex^a, pela competência de V. Ex^a na direção da nossa gloriosa União Nacional dos Estudantes, na condução do movimento estudantil brasileiro.

Então, quero incorporar no todo o aparte de V. Ex^a, que muito me honra, que muito me orgulha, e reiterar os termos de que tenho a honra de pertencer à nossa geração, de pertencer à mesma geração de V. Ex^a e de comungar desses passos aqui no Senado da República.

Por fim, Sr. Presidente, nosso papel aqui foi designado pelo povo do Amapá. Foi o povo que nos designou num desejo de mudança. E é essa responsabilidade que pretendemos aqui honrar.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, apesar de sabedor de que a votação foi secreta, gostaria que fosse consignado, nos Anais da Casa, o meu voto pela escolha do Ministro Fux para o Supremo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Será registrado nos Anais da Casa.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, do PMDB do Amapá.

O SR. GILVAM BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para introduzir o tema de nossa manifestação nesta tribuna, invocamos o art. 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o art. 5º da Constituição brasileira, que declaram que todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal e que aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País é garantida

a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Desde os primórdios da raça humana, a segurança é elemento básico para a sobrevivência. A liberdade e os demais direitos garantidos pelas leis de Deus e dos homens estão intrinsecamente ligados à segurança. O ser humano não pode viver coagido, com medo, cercado, cerceado pelo temor de seus semelhantes que trilham os caminhos contrários à convivência pacífica e ao regramento legal, moral e ético, que norteiam a vida em sociedade.

Temos assistido às valorosas ações que a Força Nacional de Segurança Pública tem efetuado no Rio de Janeiro, sob a liderança do Ministro da Defesa Nelson Jobim, a quem manifesto minhas congratulações, aproveitando a oportunidade do meu pronunciamento.

Não foi à toa que o Estado do Rio registrou o mais baixo índice de criminalidade dos últimos dez anos. São Paulo sentiu os reflexos, e, também naquele Estado, baixou o índice de criminalidade.

As ações suplantaram as expectativas, porque foram feitas em locais nos quais o crime organizado havia suplantado o próprio Poder Público, em muitos casos, substituindo-o nas ações específicas. A figura dúbia do pretense benfeitor, em pleno século XXI, subsistia nas áreas carentes de benefícios sociais tomadas pelo narcotráfico.

A efetividade da atuação massiva estará concretizada com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), uma das ações do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci) em todas as regiões vulneráveis às ações criminosas. Trata-se da instituição de polícias comunitárias em favelas, como forma de desarticular quadrilhas que antes controlavam os territórios como verdadeiros Estados paralelos.

Às vésperas da Copa de 2014, estamos fazendo nosso dever de casa. O País será mostrado ao mundo, e o Rio de Janeiro, com a sua população sensível, altamente criativa e ordeira, alegre e feliz. Lamentavelmente, grande parte desse povo ainda se encontra sob o jugo das forças que se implantaram de forma clandestina, controlando a comunidade pela violência, pela chantagem, pelo sequestro e por toda sorte de instrumentos de que os bandidos se utilizam para fazer seus controles.

Este Rio de Janeiro que sofreu as mazelas decorrentes das forças da natureza, onde quase mil pessoas perderam suas vidas, mostrará ao mundo que é possível implantar uma nova ordem de segurança gerada pela vontade política do Governo do Estado e do Governo Federal.

Minha experiência de vida me impõe uma certeza: ninguém faz nada sozinho. É sempre com uma

união de esforços, com a vontade política dos entes federativos e da sociedade que as mudanças substanciais ocorrem. Daí a importância dos líderes, da união política.

Disse eu, no ano passado, desta tribuna, que imaginava a Presidenta Dilma anunciando ao Congresso Nacional e ao povo brasileiro seu plano nacional para a segurança pública. Sei que a experiência do Rio, que ela tem acompanhado desde o Governo Lula, será de fundamental importância para a concepção e extensão de um plano nacional.

Assisti, no último domingo, às mazelas da Polícia Militar e da Polícia Civil dos Estados: sem viaturas, delegacias caindo aos pedaços, baixa remuneração dos quadros e desaparecimento técnico e material.

Diante do triste panorama exposto em cadeia nacional pela Rede Globo, constata-se o esforço, às vezes inútil, de delegados que querem trabalhar e não podem. “Você fica dependendo do prefeito para arrumar um veículo, uma viatura, para arrumar papel, para arrumar café”, conta Edson José Pereira, Presidente do Sindicato dos Delegados de Minas.

Mas a consciência da dimensão do problema existe: “Nós temos que enfrentar essa realidade, com mais investimentos, com uma atuação integrada do Poder Legislativo, do Executivo e do Judiciário”. Essas foram as palavras da Ministra Maria do Rosário, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Somos um País de dimensões continentais. Nossas fronteiras, especialmente na Amazônia, de onde venho, são altamente vulneráveis às investidas dos narcotraficantes e narcoterroristas, oriundos de outros países.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que a Presidenta Dilma Rousseff, que tem demonstrado ser metódica e diligente na direção do País, com base nas competências constitucionais e com sua patente competência no gerenciamento da Nação, expressará os anseios da população brasileira de ter um programa para a segurança pública que garanta a dignidade e a liberdade para usufruir os demais direitos que são assegurados, um projeto para garantir a segurança e a paz social.

Sr. Presidente, sem dúvida, temos um exemplo da presença física, da presença coercitiva – com demonstração de força – do Estado nas áreas periféricas e nos centros também que são tomados pelo narcotráfico. Mas, mais que isso, de medidas emergenciais de que necessitamos, de paliativos ou de medidas satisfatórias através da mídia. Tenho certeza de que o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e todas as nossas forças de segurança, comungadas com o Governo Federal e Estadual, haverão de fazer um planeamen-

to estratégico não só nas mudanças da lei, através do Congresso Nacional, mas para instrumentalizar melhor o Ministério Público, garantir mais recursos através da União e mudança de mentalidade com o investimento, na busca de quadros técnicos e na formação de nossos policiais.

De nada adianta o afastamento provisório para que possamos fazer um grande evento em 2014. Temos de aproveitar o momento, como fizeram as grandes cidades do mundo, a exemplo de Nova Iorque, com a operação famosa que lá foi efetivada, com a implantação de uma lei dura e uma política a médio, curto e longo prazo.

É neste tipo de política que acredito, é no planejamento. Que nós possamos realmente efetivar uma estratégia não só na área de segurança, mas também na educação.

Quero dizer, Sr. Presidente, que não precisamos somente de palavras bem articuladas e bem processadas, precisamos de ação, e ações são feitas com iniciativas, com determinação. Assim o fiz no ano passado, apresentando três projetos importantes para a área de segurança. Quando a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na crise mais acentuada da segurança pública do País, reuniu-se no Senado Federal para fazer um mutirão na área legislativa, estávamos nós lá, dando nossa contribuição.

Para ter paz, precisamos de segurança; para termos segurança, precisamos de educação; e, para termos educação, precisamos de investimento. Acredito que o homem consciente, livre, aberto, preparado, sem dúvida, não será um instrumento a ser cooptado para o crime. A educação é aquela que liberta, que prepara o homem em todos os sentidos.

Precisamos fazer como foi feito no Japão e em outros países, que tiveram um plano estratégico. Aquele país, mesmo arrasado na Segunda Guerra Mundial, saiu para um investimento firme na educação e também na segurança, na ordem pública. Hoje, já vemos o resultado visível de uma nação próspera e rica. Nos Estados Unidos, também não foi diferente.

Precisamos investir nas gerações do futuro deste gigantesco País, ao qual todos nós servimos com muito amor.

Sr. Presidente, tenho certeza de que a Presidenta Dilma estará contribuindo efetivamente. A sua capacidade gigantesca de trabalho se dá justamente na preparação de todos os planos.

Para encerrar, quero deixar aqui, nesta tarde, as minhas congratulações à Presidenta Dilma pelo seu pronunciamento no início dos trabalhos do Congresso Nacional, quando dizia das suas prioridades. Essas prioridades, Sr. Presidente, me animaram muito.

São duas reformas que estão por vir e pelas quais já esperamos há mais de seis legislaturas no Congresso Nacional. Quando vim da Câmara, há 20 anos, eu já discutia, o Congresso já discutia a necessidade da reforma política e da reforma tributária.

Portanto, Presidenta Dilma, Presidente José Sarney, essa disposição de, neste ano, fazermos a reforma tributária será decisiva para o País.

Segurança é paz, e, para ter paz, é preciso educação. As duas forças, juntas, trarão o resto do engrandecimento desta Nação.

Não quero finalizar o meu discurso fazendo uma poesia com emoção, Sr. Presidente, mas dizer do meu amor por esta grande Nação.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para pedir o registro da minha presença quando da votação da indicação do Ministro Luiz Fux.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu estava fora, em uma reunião de Governo. Portanto, eu queria que constasse a minha presença na votação do Ministro Luiz Fux, que foi uma grande indicação.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Será registrado nos Anais da Casa, Sr. Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Foi uma grande indicação. Sem dúvida nenhuma, foi um ponto alto jurídico desta Casa hoje o depoimento do Ministro Luiz Fux na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a expressiva votação que ele teve aqui no plenário do Senado, demonstrando toda a sua história, todo o seu compromisso e seu preparo para ser um grande Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – O Ministro Luiz Fux, Senador, de fato encantou não só a Comissão, como também todos os integrantes desta Casa, de todos os partidos políticos, pela forma, pelo comportamento, pela sua própria história e pelo serviço que, com certeza, ele prestará à população brasileira, como Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O SR. SERGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a, Senador Petecão, tem a palavra pela ordem.

O SR. SERGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presiden-

te, eu gostaria de fazer uso da palavra pela Liderança do PMN.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra por dez minutos.

Senador Sergio Petecão, do PMN do Acre, Líder do seu Partido, 10 minutos para V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC. como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, eu gostaria de fazer uma breve apresentação de quem é o Petecão.

Fui eleito Senador pelo Acre numa eleição muito difícil. Comecei minha carreira política como Deputado Estadual. Fui três vezes Deputado Estadual; fui quatro vezes Presidente da Assembléia Legislativa do meu Estado; fui Deputado Federal; e o povo do Acre me deu a oportunidade de estar aqui o representando, povo maravilhoso, povo humilde, mas guerreiro.

Eu queria também aproveitar a oportunidade para parabenizar o Presidente Sarney. Hoje, todo o povo do Acre tem oportunidade – o que era privilégio apenas de alguns – de assistir à TV Senado, e isso para nós, Parlamentares, é muito bom, porque às vezes temos dificuldades em levar a nossa mensagem, falar das nossas propostas e também de fazer algumas cobranças de interesse do nosso Estado. Por isso, a importância da TV Senado para nós é muito positiva. Dessa forma, parabenizo o Presidente Sarney, os técnicos da TV Senado, que fazem esse trabalho maravilhoso a que, hoje, o povo acreano tem a felicidade de assistir.

Gostaria de abordar dois temas da tribuna do Senado hoje, que foi um dia de festa nesta Casa. Tivemos oportunidade de fazer a sabatina do Ministro Fux. Eu, sinceramente, fiquei encantado com sua competência, com seu comportamento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Eu, que estou chegando agora ao Senado, queria fazer um agradecimento ao PMDB, porque, na composição do Bloco, que acabamos de construir junto com o PP e com PSC, tivemos o prazer de ser indicados para uma das Comissões mais importantes desta Casa, que é a CCJ. E, hoje, já tive a oportunidade de dar um voto – tenho a certeza de que vai ser um dos votos mais importantes da minha vida –, que foi a indicação do Ministro Fux.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, um dos temas que eu gostaria de abordar, e já tem sido abordado pela mídia nacional, é o problema da dengue no meu Estado. A **Rede Globo**, uns quinze dias atrás, já fez um levantamento, e o Acre, infelizmente, é o campeão de dengue em nosso País. Nesse fim de semana, estive em Rio Branco, fiz questão de visitar alguns bairros e senti o desespero das famílias: as pessoas pediam socorro. Hoje, eu estava no meu gabinete e recebi vários telefonemas. Na sexta-feira, fiz uma visita ao

Governador Tião Viana e já aproveitei aquela oportunidade para expressar minha preocupação. Também fui prestar minha solidariedade ao Governador, que me disse que está fazendo um esforço grande para pelo menos diminuir os casos de dengue no nosso Estado. Mas, infelizmente, o que podemos sentir por conta da população, o que podemos ver nos postos de saúde da nossa Capital é que a situação continua se agravando. É lamentável, porque, todo ano, acontece isso. Fico pensando que o Governo do Estado, o Governo Federal, o Ministro acabou de estar no nosso Estado. E, aqui, fica meu apelo, para que possamos fazer um mutirão, para que possamos unir toda a Bancada federal – os Deputados Federais, os Senadores –, para pedir ao Ministro da Saúde, mais uma vez, que dê atenção especial ao Acre, porque a situação é de calamidade.

Hoje, recebi quatro telefonemas de Cruzeiro do Sul, dizendo que, no Vale do Juruá, a malária também está afetando o povo daquela região. Eu conversava com um agente de endemias que foi demitido pelo Governo do Estado e que relatou que a situação da malária, em Cruzeiro do Sul, agrava-se a cada dia, exatamente porque demitiram aqueles guerreiros, aqueles agentes de endemias que ajudavam, e muito, principalmente aquelas pessoas que moram nos ramais, que moram na periferia.

Para nós, é muito triste trazer à tribuna do Senado situações como essas. Há quinze dias, assisti a uma propaganda do Estado na Globo News, e a pessoa que assistia àquela propaganda do Governo do Estado e que via a forma como ele estava apresentando o nosso Estado dizia que aquilo ali era um paraíso, que o Acre era um paraíso, que Rio Branco, como eles dizem, era a melhor cidade para se viver na Amazônia. Mas isso não é verdade. Temos de ter muita humildade e trazer aqui os problemas.

Não quero que interpretem isso como uma crítica, porque estou aqui como representante do povo acreano, juntando-me aos demais Senadores, aos Deputados Federais. O que está em jogo é a saúde do nosso povo. O povo do Acre está sofrendo, as crianças estão sofrendo. Um alto índice de dengue hemorrágica está atingindo a nossa população, as crianças, e isso nos preocupa, preocupa-nos tanto, que estamos na tribuna desta Casa, fazendo esse registro, para tentar sensibilizar o Ministro da Saúde. Estou, de certa forma, pedindo socorro.

Outro assunto que eu gostaria de abordar nesta tarde de hoje diz respeito à pista do aeroporto de Rio Branco. A aviação para o Acre, por décadas a fio, foi o único meio rápido e eficaz de ligar o Estado ao resto do País. Em função de sua posição geográfica de ex-

tremo ocidente brasileiro, o isolamento, por décadas, marcou nossa história. O Acre teve no avião não apenas um meio de transporte eficaz, seguro e imediato de cargas e de passageiros, mas também um instrumento indispensável de elo com os grandes centros, sobretudo nos momentos de urgência, em que prestou serviços inestimáveis a toda a população.

Mesmo com a construção das rodovias, a aviação ainda ocupa uma posição estratégica para todo o Estado e para o seu povo. Por isso mesmo, as dificuldades por que passa atualmente o aeroporto de Rio Branco preocupam todos. A pista, inicialmente de 2.158 metros, teve sua capacidade de utilização reduzida a apenas 600 metros. Vejam o perigo que estamos vivendo no Acre. Com isso, para a própria segurança e operacionalidade, foi reduzido o número de pousos e de decolagens, foi travada a operação de aviões de maior porte, foi diminuída a capacidade de carga e até mesmo o número de passageiros das aeronaves. O nosso aeroporto perdeu ainda *status* internacional, o que prejudicou sensivelmente o turismo em potencial no nosso país vizinho, o Peru. E as empresas aéreas passaram a oferecer um número menor de passagens, dificultando o fluxo de passageiros no Estado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vale ainda lembrar que os problemas da pista chegaram a reduzir até mesmo o transporte de doentes pelo Tratamento Fora de Domicílio (TFD). Muitos doentes precisam de tratamento fora do Estado para garantir a própria sobrevivência. A conclusão das obras de reforma da pista, prevista para dezembro, só aumenta a preocupação com o transporte aéreo para o ano de 2011. Devido à redução da pista, alguns aviões têm de arremeter nas operações de pouso, comprometendo decisivamente a segurança dos passageiros, sem esquecer que algumas companhias já pensam em operar com aviões de menor porte para evitar prejuízo com a capacidade ociosa.

Diante de tantos problemas, transtornos e prejuízos, venho apelar às autoridades aeroportuárias, para que deem maior rapidez ao cronograma de reforma da pista. Quero solicitar ainda a aceleração dos estudos que podem indicar a construção de um novo aeroporto em local adequado, que garanta segurança e eficácia no transporte aéreo, tudo isso levando em conta que a vida útil da pista atual está se esgotando e que a localização do aeroporto parece mesmo indevida para a natureza das operações. Por isso, apelamos à Agência de Aviação Civil (Anac), apelamos à Infraero, à Aeronáutica, ao 7º Batalhão de Engenharia, que está fazendo o trabalho na pista, e a todos os órgãos envolvidos, para que possam influir e trazer a solução

para um problema que vem afetando toda a população, trazendo, com isso, transtornos para o povo acreano.

Então, Sr. Presidente, ao lhe agradecer a generosidade pelo tempo que nos concedeu, quero dizer que nosso compromisso, como Senador do Estado do Acre – aqui, dirijo-me a todos os acreanos que nos estão assistindo nesta noite de hoje –, é aquele que sempre dissemos: aqui, vamos defender os interesses da população do Estado do Acre. Tenho dito que o Senado, para nós, é um grande desafio, mas, com certeza, é um instrumento por meio do qual poderemos levar grandes benefícios àquele povo que tanto merece!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Registramos as presenças honrosas do Deputado Márcio Roberto, do PMDB da Paraíba, e dos Deputados Federais Hugo Motta e Wilson Filho, também do PMDB do Estado da Paraíba.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

Item único

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços)*.

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a Sessão às 20 horas e 2 minutos.*)

ATO DO PRESIDENTE**Nº 07 , DE 2011**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Exonerar o servidor **ALUISIO GAYOSO RIBEIRO**, matrícula nº 194041, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, símbolo SF01, do Gabinete do Senador Heráclito Fortes e, ainda, nomeá-lo para exercer o cargo de Assistente Parlamentar, símbolo AP01, do Órgão Central de Coordenação e Execução, a partir de 1/2/2011.

Senado Federal, em 04 de fevereiro de 2011



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 012 , DE 2011**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Exonerar a servidora **LETÍCIA DE ALMEIDA BORGES**, matrícula nº 162430, do cargo em comissão de Assessor Técnico, símbolo SF02, da Primeira-Secretaria e, ainda, nomeá-la para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico, símbolo SF02, do Conselho de Estudos Políticos do Senado Federal – CEPSF.

Senado Federal, 17 de janeiro de 2011.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

PORTARIA DO PRESIDENTE
N.º 011 , DE 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e regulamentar, atendendo ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e tendo em vista o constante no Processo nº 030229/10-3 e anexo,

RESOLVE autorizar, até 31 de março de 2011, a cessão do servidor desta Casa Legislativa **FREDERICO DE PINA ÁLVARES FILHO**, matrícula n.º **225633**, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área de Controle Interno, Especialidade Contabilidade, à Câmara Legislativa do Distrito Federal, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete do Deputado Chico Vigilante, código CNE 1, com ônus para o órgão cedente, mediante ressarcimento mensal ao Senado Federal.

Senado Federal, em 07 de fevereiro de 2011



Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney**9-2-2011****quarta-feira**

10h – Sessão solene conjunta do Congresso Nacional destinada a reverenciar a memória do Senador Eliseu Resende

Plenário do Senado

12h30 – Senhor Clifford Sobel ex-embaixador dos Estados Unidos do Brasil

Sala de Audiências

15h30 – Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, Ministro de Estado do Ministério das Relações Exteriores

Sala de Audiências

16h – Ordem do Dia

Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

PMDB/PP-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
PMDB/PP-PMDB - João Alberto Souza**
PMDB/PP-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

PSDB - Mário Couto*
PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

PMDB/PP-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

PSDB - Cyro Miranda* (S)
DEM - Demóstenes Torres**
PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

PMDB/PP-PMDB - Pedro Simon*
PMDB/PP-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
PMDB/PP-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

PSDB - Cícero Lucena*
PMDB/PP-PMDB - Vital do Rego**
PMDB/PP-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
PMDB/PP-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
PMDB/PP-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

PMDB/PP-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
DEM - José Agripino**
PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

PMDB/PP-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
PMDB/PP-PMDB - Luiz Henrique**
PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
PMDB/PP-PP - Benedito de Lira**
PMDB/PP-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
PMDB/PP-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
PMDB/PP-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
PMDB/PP-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PMDB/PP-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
PMDB/PP-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
PMDB/PP-PP - Ivo Cassol**
PMDB/PP-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

PMDB/PP-PMDB - José Sarney*
PMDB/PP-PMDB - Gilvam Borges**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
PMDB/PP-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾
RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
- *. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
- **. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
- ***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
- ****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
- *****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
- *****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiofficio@senado.gov.br

2) FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Finalidade: Representar o Senado Federal no Fórum Social Mundial (FSM) - 2011, entre os dias 06 e 11 de fevereiro de 2011, na cidade de Dakar, no Senegal.

(Requerimento nº 963, de 2010, do Senador Inácio Arruda, aprovado em 15.12.2010)

Número de membros: 5

COORDENADOR:

MEMBROS

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 12, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 9, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 11, de 2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Ana Rita (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Vicentinho Alves (PR)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Clésio Andrade (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN (PMDB, PP, PSC, PMN)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Renan Calheiros (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Wilson Santiago (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
PSDB	
Aécio Neves	1. Mário Couto
Aloysio Nunes Ferreira	2. Flexa Ribeiro
Alvaro Dias	3. Paulo Bauer
PTB	
Armando Monteiro	1.
Gim Argello	2.
DEM	
Kátia Abreu	1. Demóstenes Torres
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 28/10/2009

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Designação: 10/02/2010

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 11, de 2007, com o objetivo de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Instalação: 27/10/2009

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2003, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

1

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Designação: 11/05/2010

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PTB
DEM
PR
PP
PDT
PSB
PC DO B
PSOL
PRB
PSC

PPS
PMN
PV

Atualização: 03/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PTB
DEM
PR
PP
PDT
PSB
PC DO B
PSOL
PRB
PSC
PPS
PMN

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares e 16 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
PT	
PSDB	
PTB	
DEM	
PR	
PP	
PDT	
PSB	
PC DO B	
PSOL	
PRB	
PSC	
PPS	
PMN	

Atualização: 03/02/2011

7) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 02/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB-ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT-SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB-PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR-TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB-MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>

(Atualizada em 01.02.2011)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação:

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendoza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Rubén Martínez Huelmo (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



Edição de hoje: 140 páginas

OS: 2011/10312